

Caderno de debates 4

BRICS: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais

Organização:

Joana Barros, Anelise Gutterres e
Evanildo Barbosa da Silva



Caderno de debates 4

BRICS: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais

Organização:

Joana Barros, Anelise Gutterres e

Evanildo Barbosa da Silva

Rio de Janeiro, abril de 2015

Realização



Apoio



FORDFOUNDATION

Caderno de debates 4
BRICS: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais

FASE - Solidariedade e Educação
Rio de Janeiro/RJ - 2015
1ª edição

ISBN 978-85-86471-82-7

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ).

Organização: Joana Barros, Anelise Gutterres e Evanildo Barbosa da Silva
Revisão: Joana Barros e Anelise Gutterres
Foto de capa: Lívia Duarte
Tradução: David Hathaway
Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos

Impressão: Reproset Indústria Gráfica
Tiragem: 1000 exemplares

BRICS: tensões do desenvolvimento e impactos socioambientais

Sumário

05. Apresentação

13. Cercados por grandes empresas

Beto Loureiro, Daniela Meireles, Marcelo Calazans,
Anelise Gutterres e Joana Barros

23. O bloco BRICS é uma metáfora da globalização

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

33. Planejamento energético, os BRICS e uma igreja que sangrou

Verena Glass

47. Impactos e mineração da Vale em Parauapebas

Tádzio Peters Coelho

63. A cooperação internacional na África e os BRICS em questão
Patrícia dos Santos Pinheiro e Sérgio Botton Barcellos
79. Empresas transnacionais brasileiras - exportando violações de direitos humanos na América Latina e na África
Justiça Global
99. Revisando o deslocamento urbano na Índia
Amita Bhide
111. Caminhada com o Dragão Desperto
Lívia Duarte

Apresentação

Anelise Gutterres, Joana Barros e Evanildo Barbosa da Silva

Esta publicação reúne textos que tem como reflexão orientadora o BRICS - bloco econômico e político formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A motivação primeira foi a necessidade de apoiar uma reflexão sobre o urbano e suas múltiplas dimensões nos BRICS. De início, merece informar que compreendemos o urbano não como a expressão fenomênica da sociedade industrial moderna, mas como um de seus maiores propulsores, de modo que, construir o urbano (que é mais do que construir cidades) é parte necessária e inescapável deste modelo perseguido pelo BRICS, o que nos leva a concluir que o espaço urbano não é somente espelho de uma determinada formação socioeconômica, mas um de seus motores; ou seja, é indutor de um determinado modelo de desenvolvimento econômico.

Vale sublinhar que a forma urbana atual que vimos se materializar nas nossas cidades coaduna com a orientação econômica compartilhada pelos integrantes do bloco. A dimensão urbana, portanto, é um dos pontos que abordaremos nesta publicação: tomar em consideração os impactos do modelo de desenvolvimento desde os territórios onde eles pousam e se efetivam. Buscamos consequentemente contribuir para o preenchimento dessas lacunas, de maneira que o tema urbano assim como os efeitos de um projeto de desenvolvimento com base no extrativismo e na exportação de *commodities* são as linhas que ligam os diferentes textos que apresentamos aqui. Também destacamos nos textos desta coletânea o debate sobre o papel que o Brasil cumpre na consolidação do BRICS na África subsaariana e na América Latina. Apesar de apenas o Brasil participar do novo bloco, dentre os países latino-americanos, a sua ação na região está informada pelas escolhas, decisões

e direcionamento econômico do BRICS e desta maneira, orientam a ação brasileira nos países latino-americanos, seja através da ação estatal direta ou de suas empresas privadas.

Portanto, o presente Caderno de Debates procura evidenciar os sentidos “dos de baixo” em relação ao projeto global de desenvolvimento que orienta a criação do bloco. Buscamos reunir textos que pudessem refletir sobre o bloco desde os impactos nos territórios onde vivem aqueles que são diretamente afetados pelo desenvolvimento em questão. Em suma, nosso objetivo foi dar cor, rosto e carne aos números que apontam para os índices de desigualdade social entre os países integrantes, até mesmo aos planos de um desenvolvimento sustentável entre eles. Neste sentido, é uma reflexão que procura contribuir para com os já numerosos estudos sobre os aspectos geopolíticos, institucionais e macroestruturais – desde aqueles que versam sobre a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, concretizado finalmente em 2014, até aqueles que analisam o comércio, a cooperação internacional, as políticas públicas e o volume de investimentos em diferentes setores dos países do bloco.

Não podemos deixar de anotar que há uma positivação entre grupos, movimentos sociais e suas redes da conjuntura vivida pelo Brasil na ordem mundial após a criação do BRICS, especialmente no que tange a capacidade do país de intervir em negociações e arranjos tidos como contra-hegemônicos. A crise que atingiu o “núcleo orgânico do capitalismo global” (Alves, 2012:34) em 2008, não atingira de forma negativa o Brasil, que seguiu investindo no PAC para alavancar o emprego na indústria da construção e “desoneração fiscal de produtos industriais” (Maricato, 2013:23). Foi “uma marolinha” disse o presidente da época sobre uma das maiores crises econômicas dos EUA¹ e que ressoaria em 2010 em uma grande crise social na Europa². É justamente no ano de 2008 que começa a ser articulado o grupo que viria a constituir-se

1 Raquel Landim, “Brasil deve ajudar a reforçar caixa do FMI, diz britânico”, *Valor Econômico*, 27/03/2009. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/noticias-diaras-27-03-2009>; acessado em mai. 2014.

2 Conforme Tariq Ali, após o colapso do comunismo em 1991, “o dinheiro corrompeu os políticos, muito dinheiro corrompeu tudo” (2012:67). Viu-se surgir republicanos e democratas nos EUA, novos trabalhistas e conservadores na Grã-Bretanha, coalizões de centro-esquerda e centro-direita. Os “partidos hegemônicos da esquerda europeia aceitaram a política neoliberal de austeridade da *troika*” (Alves, 2012:34) que foi aplicada com zelo e animação pela direita conservadora. Para Ali, “um novo extremismo de mercado entrou em jogo” e “a entrada do capital nos domínios mais santificados dos benefícios sociais foi considerada uma ‘reforma’ necessária”. O mercado se transformou em um Deus mais preferível do que o Estado, que ajudou bastante na consolidação do primeiro. Quando o sistema entrou em colapso, em 2008, o Estado teve que resgatar os bancos do colapso completo no que Ali e Zizek (2012:17) descreveram como um socialismo para os ricos.

como BRICS³, formado pelos cinco países mais emergentes no contexto do capitalismo global, e do qual o Brasil é um dos protagonistas. Se de um lado o protagonismo do Brasil é visto positivamente setores da sociedade mais entusiastas da entrada do país no bloco como estratégia política de contra-hegemonia, esse mesmo protagonismo é visto por setores, e entidades e ativistas latino-americanos e pan-africanos – como uma possibilidade “neoimperialista”⁴, o que confere grande complexidade ao debate e o enriquece de análises que transcendem ao universo *stricto sensu* econômico da cooperação.



Iniciamos e fechamos o Caderno com dois ensaios fotográficos que instigam o leitor a olhar para os contrastes que as imagens propõem e os diferentes ambientes produzidos pelo desenvolvimento. No primeiro ensaio, os contrastes de um grande empreendimento em um território pequeno na costa do Espírito Santo; e no segundo ensaio, a pujança da China, um país populoso, de prédios grandiosos, que tenta orquestrar escalas distintas de trabalho e tempos distintos, entre a tradição e cultura global contemporânea.

O texto de abertura é de Pedro Cunha Bocayuva “O bloco BRICS é uma metáfora da globalização”, e como o próprio autor reforçou, é provocativo e arriscado. Logo no início do texto temos uma afirmação importante, de que as definições do BRICS estão ligadas às expectativas do mercado global em torno da constituição de uma massa de consumidores dentro e fora de suas fronteiras nacionais, o que faria do bloco uma metáfora da globalização. Entre diversos pontos importantes levantados pelo professor, talvez o que mais chame atenção é como ele coloca a cidade no centro dessa metáfora, nos provocando a pensar no BRICS como um grande produtor de cidades, nos provocando a pensar a relação estreita entre o capitalismo e a produção de cidades. A complexidade geopolítica fica evidente para ele no pragmatismo

3 Cf. Júnior e Figueira (2014:55) “Esse movimento se confirma após a crise financeira de 2008, quando convidados a participar da reunião do G-8 para discutir as medidas pós-crise, os chefes de Estado e de Governo dos BRIC se reúnem no intuito de converter seu crescente poder econômico em maior influência geopolítica. Desde então, anualmente os líderes dos BRIC têm se reunido em Conferências de Cúpula e conferências ministeriais temáticas, buscando afinar os discursos e trabalhar no sentido de viabilizar interesses comuns de reconfiguração da arquitetura institucional que conforma o atual sistema econômico internacional. A África do Sul ingressa no grupo alguns anos depois, em 2010”. Atualmente, os países dos BRICS representam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial (25% do PIB per capita), 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008 (Reis, 2012:34). A África do Sul ingressa no grupo em 2010, e na terceira cúpula, em 2011 é declarada oficialmente integrante dos BRICS, representando o ‘S’ da sigla.

4 Desta perspectiva vale a pena anotar a publicação em junho de 2014, do número da revista *Tensões Mundiais* voltada especialmente para o tema dos BRICS.

diplomático que caracteriza as relações entre os países do bloco para incidir no sistema multilateral. Não há unidade política entre eles. A economia é destacada como um fator importante para os países do bloco. Seriam todos intensivos em construção civil, em urbanização. O autor dá o exemplo do estado do Piauí, que constrói cidades com o Programa Minha Casa Minha Vida, contribuindo para que as taxas de urbanização brasileira sejam semelhantes às taxas asiáticas. A Índia, por sua vez, está investindo em conexões entre as suas grandes cidades, a China cada vez mais adensada, rumo para o país com maior PIB do mundo, mesmo que não supere a forte confluência dos países do Norte.

Verena Glass opta por iniciar seu artigo “Planejamento energético, os BRICS e uma igreja que sangrou” relatando eventos “estranhos” ocorridos no ano de 2014 nas aldeias Munduruku na região de Jacareacanga (alto Tapajós), no sudoeste do estado do Pará, para nos relatar a capilaridade dos impactos do modelo de expansão energética no país, que em grande parte é operado por empresas chinesas. Os eventos “estranhos”, ressalta Verena, têm relação com a morte das Sete Quedas, onde ficava a morada da Mãe dos Peixes, do espírito Karubixexé e do espírito dos antepassados. Localizada a menos de quarenta quilômetros da terra indígena Kayabi, a queda d’água tinha sido destruída para a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires. O rio Tapajós é habitado pelos Munduruku em toda a sua extensão: desde Santarém (Baixo Tapajós) a Jacareacanga (Alto Tapajós), passando por Itaituba (Médio Tapajós), e exatamente nesse trecho – na bacia hidrográfica Tapajós/Teles Pires – foi detectado um potencial de construção de 42 usinas hidrelétricas, que vêm sendo aos poucos licenciadas. A autora aponta que os complexos hidrelétricos em construção ou em planejamento na Amazônia têm acumulado um recorde de ações judiciais por ilegalidades em seus processos de licenciamento e construção, e de desmatamentos. Buscando desfazer a teia que entrelaça – projetos hidrelétricos, projetos de infraestrutura, produção de commodities agroindustriais, atividades de exploração de minérios e exportações à base de investimentos estatais – Verena Glass destaca o volume de investimentos chineses no setor energético brasileiro e a omissão do Ministério de Minas e Energia frente à ilegalidade desses licenciamentos. Alia-se a esse crime, o fato que o produto da exploração de bens naturais ainda é o que caracteriza as exportações brasileiras, cujo maior consumidor é a China, responsável por 21% das importações.

Não por acaso que a mineração aparece como um dos eixos de problemas em três textos desta coletânea. O minério de ferro responde por 43,5% das exportações brasileiras, seguido pela soja em grãos e pelo petróleo. Essa opção econômica brasileira a cada década torna-se mais arriscada em relação ao custo socioambiental que ela acarreta. A sua importância no modelo atual nos instiga a discutir algumas das facetas da mineração tal como apontadas no

texto de Tádzio Peters Coelho “Impactos e mineração da Vale em Parauapebas”, que se debruça sobre as consequências diretas da mineração em Parauapebas, no Pará, através da maior mineradora nacional, a Vale S.A.. O autor nos descreve como a atividade mineradora aglutina outras atividades, tornando a empresa Vale S.A. um polo para a ação de empresas brasileiras em outros países latino americanos, como também é debatido no texto “Empresas transnacionais brasileiras – exportando violações de direitos humanos na América Latina e na África” escrito pelas pesquisadoras da Justiça Global.

As expressões de resistência, ressaltadas no texto produzido pelas pesquisadoras da Justiça Global e que também é evidenciado por Verena Glass quando ressalta a luta dos Munduruku, apresentam uma face mais sombria do projeto de desenvolvimento que orienta o BRICS. O desenho urbano que resulta desse projeto explicita escolhas que tendem a exclusão e aprofundam a desigualdade nas cidades ou mesmo a criação de cidades que já nascem altamente desiguais, como é o caso de Parauapebas e das cidades formadas entorno das hidrelétricas ou dos canteiros de obras criados para a sua construção. No caso brasileiro, chamamos atenção para o encontro governamental ocorrido em 2012 e que chamava convidados para debater os “deslocamentos involuntários”, em um workshop internacional promovido pelo Ministério das Cidades e pelo Banco Mundial de 27 a 28 de março de 2012, em Brasília. O eufemismo “involuntário” foi repudiado em nota por parte da sociedade civil organizada que elencou uma dezena de críticas ao evento, entre elas que ele sinalizava “um compromisso em legitimar e suavizar as violações de direitos humanos que a população sofre em seu cotidiano”. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério⁵ o workshop foi realizado para desenvolver o conteúdo de uma portaria que estabeleceria novas diretrizes para políticas públicas de deslocamentos involuntários de populações em função da execução de obras de infraestrutura. Ou seja, o Ministério das Cidades entendia o deslocamento como parte das intervenções urbanas – o que já demonstra o caráter de exceção que a produção urbana tem neste modelo de desenvolvimento em curso.

O workshop teve a participação de representantes da África do Sul e da Colômbia o que é relevante em um evento que reúne governo, setor privado e bancos, principalmente como parte da noção de desenvolvimento econômico que geralmente norteia essas reuniões. Ressaltamos em particular a presença de representantes de África no encontro, que aponta para a importância de pensarmos além dos BRICS, a própria intervenção dos países integrantes

5 “Ministério das Cidades promove workshop internacional sobre deslocamentos involuntários”, Combate Racismo Ambiental, 27/03/2012. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2012/03/ministerio-das-cidades-promove-workshop-internacional-sobre-deslocamentos-involuntarios>; acessado em 30 jul. 2014.

do grupo no continente, especialmente a intervenção do Brasil. O instigante artigo de Patrícia dos Santos Pinheiro e Sérgio Botton Barcellos “A cooperação internacional na África e os BRICS em questão” mostra que a política de cooperação internacional do Brasil está inteiramente baseada na abertura de novos mercados africanos para as empresas brasileiras.

Desde a Índia, recebemos a visão de Amita Bhide no texto “Reviewing Urban Displacement in India” (Reverendo deslocamentos urbanos na Índia) que apresenta um debate sobre os processos de deslocamentos urbanos em curso no país. Ao descrever os violentos e autoritários processos de despejo de imensos contingentes populacionais – que já viviam em áreas autoconstruídas e com baixo acesso a infraestrutura urbana – a autora desvenda o caráter desigual e antidemocrático do remodelamento urbano no país. Sob o “mantra: a urbanização é o motor do crescimento para o desenvolvimento”, o que se passa nas cidades indianas assemelha-se aos processos vividos em outras cidades do bloco, tais como cidades da África do Sul e do Brasil. Nota-se que a expulsão de população de áreas de valorização imobiliária, de áreas de expansão de grandes projetos de desenvolvimento ou ainda de locais em violenta transformação urbana (que frequentemente tem significado a gentrificação) é o motor da produção do urbano. Tais processos reconhecíveis nas cidades já desiguais do BRICS aprofundam e consolidam um modelo que segrega, é desigual, antidemocrático e espoliativo. Destacamos o protagonismo das agências estatais – geralmente articuladas em novos arranjos com grandes corporações privadas – neste novo urbano, que é constitutivo e também um dos pilares do modelo de desenvolvimento.

Fechamos o Caderno com um ensaio de Livia Duarte “Caminhada com o Dragão Desperto” um relato de impressões de uma brasileira na China. Através dele nos aproximamos das tensões deste país que, no centro da articulação do BRICS, pressiona e contribui para a remodelagem das economias dos “emergentes” – dragando água e minérios – a fim de construir suas novas cidades. O “dragão desperto”, como aponta a autora, é um dragão a cada dia mais urbano, já que tem como horizonte de planejamento o deslocamento de 100 milhões de chineses para as cidades.

Esperamos com estes artigos aqui reunidos ajudar na construção de uma visão mais crítica do que tem significado a agenda de desenvolvimento do BRICS para os povos e populações impactadas em seus territórios e em seus modos de vida. Diante da diversidade entre os países que integram o BRICS, há algo em comum entre eles: o caráter profundamente desigual e predatório dos seus modelos de desenvolvimento. Assim como os Munduruku lutam pelo seu direito de existir segundo seus próprios códigos, outros grupos ameaçados pelo modelo perseguido pelo BRICS também o fazem. Gostaríamos que nosso Caderno contribuísse nesta empreitada de construção de resistências, na defesa daquilo que estamos chamando de “territórios de utopia”.

Referências bibliográficas

ALI, Tariq. “O espírito da época” In HARVEY, David e outros (org.). *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. pp.65-73.

JÚNIOR, Hermes Moreira e FIGUEIRA, Mauro Sérgio. “O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional” In *Boletim Meridiano* 47, vol. 15, nº 142, mar.-abr. 2014, pp. 54-62.

MARTINS, Mônica Dias; GOLDONI, Luiz Rogério Franco; GARCIA, Ana Saggioro; e BOND, Patrick (org.). *Tensões mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades*.V. 10, nº 18-19 (jan./dez. 2014). Fortaleza: EdUECE.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. “BRICS: surgimento e evolução” In *Mesa-redonda: o Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2012, pp. 32-48.

ZIZEK, Slavoj. “O violento silêncio de um novo começo” In HARVEY, David e outros (org.). *Occupy*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012. pp.15-26.

Cercados por grandes empresas

Beto Loureiro, Daniela Meirelles, Marcelo Calazans,
Anelise Gutterres e Joana Barros



Rua limítrofe entre a Vila e as empresas que operam na região. Próxima a entrada principal de Barra do Riacho, Município de Aracruz/ES

Nesse ensaio de abertura propomos ao leitor a imersão no contexto vivido na Barra do Riacho, localizada no município de Aracruz, no Espírito Santo. Nos encontros com os moradores e moradoras da Barra, descobrimos um pouco da luta desigual e cotidiana dos pescadores familiares da região. Eles vem, desde a década de 1970, disputando com empresas o direito à pesca, comprometido pela poluição das águas e pela construção de portos junto à costa, muito perto da saída dos barcos que garantem o sustento da família com atividade pesqueira. A recente construção do estaleiro Jurong Aracruz – de propriedade da empresa Jurong Shipyard¹, contratada pela Petrobras para construção de embarcações e estruturas para plataformas de petróleo – vem consolidando a área como uma região portuária. Essa transformação está aposentando compulsoriamente o pequeno grupo de pescadores que ainda atua na região. O fluxo das embarcações e as estruturas que avançam na costa em direção ao mar estão impedindo que o berçário dos peixes se desenvolva, já que modificam as condições para a vida no fundo do oceano. Árvores costeiras estão tombando, as marés modificaram, a poluição aumentou. Não há boas notícias para os moradores com a chegada e a intensificação de portos na região, assim como não houve boas notícias duradouras no ciclo econômico iniciado em plena ditadura militar com a implantação da cadeia de celulose. O projeto de desenvolvimento não só os encurralou entre grandes empresas, como extinguiu a possibilidade de exercerem o único ofício que aprenderam com seus pais: a pesca.

1 A Jurong Shipyard faz parte do grupo SembCorp Marine (SCM) de Cingapura, uma companhia de capital aberto, com negócios em 147 cidades de 42 países, entre eles Cingapura, Indonésia, China, Brasil, Índia, Reino Unido e EUA. É um estaleiro de alta tecnologia que atenderá não só a Petrobras, mas o mercado mundial. Em suas instalações serão fabricadas embarcações e jaquetas (estruturas básicas das plataformas de petróleo). A Jurong atua no Brasil há cerca de 14 anos e é responsável por mais de 50% das plataformas brasileiras de produção de petróleo, são 11 plataformas de petróleo, dentre elas a P50 (o marco brasileiro da autosuficiência sustentável na produção de petróleo), P54, P43, P37, P40, P38. Disponível em: <http://www.jurong.com.br/institucional/jurong-shipyard>; acessada em 10 mar. 2015.



Visão da fumaça que sai das chaminés da empresa Fibria, formada a partir da fusão de Aracruz Florestal e da Votorantim Celulose e Papel. Em toda a região o cheiro do dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio exalado nessa fumaça provoca enjôos e dores de cabeça. A empresa nomina a fumaça de "total de enxofre reduzido".



Parte da área da Fibria destinada ao plantio do eucalipto.



Chaminés da Fibria vistas da Vila de Barra do Riacho.



Único campo de futebol que resistiu na região. O antigo Campo do Riachuelo foi extinto.



Casas dos pescadores na Barra do Riacho, junto a curva do rio que desemboca no oceano.

Plano aberto da Barra do Riacho, com as casas dos pescadores e pequeno estaleiro para os barcos





Barco chegando na
Barra do Riacho.



Barra do Riacho, ao fundo porto exclusivo da Fibria, o Portocel.





Estruturas do estaleiro Jurong vista da estrada
direção sul-norte.



Instalações do estaleiro Jurong visto da estrada
estadual ES-010, em direção ao sul do estado.



Parte do estaleiro
Jurong, visto da costa
em Barra do Sahy



Estruturas do estaleiro Jurong



Regresso do pescador a Vila da Barra.





Visão panorâmica do manguezal e entrada do barco na Barra do Riacho.



O bloco BRICS é uma metáfora da globalização¹

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva²



Protesto em Copacabana, junho de 2013

Fernando Frazão/Agência Brasil

Quando falamos sobre os BRICS, que inclui o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, entendo que estamos nos reorganizando diante de um acrônimo e diante de uma metáfora.

Pragmaticamente, sabemos que as definições desse novo bloco econômico estão ligadas às expectativas do mercado global de organização/aglutinação em torno da constituição de uma massa de consumidores, do espaço da mobilidade e do espaço dos investimentos que seus países membros almejam dentro e fora de suas fronteiras nacionais. Assim, BRICS é uma metáfora da globalização, é uma metáfora bancária, é um acrônimo para um projeto bancário centrado na perspectiva do consumo. O bloco mistura potências e forças regionais com a antiga potência global e com a emergência da China. É uma mistura de complexidade geopolítica que, em última instância, sintetizaria um pragmatismo de interesses, do ponto de vista comercial, e um pragmatismo diplomático, que caracteriza as relações entre seus países para incidir no sistema multilateral. Fazem-se reuniões de diplomatas antes das reuniões do sistema internacional multilateral. É isso que os países do BRICS fazem, reúnem aqui, reúnem ali, e não têm unidade no tema estratégico: segurança. Não há unidade nesse tema fundamental, assim como não há unidade geopolítica estratégica – isso não caracteriza os países que compõem os BRICS.

-
- 1 Este texto é uma edição da palestra proferida pelo autor em oficina interna promovida pela FASE no dia 6 de junho de 2014, sob o título: BRICS, cidades, megaeventos e modelos de desenvolvimento.
 - 2 Pedro Cunha Bocayuva é historiador, professor de relações internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH/UFRJ); coordenador do curso de Especialização em Políticas Públicas e Cultura de Direitos do NEPP-DH; e membro do Conselho Acadêmico da Cátedra Producción Ambiental y Social del Hábitat da Universidade Nacional de Rosário.

Isso nos leva a pensar que esse acrônimo também não é uma referência geoestratégica suficiente. Geoestrategicamente, sabemos que o “efeito China” e o “efeito Rússia” continuam decisivos, e as funções do Brasil e da África do Sul também continuam decisivas como papel na divisão internacional do trabalho. Rússia não é função, Rússia é poder, e China é potência, poder e função; são diferentes as escalas das aplicações geoestratégicas.

Geoeconomicamente e geopoliticamente, o mundo sofre ajustes. O primeiro é o ajuste espacial na direção do leste, do oriente, do leste asiático. Esse é o ajuste real, a maior parte das finanças, a maior parte das indústrias e a potencialidade tecnológica do mundo tendem e têm um deslocamento relativo, sem unidade nessa direção, embora Japão, Coreia e China unifiquem-se. No entanto, o espaço sinocêntrico é real. O espaço sinocêntrico, somado ao leste asiático e ao oriente, configura um desequilíbrio Ásia-Pacífico, em uma série de aspectos. Esse é o ajuste espacial real em curso, com todas as implicações históricas e subjetivas para indianos e chineses. É uma retomada de uma perspectiva da sua centralidade etnocêntrica. Para os russos, é o desespero eurasiático. E para nós não quer dizer nada, nem para a África do Sul, porque nem Brasil nem África do Sul representam a tradição. No novo mundo, nem África negra nem Brasil representam uma perspectiva de unidade e liderança suficiente, não têm poder suficiente, a não ser sobre si mesmos.

O segundo grande ajuste espacial é o ajuste urbano, e aí sim os BRICS são o lócus da brutal violência da transformação urbana. Os chineses dizem que têm 9% de terra agricultável e que tirarão todo mundo do campo. Como manter os remanescentes desse êxodo induzido? A decisão estatal de construir zonas, territórios, cidades, e esta mega máquina que esta construção supõe, é parte do que moveu a economia interna chinesa.

A economia é outra coisa importante para os BRICS. Os países do bloco são intensivos em construção civil, intensivos em urbanização em todos os aspectos, à semelhança do nosso lugar intensivo aqui, regiões nordeste e norte. O Piauí, por exemplo, constrói cidades com o programa Minha Casa Minha Vida. Nós brasileiros temos taxas de urbanização asiáticas. Fortaleza tem uma taxa asiática de urbanização, um processo de “mega” transformação urbana real. Essas transformações produzem deslocamentos do tipo BRICS.

Já a Índia está fazendo conexão entre suas grandes cidades, construindo a articulação da mobilidade, está definindo contextos territoriais diferentes. Entretanto, deverá lidar com sua brutal fronteira geopolítica própria e, em parte, ainda é um mundo centrado em si mesmo e, portanto, ensimesmado com esse processo.

A China também teme profundamente ter que cumprir uma função global maior que suas pernas, e ainda pretende comprar e disputar com o Norte a propriedade intelectual. Ela está instituindo esse caminho, esse terreno no qual ela é o Norte do Sul, mas ainda não é o Norte do Norte. A China será

o maior PIB [Produto Interno Bruto] do mundo, mas não necessariamente superará a confluência dos países do Norte. Isso não quer dizer que América do Norte, Japão, Estados Unidos, a confluência trilateral, reconstitua-se. Isso também é impossível porque a Europa “perdeu o bonde da história”, e para nós, no Brasil, isso foi decisivo porque a esquerda brasileira e a europeia apostavam nessa aliança. Mas nós perdemos. O Fórum Social Mundial ainda foi um momento dessa aliança da esquerda brasileira com o grupo ATTAC³, com a Fundação Rosa Luxemburgo e outros, sendo uma tentativa de fazer uma articulação sul-sul. Na realidade, havia um paradigma de unidade brasileira, europeia e latino-americana, mas, evidentemente, estamos mais para Chávez e Putin do que para gente mesmo. Esta articulação é uma chave que se esgotou. Teríamos que fazer uma análise de conjuntura do Brasil para dizer o que é esse empate relativo e problemático do país. Ou seja, todo mundo ainda não ganhou e nem todo mundo perdeu tudo que pode perder, ainda tem uma disputa. Porém, em alguns lugares, há uma situação de regressão real das conjunturas nacionais, do avanço para sustentar posições. O Equador tem que sustentar posição, a Argentina tem que sustentar posição, a Bolívia está relativamente melhor, a Venezuela um desastre, a Colômbia nem se fala, e nós aqui no Brasil temos que decidir também se vamos para uma agenda conservadora.

A agenda dos BRICS é conservadora. Basicamente, ela se refere a como atuar por dentro do sistema internacional, como fazer a globalização do ponto de vista das forças emergentes. É esse o projeto dos BRICS, seus países responderiam a essa possibilidade. A China tem ainda que encenar um problema de “olha, sou pobre também”, para não ter o ônus brutal desse processo. O que diferencia a China do Brasil no que diz respeito à equação “crescimento econômico e urbanização” é que no Brasil acabou a “revolução urbana”. O Brasil não tem como crescer neste modelo urbano chinês, o Brasil tem uma problemática de crescimento do tipo da Europa, do tipo dos Estados Unidos, porque é uma sociedade urbana. Então, o nosso problema já é o da agenda do consumo, já é o da agenda do crédito, já é o da agenda de um perfil dos países de classe média. A presidente Dilma disse: “faremos do Brasil um país de classe média”. O que o Putin diz? O que os chineses dizem sobre esse aspecto? Esta visão é uma combinação de nacionalismo com país de classe média, ou seja, os países dos BRICS são lugares diferentes entre si. É óbvio que cada país tem sua diferença. Nós somos o mais ocidentalizado, uma parte da nossa elite está em Miami, nos Estados Unidos, a quarta fortuna do mundo em evasão de divisas é a brasileira, nós somos – do ponto de vista da vulne-

3 A *Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne* (“Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos”), mais conhecida pela sigla ATTAC, é uma organização criada a partir de uma proposta de Ignacio Ramonet, em 1998, na França.

rabilidade e da inserção ocidentalizada – um ponto extremo. A África do Sul é também, mas numa outra verticalidade, e tem a agenda do *apartheid*, que é muito especial, assim como a Índia tem múltiplas agendas, e assim como tem também o Brasil. O Brasil é o país onde a ideia da agenda da desigualdade pode ser um fator unificador. Mas será que a agenda da desigualdade unifica o mundo dos BRICS? Sabemos que a nossa agenda da desigualdade não se unifica. Não podemos unificar os BRICS a partir do conceito de sociedade civil, do conceito de Fórum Social Mundial, ou de Sul, não se faz uma aliança BRICS partindo disso.

O que é a sociedade civil no Brasil? Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, movimento de favela, Movimento Passe Livre (MPL), movimento gay... do que estamos falando? Ao contrário de uma suposta homogeneidade, o que temos é uma intensidade enorme de ativismo social, de diferenciações moleculares e de embates moleculares desse tipo. Talvez haja alguma semelhança com a Índia quando a luta é em Nova Deli, mas quando se sai da capital indiana é outra coisa, é diferente. A nossa agenda é cidade, nossa agenda é território, nossa agenda é espaço, é onde acumulamos o debate no âmbito da sociedade civil sobre os BRICS. O que os BRICS têm a ver com a nova grande transformação global? Evidentemente, relaciona-se com a agenda dos recursos hídricos, e daí decorre o tema da energia, o tema da segurança alimentar, do saneamento básico da favela. Vá à favela e veja qual é o tema. Não teve saneamento. Vá à Dharavi⁴, na Índia, não teve saneamento. Aumenta-se o consumo nos países dos BRICS, aumenta-se a quantidade de dejetos, o que impacta os sistemas já precários de saneamento.

Qual o tema BRICS, então? São países de mobilidade social desigual, países de forte pressão e compressão de modelos desastrosos em matéria de manejo dos recursos energéticos, ambientais etc., que queimam uma enorme quantidade de potencial espacial e de recursos não renováveis. Qual a diferença e a partir de onde o Brasil dialoga com esse bloco? O que o Brasil é? O Brasil é a metáfora do planeta favela. A nossa especificidade é que a nossa periferia rebela-se. O que se rebela no Brasil? Os sindicatos das infraestruturas, a juventude precária das redes de classe média sem inserção e quem tem demandas civis, como os gays, o corpo feminino violentado, o negro, a periferia e a favela atingida. Esses elementos constituem e exigem uma leitura completamente diferente sobre o que é o corpo da periferia e os seus problemas. A megacidade é um fenômeno: a Cidade do México é megacidade, a colombiana Medellín é megacidade, Rio de Janeiro é megacidade. O que nós temos a oferecer ao mundo para uma discussão com a periferia da capital francesa Paris, ou com a periferia de megacidades nos Estados Unidos, como

4 Dharavi é uma favela localizada em Mumbai, Índia. É considerada a maior favela do mundo.

Los Angeles? O que temos a discutir com o mundo é o que se tornou evidente: a parcialidade dos governos nos territórios.

O que temos a dizer na esquerda? O que a esquerda brasileira tinha a dizer assemelhava-se ao que dizia a esquerda europeia, ao que dizia a esquerda alemã, era o modo petista de governar. Isso nós perdemos. Não conseguimos governar o nacional, governamos as infraestruturas de mobilidade distributivas parciais, mas não transformamos as condições da democracia nos territórios. O problema da globalização é a distância entre a dinâmica dos fluxos globais e a interação real dos sujeitos, que são um corpo vivo nos territórios. Hoje, a esquerda é Saskia Sassen, Edward Soja, David Harvey, o último Foucault, todo mundo é da geografia, todo mundo é do território, todo mundo é da economia mundial, mesmo que todo mundo seja dos fluxos. As massas mobilizam-se por celular, a força de trabalho é o celular. Os movimentos moleculares, podemos chamá-los de celulares, as mobilizações são celulares, a potência produtiva é celular. O menino em Lagos, o menino em Lima, o garoto de rua quebra a criptografia das grandes empresas usando o tema da telefonia. A gente se move pelo GPS.

Não à toa que a esquerda busca, em todo lugar do mundo, cartografias da vida cotidiana, cartografias subjetivas deleuzianas, cartografias de conhecimento de Jameson. O tema da geografia é o tema que nos conduz, é esse embate de leitura de mapas e de diagnósticos. Vamos ao território e vemos que a luta especializa-se, dizemos: “não posso pensar numa reunião de cúpula sem pensar na cidade em que ela se realiza”. Isso quer dizer que nos situamos no macro debate, mas também na conjuntura, porque o evento e a estrutura relacionam-se, relacionam-se longa duração com curta duração. A conjuntura se produz também como dinâmica de comunicação, de informação, de conflitualidade. Entretanto, perdemos a possibilidade de alongar a agenda da contra-hegemonia, e já podemos concluir que as configurações da contra-hegemonia em bloco não se constituíram. Kerala⁵, na Índia, não se constituiu num paradigma para o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, ao menos não o suficiente para responder às questões postas. Tínhamos Kerala e Porto Alegre, e depois os zapatistas no México. Então, tínhamos três modelos territoriais, mais as ocupações alemãs, o pessoal que ocupa prédios, ocupa coisas na Alemanha. Tínhamos essa ideia. Depois, entram aqueles influenciados por Antoni Negri, com o debate e a perspectiva desde o comum. Depois, entramos com os indígenas e os cocaleiros, entramos com a Bolívia. E buscamos nesses paradigmas elementos que pudessem produzir política. Depois, vimos a enorme dificuldade de tradução de tradições e histórias tão diversas. Boaven-

5 Querala ou Kerala é um dos 28 estados da Índia, que esteve sob administração comunista e foi citado como exemplo de luta internacional contra a pobreza e a desigualdade.

tura fala de tradução, Gramsci fala de tradução, o Fórum Social Mundial fala de tradução, mas não conseguimos traduzir. A agenda da guerra trouxe uma dificuldade. A agenda de 2008 e os *ocuppy* trouxeram também uma tentativa de resposta. E nós acompanhamos também a rebelião árabe, a Síria.

Isso tudo tirou, em certa medida, a centralidade dos BRICS do ponto de vista da constituição de uma subjetividade política, de poder constituir um espaço de reflexão numa conjuntura volúvel.

Todo mundo descobriu que pode paralisar e ocupar as vias, mas isso não faz da rua o espaço. A Fiat diz: “a rua é o espaço”. É o anúncio da Fiat que diz: “vem pra rua”. Esse é o sintoma: o lugar onde a Fiat estraga o espaço é a rua, e ao mesmo tempo ela industrializa. Nós não saímos do industrialismo. Eu não sei se os chineses superaram o paradigma industrialista, não sei se nós superamos o paradigma industrialista. O desenvolvimentismo segue hegemônico na nossa agenda. A agenda do Banco do Sul e a dos BRICS é a agenda desenvolvimentista.

Nós não disputamos o conceito de infraestrutura. Nós não dizemos qual ferrovia, qual transporte e qual tratamento das bacias hidrográficas queremos. Nós não definimos, de fato, qual infraestrutura buscamos. Nesse momento, a direita pergunta: “o que nós perdemos?”. O PT fez um mau investimento com a distribuição, gastou mal com a Copa do Mundo de 2014, a corrupção encobre o debate de fundo, e o sujeito diz: “nem a Petrobras essa gente sabe manejar direito, quanto mais fazer trem, fazer metrô, fazer barca, fazer ônibus”. Neste momento, a direita tem esse argumento, e a esquerda responde assim: “eu enchi a universidade de gente, eu contratei muita gente, eu fiz distribuição de renda, fiz o Minha Casa Minha Vida”. Mas aí o outro diz: “mas Minha Casa Minha Vida não faz cidade, os prédios são colados a cuspe, tudo vai cair” – igual às cidades da China que começam a perder identidade, começam a não ter sentido, começam a ter problemas também de água, problemas de funcionamento. Quer dizer, é diferente de Xangai, é diferente do que a gente vê? O que eles fazem? Eles podem derrubar, reconstruir, mas num dado momento aquilo vai ter que se estabilizar, vai ter que se cristalizar como modo de vida.

No âmbito dos megaeventos esportivos tivemos uma configuração que combina investimento em infraestrutura e espetáculo: investimento, enriquecimento, gentrificação e consumo. E qual foi o resultado? Essa explosão inflacionária que gerou aumento entre 400% e 500% no valor do custo territorial urbano no Brasil: um barraco numa favela, um apartamento, uma vaga de garagem de edifício com horário delimitado, pela qual o sujeito paga 500 pratos, mas cujos custos de seguro e outros começam a não poder ser pagos. Entretanto, os níveis e os modos de contratação, o nível de endividamento e o nível de mobilidade são diferentes dos historicamente constituídos no Brasil. O que vai definir o resultado da eleição brasileira? O nível de endividamen-

to das famílias. A capacidade de projetar essa síntese: não é só ter acessado o programa Minha Casa Minha Vida, mas é a projeção sobre poder continuar pagando a prestação do carro. Eu vou poder pagar a prestação do Prouni⁶? Eu vou poder? Porque o sujeito, cada vez que comprar um elemento desses estruturais, têm gastos cotidianos: precisa comer na universidade, precisa de papel na universidade, precisa de livro, precisa de um computador, precisa pagar os custos de acesso à internet, os custos de telefonia, e esses custos são caríssimos e crescentes.

Evidentemente, aí entra nossa segunda agenda. Teríamos que ter agendas de bem público, bem comum, a agenda negriana do comum, a agenda do *comonwealth*, e tem que ser articulada com a agenda socialdemocrata do bem público para os fármacos, para a saúde, para a água, para a educação etc. O tema da desprivatização, por incrível que pareça, não avança porque não basta que se defenda o público. O público, num conceito estatal, não deu, e essa era a nossa saída. A privatização é um desastre. Aí nós tivemos a reestatização parcial no Brasil, na Rússia temos estatização, na Índia temos estatização, em todos os lugares temos um estatismo, e não o público. Contudo, essa agenda do público é muito abstrata, assim como a noção de comum.

Nós temos exemplos de possibilidades de quebra simbólica e material e do surgimento de uma noção de público. Quando o sindicato dos metroviários dispõe-se, por exemplo, a pagar parte do custo da greve e liberar catraca, eles dizem: “nós vamos ter o ônus de não receber nos dias parados, nós assumimos essa perda, e propomos que em troca disso, o Metrô libere a catraca”. Isso traz uma quebra paradigmática tremenda, isso é uma maneira de conceituar, desde o singular, o geral, o público. Os *meninos* do MPL fizeram isso num dado momento. Na Índia e no Brasil isso é feito em vários momentos contra as barragens, mas mesmo assim não se produz a coalizão social suficiente, porque o caminho é urbano e todo mundo quer energia na cidade. Esta é uma coalizão pró-consumo. E, desta maneira, o ator constitui-se tão mais forte quanto maior a sua capacidade de questionar essa coalizão. O mais atingido, como o catador e o sem-teto, por exemplo, ganham mais força quanto menos têm. Quanto menos têm, descobrem mais o custo político de parar os que têm, de parar as cidades. Por isso, a força de parar as redes, de ocupar as plantas, ou a força das paralisações de quem está nas obras dos megaeventos.

Por isso, eu chamei de empate todo este processo que recentemente vivemos de construção da Copa do Mundo e Olimpíadas, e das manifestações contra suas obras e violações de direitos. Se não tivéssemos os megaeventos,

6 Programa do Ministério da Educação (MEC), criado pelo governo federal em 2004, com o objetivo de conceder *bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior*, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

talvez não tivéssemos o número de lutas que tivemos. É um paradoxo. Talvez não tivéssemos as metáforas unificadoras, a FIFA como inimigo, a má construção das obras. A agenda da corrupção seria a Petrobras, a agenda da corrupção não seria o capital, não seria o custo das cidades, não teria a dinâmica de luta por salários, na qual a gente tem legitimidade. Eu saí de manhã e a imprensa estava obrigada a discutir se era justa ou não a greve dos metroviários, ou seja, não dava só para dizer que era injusto e ponto. Mas, evidentemente, temos situações de fraqueza enorme.

É preciso investigar as megacidades nos BRICS, e quais são suas especificidades. Cidades com dez milhões de habitantes e redes de cidades com mais de um milhão de habitantes são a característica principal dos BRICS. O grande legado dos BRICS será evidentemente uma reconfiguração geográfica numa escala brutal. Mas o que essa reconfiguração geográfica carrega consigo? Qual o papel da juventude e das mulheres? Por isso, o tema da mobilidade é central. Quem circula na cidade? Que corpo se mexe em Recife? Que corpo se mexe em Belém? Que corpo se mexe na rua? Quem estuda na rua de noite? Quem circula nas cidades? Quem trabalha nos territórios?

Planejamento energético, os BRICS e uma igreja que sangrou

Verena Glass¹



Ameaçados pelo Complexo Hidrelétrico do Tapajós,
indígenas Munduruku declararam guerra aos projetos
energéticos no Pará / Verena Glass

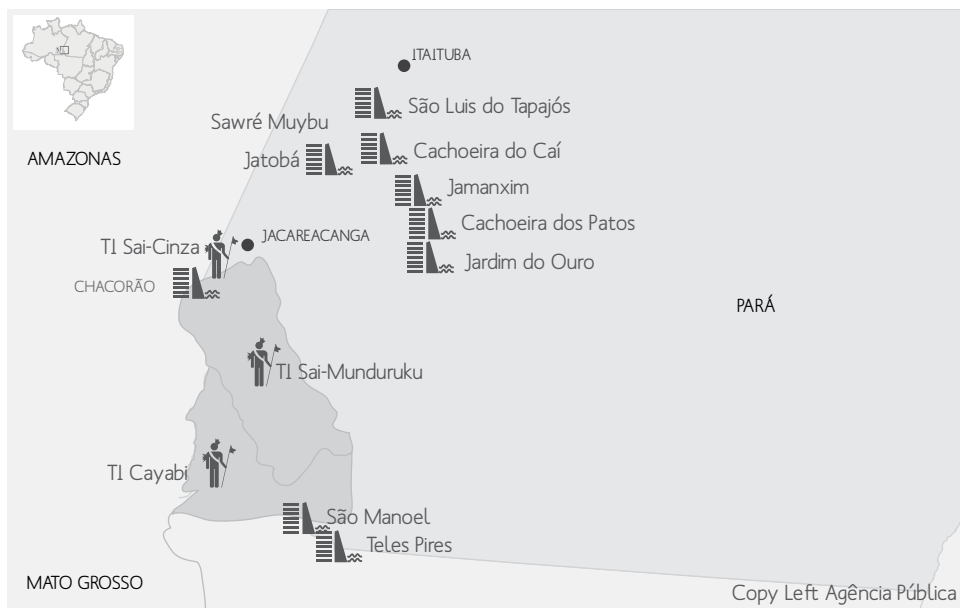
Em meados de 2014, coisas estranhas ocorreram em uma das aldeias Munduruku na região de Jacareacanga, no sudoeste do estado do Pará. De acordo com relatos transmitidos de soslaio e meias palavras, uma igreja evangélica na aldeia teria vertido sangue pelas paredes, ao mesmo tempo em que um garoto sofreu possessão, “derrubando todos que estavam no local”. Aterrorizados, os Munduruku queimaram a pequena construção.

O fato, dizem os boatos, ocorreu poucos dias após a volta de um grupo de jovens guerreiros de uma visita à região sagrada das Sete Quedas do rio Teles Pires (afluente do Tapajós), na divisa do Pará com Mato Grosso. A cachoeira fora completamente destruída pelas obras da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada a apenas 37 km da terra indígena Kayabi (que segue abrigoando um grupo Munduruku). Com a morte das Sete Quedas deixou de existir a morada da Mãe dos Peixes, do espírito Karubixexé e dos espíritos dos antepassados. Contaram os guerreiros que, após as primeiras intervenções na cachoeira, foram relatadas inúmeras visagens de uma criança que vagava pelo local, “e aí a Odebrecht foi lá e bombardeou a criança, matando a Mãe dos Peixes”. Uma profunda depressão se abateu sobre os Munduruku, e coisas estranhas começaram a ocorrer em suas aldeias.

Os indígenas Munduruku habitam uma vasta região que se estende ao longo da bacia do rio Tapajós, desde Santarém (baixo Tapajós) a Jacareacanga (alto Tapajós), passando por Itaituba (médio Tapajós). A “Mundurukania”, como foi apelidada por seus defensores, está encravada em uma das áreas mais ricas em biodiversidade e bens minerais (principalmente ouro e diamante) do Pará. Mas seu maior *asset* econômico, de acordo com o governo federal, está no potencial energético dos rios: segundo o inventário hidrelétrico da bacia

1 Verena Glass é jornalista e coordenadora de projetos da Fundação Rosa Luxemburgo no Brasil.

hidrográfica Tapajós/Teles Pires, foi detectado um potencial de construção de 42 usinas (pequenas e grandes) na região, com início imediato de sete nos rios Tapajós e seu afluente Jamanxim e seis no Teles Pires, para ficarmos no perímetro da Mundurukania.



No curto prazo, de acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2023 do Ministério das Minas e Energia, divulgado em dezembro de 2014, até 2021 está prevista a construção das seguintes hidrelétricas na bacia Tapajós/Teles Pires:

Tabela 1: Hidrelétricas Bacia Tapajós/Teles Pires

USINA	RIO	ESTADO	OPERAÇÃO PREVISTA	POTÊNCIA (MW)
UHE Colider	Teles Pires	MT	2015	300
UHE Teles Pires	Teles Pires	MT	2015	1819
UHE São Manoel	Teles Pires	MT	2017	700
UHE Sinop	Teles Pires	MT	2018	400
UHE São Luiz do Tapajós	Tapajós	PA	2020	8.040
UHE Jatobá	Tapajós	PA	2021	2.338

Fonte: Plano Decenal de Expansão de Energia 2023/Ministério das Minas e Energia.

Em 2012, o governo deu início à intervenção sobre a bacia do Tapajós com a desafetação (diminuição), via Medida Provisória (MP), de cinco Unidades de Conservação (MP nº 558, convertida na Lei nº 12.678, de 25 de junho de 2012). Os Munduruku de um lado, e o Ministério Público Federal de outro, deram início, cada um a seu modo, a uma batalha contra os projetos hidrelétricos. Os indígenas armaram seus guerreiros na defesa do território, e o MPF no Pará e no Mato Grosso foi à Justiça contra ilegalidades que, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, se amontoam sobre os processos de estudo e licenciamento dos empreendimentos em andamento: usinas São Manoel e Teles Pires, no rio Teles Pires, e São Luiz do Tapajós, no Tapajós².

Para além do aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Tapajós/Teles Pires, no entanto, a região também é considerada de alta prioridade no planejamento infraestrutural hidroviário e portuário do governo brasileiro, com vistas à facilitação do escoamento de commodities agrícolas (principalmente soja e milho) e minerais do Centro-Oeste e Norte. Nesse sentido, integram o projeto Arco Norte – que inclui estruturas portuárias nos estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Bahia – a construção da hidrovia Tapajós-Teles Pires, quatro eclusas no Tapajós e seis no Teles Pires, além de terminais portuários em Santarém, Miritituba e Itaituba no Pará³.

De acordo com Edeon Vaz Ferreira, diretor executivo do Movimento Pró-Logística do Mato Grosso, estes projetos fazem parte da rota de escoamento de grãos do estado via BR 163,

que dá acesso a uma estação de transbordo de carga em Miritituba, um distrito da cidade de Itaituba-PA, na margem direita do rio Tapajós, onde se iniciaram as operações no terminal da Bunge; além deste terminal, existem projetos para a implantação de mais nove terminais. Serão dez terminais entre Miritituba e uma localidade chamada Santarenzinho – alguns já com licença de instalação, outros com licença prévia. Todos estes projetos têm participação da iniciativa privada e passam por várias fases⁴.

-
- 2 Informações sobre a luta Munduruku podem ser encontradas no site do Movimento Xingu Vivo www.xinguvivo.org.br e no Blog da Autodemarcação Munduruku, construído a partir da luta pela autodemarcação da TI Sawre Muybu, disponível em: <http://www.autodemarcacaonotapajos.wordpress.com>. Já as Ações Civas Públicas do MPF estão em <http://www.prpa.mpf.mp.br> e <http://www.prmt.mpf.mp.br>. Recomendamos também a leitura da matéria de Ana Aranha, na Agência Pública, *A batalha pela fronteira Munduruku*, disponível em <http://apublica.org/2014/12/batalha-pela-fronteira-munduruku>.
 - 3 “Capacidade de exportação pelo Arco Norte aumentará em 6 milhões de toneladas”, *Rede Nacional de Informações sobre Investimentos*, novembro de 2014. Disponível em: http://investimentos.mdic.gov.br/noticia/conteudo/sq_noticia/505; acessado em novembro de 2014.
 - 4 Entrevista com Edeon Vaz Ferreira, *Agroanalysis*, abril de 2014. Disponível em: http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=1692; acessado em novembro de 2014.

Todos estes empreendimentos objetivam o barateamento dos custos de exportação para os mercados europeus e asiáticos – entre estes últimos, principalmente a China, cujo acesso aos produtos brasileiros via portos do Norte e Canal do Panamá seria potencialmente facilitado –, e neste contexto passa a ter grande peso a pasta de negociações com os países do BRICS.

De acordo com a Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, no período de janeiro a junho de 2014 o minério de ferro, a soja em grãos e petróleo responderam por mais de $\frac{3}{4}$ das exportações brasileiras para os demais países do BRICS. “O minério de ferro, principal produto de exportação, responde por 43,5% da pauta. Soja em grãos e petróleo respondem, respectivamente, por 24,1% e 8,8% das exportações brasileiras para os demais BRICS”, afirma documento do órgão⁵.

Neste panorama, a China é a principal importadora de produtos brasileiros, equivalendo a 21,2% das exportações do país (quanto aos demais países do bloco, a Índia participa com 7,2 %, a Rússia com 5,5% e a África do Sul com 2,2% das exportações do Brasil). Ainda segundo a Camex, a soja em grãos representou, no período de janeiro a junho de 2014, 50,2 % das vendas do Brasil para a China, seguida de minério de ferro (com participação de 28,2%) e petróleo (6,7%).

Em contrapartida, a China tem sido entre os parceiros do BRICS, o maior investidor em diversos setores no Brasil. De acordo com as instituições americanas *The American Enterprise Institute* e *The Heritage Foundation*, que monitoram as operações econômicas da China no mundo, nos últimos nove anos (de 2005 a 2014) empresas chinesas aplicaram mais de US\$ 31 bilhões no Brasil, com destaque para projetos de energia (eletricidade e petróleo), mineração e transporte, como mostra a tabela seguinte.

Investimentos energéticos

O setor com maior volume de investimentos chineses é o energético. Nele o foco principal são as linhas de transmissão, com destaque para o linhão de Belo Monte, que sairá de Altamira, no Pará, e atravessará os estados do Tocantins, Goiás e Minas Gerais até a subestação de Estreito, na divisa com São Paulo; e as linhas de transmissão da usina de Teles Pires, no Mato Grosso. Mas também há as hidrelétricas, como São Manoel, no Teles Pires (MT), e Cachoeira Caldeirão, no rio Araguari, e Santo Antônio do Jari, no rio Jari, ambas no Amapá.

5 “O Brasil, os demais BRICS e a agenda do setor privado”, Camex, julho de 2014. Disponível em: <http://www.camex.gov.br/public/arquivo/arq1405967321.pdf>; acessado em novembro de 2014.

Tabela 1: Investimentos chineses no Brasil 2005-2014

ANO	MÊS	INVESTIDOR	MILHÕES US\$	PARTI- CIPA- ÇÃO	PARCEIRO	SETOR	SUBSETOR
2005	Dezembro	CITIC	\$430		Brazil Power	Energia	Carvão
2006	Abril	Sinopec	\$1.290		Petrobras	Energia	Gás
2006	Novembro	CITIC	\$340		ThyssenKrupp e CVRD	Mineração	Aço
2009	Novembro	Wuhan Iron and Steel	\$400	22%	MMX Mineração	Mineração	Aço
2009	Dezembro	CIC	\$500		CVRD (Vale)	Mineração	Aço
2009	Outubro	China Communications Construction	\$100			Transporte	Navios
2010	Maiο	Sinochem	\$3.070	40%	Statoil	Energia	Petróleo
2010	Maiο	State Grid	\$990		Plena Transmissoras - 3 mil km de linhas de transmissão	Energia	Linhas de transmissão
2010	Outubro	Sinopec	\$7.100	40%	Repsol	Energia	Petróleo
2010	Dezembro	CIC	\$200		BTG Pactual	Finanças	Investimento
2010	Março	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	\$1.200			Mineração	Aço
2010	Fevereiro	Sany Heavy	\$200			Imóveis	Construção
2010	Agosto	Chery	\$400			Transporte	Autos
2011	Março	Chongqing Grain	\$1.410			Agricultura	
2011	Novembro	Sinopec	\$4.800	30%	Galp Energia	Energia	Gás e petróleo
2011	Abril	ICBC	\$100			Finanças	Banking
2011	Agosto	Taiyuan Iron, CITIC, Baosteel	\$1.950	15%	CBMM	Mineração	
2011	Abril	ZTE	\$200			Tecnologia	Telecomuni- cação
2011	Agosto	JAC Motors	\$100	20%	SHC	Transporte	Autos

Investimentos chineses no Brasil 2005-2014 (continuação)

ANO	MÊS	INVESTIDOR	MILHÕES US\$	PARTI- CIPA- ÇÃO	PARCEIRO	SETOR	SUBSETOR
2012	Março	State Grid	\$550		Copel - Linhas de Transmissão da usina de Teles Pires	Energia	Linhas de transmissão
2012	Mai	State Grid	\$940			Energia	Linhas de transmissão
2012	Dezembro	State Grid	\$220		Copel - Linhas de Transmissão da usina de Teles Pires	Energia	
2012	Mai	China Construction Bank	\$200		WestLB	Finanças	Banco
2012	Novembro	CIC	\$460	33%	Government of Singapore Investment e Canada Pension Plan	Imóveis	Propriedades
2012	Setembro	Lenovo	\$150		Digibras	Technology	
2012	Setembro	Beiqi Foton	\$300			Transporte	Autos
2013	Outubro	JAC Motors	\$450			Transporte	Autos
2013	Abril	COFCO	\$320			Agricultura	
2013	Outubro	CNOOC and CNPC	\$1.280	10%	Petrobras, Shell, e Total	Energia	Petróleo
2013	Dezembro	Three Gorges	\$130	50%	Cachoeira Caldeirão, rio Araguari (AM)		Usina
2013	Dezembro	Three Gorges	\$250	50%	Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no município de Laranjal do Jarí (AP)	Energia	Usina
2013	Outubro	China Construction Bank	\$720	74%	Banco Industrial e Comercial	Finanças	Banking
2013	Janeiro	Xugong Machinery	\$200			Imóveis	Construção
2014	Fevereiro	Three Gorges	\$390	33%	Terra Nova - UHE São Manoel	Energia	Usina
2014	Fevereiro	State Grid	\$100	51%	Central Furnas e North Central Electric linha de Belo Monte	Energia	Linhas de transmissão

Fonte: The American Enterprise Institute e The Heritage Foundation China Global Investment Tracker. Disponível em: <<http://www.heritage.org/research/projects/china-global-investment-tracker-interactive-map>>; acessado em Nov. 2014.

Em 2012, os governos brasileiro e chinês subscreveram um Plano Decenal de Cooperação, “com objetivo de assinalar as áreas prioritárias e os projetos-chaves em ciência e tecnologia e inovação; cooperação econômica; e intercâmbios entre os povos dos dois lados de 2012 a 2021”⁶. Além de “encorajar investimentos” nos setores de gás, petróleo, mineração, infraestrutura e transporte, os dois países acordaram “fomentar o investimento em geração e transmissão de energia e promover a cooperação entre empresas dos dois países nas áreas de construção e tecnologia de transmissão de energia” e “reforçar a cooperação em energia nuclear”. Neste último campo, a China, através da *China National Nuclear Corporation* (CNNC), tem demonstrado forte interesse em entrar no mercado brasileiro com vendas de turbinas para possíveis novas usinas nucleares⁷, uma vez que a Rússia se adiantou, logo após a reunião de cúpula dos BRICS em julho de 2014, iniciando negociações entre a estatal *Rosatom State Nuclear Energy Corporation* e a empreiteira Camargo Correa para cooperação na finalização da usina de Angra 3.

Apesar do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2023 não prever a construção de novas usinas nucleares na próxima década – há apenas uma projeção de aumento da participação da energia atômica no Sistema Integrado Nacional de 1,3% em 2017 para 1,7% em 2023, relativo à possível produção de Angra 3 –, o Ministério das Minas e Energia havia anunciado em 2007, no Plano Nacional de Energia (PNE) 2030, que poderiam ser construídas quatro novas usinas nucleares entre 2015 e 2030. Estes prognósticos podem ser readequados no próximo PNE 2050, a ser publicado no início de 2015, apesar de o próprio Termo de Referência do PNE 2050, já divulgado no final de 2014, listar “riscos de acidentes severos associados à energia nuclear” e altos custos relativos à segurança dos projetos nucleares como fatores indissociáveis deste tipo de matriz.

Nos próximos dez anos, o governo pretende investir R\$ 1,3 trilhão nos vários setores energéticos, aponta o PDE 2023. 23,8% dos recursos iriam para energia elétrica, 69,6% para petróleo e 6,5% para biocombustíveis, visando um aumento de 124,8 GW para 195,9 GW no setor elétrico, de 2 milhões para 4,9 milhões de barris/dia na produção petrolífera, de 77,2 milhões para 148,8 milhões de m³/dia na produção de gás natural e de 27,6 para 47,3 milhões de m³/dia na de etanol.

6 *Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, Sistema Consular Integrado*, junho de 2012. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china>; acessado em novembro de 2014.

7 “Chinesa CNNC busca negócios no Brasil”, *Associação Brasileira de Energia Nuclear*, outubro de 2014. Disponível em: <http://www.aben.com.br/noticias/chinesa-cnnc-busca-negocios-no-brasil>; acessado em novembro de 2014.

Para justificar esta projeção, no PDE 2023 a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão do Ministério das Minas e Energia (MME) responsável pelos planejamentos energéticos, considera que “há que se destacar, a despeito do contexto pelo qual passa a economia brasileira, que esta nos próximos anos terá um desempenho superior à média mundial”. Ou seja, ainda no final de 2014, a EPE trabalha com um prognóstico de crescimento do PIB brasileiro de 4,3% ao ano, apontando como principais vetores deste milagre investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), com destaque aos relacionados à exploração e produção de petróleo.

Desenvolvimentismo na contramão

O panorama exposto até aqui demanda uma série de questionamentos sobre o futuro que o Projeto Brasil *a la* Ministério das Minas e Energia – e, porque não dizer, *a la* BRICS – desenha nos mais diversos campos da vida do país.

Da perspectiva econômica, parece ficção o prognóstico de crescimento de 4,3% do PIB no próximo período – que, de acordo com o MME, justificaria a expansão do parque energético prevista em seus planejamentos. De acordo com o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, “a previsão das consultorias econômicas acreditadas junto ao Banco Central prevê que o país crescerá no máximo os mesmos 2% ao ano até 2018”⁸ tomando-se como referência a década de 1980, aprofundando-se a tendência da reprimarização da economia, da desindustrialização e da quase estagnação que a caracterizaram no último período.

No início de 2015, a nova equipe econômica do governo Dilma abriu os trabalhos anunciando cortes substanciais nas despesas de várias pastas, não descartando o mesmo procedimento quanto aos investimentos. Aliado a isto, a queda brusca do preço do petróleo no mercado internacional no final de 2014 e a retração dos investimentos neste setor – apontado pelo MME como prioritário nas estratégias de expansão energética do Brasil – pode colocar em cheque os planos principalmente do pré-sal.

No documento “Carbon Supply Cost Curves. Evaluating financial risk to oil capital expenditures” (Curvas de Custo de Fornecimento de Carbono. Medindo o risco financeiro do capital gasto em petróleo), publicado pelo

8 “A quase-estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista”, *FGV*, setembro de 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12062/TD%20369%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1>; acessado em novembro de 2014.

Think Tank inglês *Carbon Trackers* em meados de 2014 e que trata do perigo da “bolha de carbono” diante da tendência de realocação dos investimentos globais de combustíveis fósseis para fontes renováveis de energia, a Petrobras consta como uma das empresas de mais alto risco do planeta. Ou seja, de acordo com o relatório, para que a exploração de petróleo seja viável diante de custos como os do pré-sal, por exemplo, é preciso que o preço do barril fique acima de US\$ 95 (em janeiro de 2015, o barril de petróleo chegou a custar US\$ 48,36).

Aparece aqui um aspecto importante que aponta a necessidade de se extrapolar as análises econômicas e considerar outro fator que tem ocupado um espaço crescente nos debates internacionais: as mudanças climáticas. Publicado pela revista *Nature* em janeiro de 2015, um estudo da *University College London* (UCL) aponta que um terço das reservas mundiais de petróleo, 50% das reservas de gás e 80% das reservas de carvão terão que permanecer no solo antes de 2050 para que se alcance a meta (prevista para ser adotada na Cúpula do Clima de 2015) de manter o aquecimento global em no máximo 2°C acima das temperaturas médias pré-Revolução Industrial⁹. Neste cenário, há que se avaliar quais as possíveis reações à sanha petroleira do Brasil em âmbito global no futuro próximo e nas negociações multilaterais sobre o clima.

Sócia em três blocos do pré-sal, a China – uma das maiores clientes do petróleo brasileiro no último período – é também neste sentido uma propulsora do que pode vir a ser uma arapuca econômica, política e ambiental para o país no futuro. O mesmo se pode dizer dos projetos hidrelétricos (incluindo usinas e linhas de transmissão) nos quais os chineses estão envolvidos. Segunda maior aposta do governo no campo energético, a geração de hidroeletricidade – principalmente na Amazônia, onde está concentrado o maior número de potenciais barragens – tem constado entre os projetos infraestruturais mais controversos do país do ponto de vista ambiental, social e jurídico, uma vez que sua realização não tem sido viável sem inúmeras violações das diversas legislações socioambientais.

Os complexos hidrelétricos em construção ou planejamento na Amazônia – como as usinas no rio Madeira, em Roraima; Belo Monte no Xingu, no Pará; Teles Pires e São Manoel no Teles Pires, Mato Grosso; São Luiz do Tapajós, no Tapajós, no Pará, e as duas usinas no Amapá – têm acumulado um recorde nunca antes visto de ações judiciais por ilegalidades em seus processos de licenciamento e construção, de desmatamentos em seus entornos, de tragédias humanas e ambientais e de conflitos e resistências sociais. E o

9 “Study identifies which fossil fuel reserves must stay in the ground to avoid dangerous climate change”, *UCL Institute for Sustainable Resources*, janeiro de 2015. Disponível em: http://www.bartlett.ucl.ac.uk/sustainable/sustainable-news/nature_fossil_fuels; acessado em novembro de 2014.

mesmo, avaliam especialistas da área, deve se aplicar à construção das linhas de transmissão.

Este desenvolvimento baseado no mantra do crescimento ilimitado e das possibilidades infinitas de exploração dos bens naturais (em nome de uma inclusão social bastante relativa), um “capitalismo benévolo” que aponta, sobretudo, a lidar com a pobreza e a desigualdade com retificações e compensações (Gudynas, 2011), tem colocado o Estado em um papel de protagonista de violações em nome do “interesse nacional” que tem dificultado sobremaneira a defesa dos violados. Ou seja, quando é o Estado que altera marcos legais ou precariza direitos – seja via Código Florestal, Código de Mineração, restrição à demarcação dos territórios de populações tradicionais, desafetação de unidades de conservação, etc., seja via desapropriações compulsórias, intervenções da Advocacia Geral da União em procedimentos judiciais que defendem populações violadas, Suspensões de Segurança, etc. –; quando é o Estado que financia a incursão dos “setores produtivos” sobre os territórios tradicionais (via BNDES ou contratos, convênios e acordos com investidores estrangeiros); quando é o Estado que subdivide o país entre sujeitos colonizadores e sujeitos colonizáveis; e quando, para lograr os projetos desenvolvimentistas, o Estado subverte, converte, alicia, amedronta ou reprime em nome do “bem maior”, as resistências nos territórios enfrentam uma multiplicidade de ofensivas comumente mais letais do que as advindas dos setores privados, e que exigem graus organizativos muitas vezes superiores às disponíveis.

Diante da já mencionada reprimarização da economia nacional, figurando o agronegócio e a mineração como grandes provedores do PIB – via exportações em boa parte para os parceiros BRICS –, é importante apontar que tais “locomotivas da Nação” historicamente dominam também os índices de reconcentração de terras e territórios, de desmatamento, de conflitos sociais e de trabalho escravo¹⁰.

Desta feita, a teia que entrelaça projetos hidrelétricos, projetos infraestruturais, produção de commodities agroindustriais, atividades minerárias e exportações à base de investimentos estatais e estrangeiros é, em boa medida, responsável pelo aprofundamento da aniquilação anímica, espiritual, cultural e, em última instância, econômica de uma parcela crescente da população, em tempos de expectativas decrescentes. Expectativas decrescentes no sentido de que não há mais esperança de melhora, de avanços sociais, de lutas reivindicatórias e de ampliação de direitos, restando, no campo das lutas socioambientais, prioritariamente as resistências.

10 Juntas, empresas de ambos os setores constantes da Lista Suja do Trabalho Escravo contabilizam 11.101 trabalhadores libertos nos últimos anos, como indica a última atualização do cadastro em julho de 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php>; acessado em novembro de 2014.

As maiores vítimas destes processos? Sem dúvidas as populações mais frágeis e seus territórios – os “retardatários” do desenvolvimento – e a Democracia, como pontua o filósofo Paulo Arantes.

O desenvolvimentismo significa progresso acelerado, progresso no sentido material. E quando você acelera uma máquina social e econômica, você tem que afastar quem está na frente atrapalhando o trânsito. Pode ser índio, pode ser grevista, pode ser *black bloc*, quem estiver atrapalhando o trânsito, por vontade de atrapalhar ou por ser retardatário (os índios são retardatários, eles estão ocupando porções do território que têm que ser valorizadas para o Capital), você erradica. (...) Quando você entra nos megaeventos, nos megaprojetos na Amazônia, meganegócios, nós voltamos à grandeza do projeto Brasil Potência. E quem formulou este projeto? Foram os militares. A ditadura saiu, mas o projeto ficou. (Arantes, 2014).

Posfácio

Em outubro de 2014, uma comissão de guerreiros Munduruku do Tapajós se reuniu em Brasília com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para questionar a demora da publicação do relatório circunstanciado que reconhece os limites da Terra Indígena (TI) Sawre Muybu (ver mapa no início deste texto), finalizado por técnicos do órgão ainda em 2013. Nesta reunião, registrada em vídeo¹¹ pelos indígenas, a então presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, explica que os estudos e o mapa com as coordenadas da TI não foram oficializados porque outros órgãos do governo federal passaram a discutir a demarcação, que, se aprovada, inviabilizaria legalmente a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós.

Em novembro, os Munduruku decidiram agir.

Nós, povo Munduruku, aprendemos com nossos ancestrais que devemos ser fortes como a grande onça pintada, e nossa palavra deve ser como o rio, que corre sempre na mesma direção. O que nós falamos vale mais que qualquer papel assinado. Assim vivemos há muitos séculos nesta terra. O governo brasileiro age

11 Funai admite: interesse hidrelétrico compromete demarcação de Território Indígena, outubro de 2014. Disponível em: <http://vimeo.com/111974175>

como a sucuri gigante, que vai apertando devagar, querendo que a gente não tenha mais força e morra sem ar. Vai prometendo, vai mentindo, vai enganando. O governo não quer fazer demarcação porque isso vai impedir as hidrelétricas que eles querem fazer em nosso rio, chamadas de São Luiz do Tapajós e Jatobá. Já que o governo não quer fazer a demarcação, decidimos que nós mesmos vamos fazer. Começamos a fazer a autodemarcação e só vamos parar quando concluir nosso trabalho. (Xingu Vivo, 2014).

Afirmaram em carta pública. E assim foi feito¹².

12 A autodemarcação da TI Sawre Muybu ainda estava em curso quando este texto foi escrito.

Referências bibliográficas

GUDYNAS, Eduardo. Crisis civilizatória y desafíos para las izquierdas. In *Mas allá del desarrollo*. Quito: Ediciones Abya Yala: Fundación Rosa Luxemburgo, 2011.

ARANTES, Paulo. A esquerda finge que está governando sociedades orientadas para o futuro, *TV Carta Maior*, maio de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQOANluB16s>; acessado em novembro de 2014.

MOVIMENTO XINGU VIVO. Munduruku do Tapajós denunciam má fé em negociação sobre consulta; governo volta a recuar, *Xingu Vivo*, novembro de 2014. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2014/11/04/munduruku-do-tapajos-denunciam-ma-fe-em-negociacao-sobre-consulta-governo-volta-a-recuar/>; acessado em novembro de 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2023*. Brasil, MME: dezembro de 2014. Disponível em <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1432059/PDE+2023+%28PDF%29/f63b46f4-c9a0-4294-974e-ff2def8d67c8?version=1.1>; acessado em julho de 2014.

BRASIL. *Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, Sistema Consular integrado, junho de 2012*. Brasil, 2012. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china/>; acessado em novembro de 2014.

Impactos e mineração da Vale S.A. em Parauapebas

Tádzio Peters Coelho ¹



Mina na Serra Norte de Carajás
Jeremy Bigwood/Agência Pública (Viagem a Canaã)

Ao longo da última década, o processo de internacionalização de grandes empresas dos países conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi intensificado. Diversos países e regiões são hoje fronteiras de expansão do capital de empresas provenientes dos BRICS. Segundo dados do jornal *The Economist*, a China foi em 2013 o país que obteve a maior corrente comercial com o continente africano (US\$ 156,4 bilhões). A Índia foi o quarto (US\$ 57 bilhões) e o Brasil nono (US\$ 25,3 bilhões). Nesse mesmo processo de internacionalização, estão as empresas brasileiras, como a Vale S.A., a Petrobrás, a Camargo Corrêa e a Odebrecht, que tiveram sua atuação expandida em outros países, geralmente, localizada no continente africano e na América Latina. Essas empresas são provenientes do setor de construção ou de ramos intensivos na exploração de recursos naturais.

Os BRICS estão entre as maiores economias do mundo. Porém, de acordo com o Atlas da Complexidade Econômica², os BRICS, com exceção da China (18º), ocupam posições intermediárias no ranking mundial: Brasil (56º), Rússia (47º), Índia (49º) e África do Sul (57º). Segundo o índice, o Brasil for-

1 Tádzio Peters Coelho é mestre e doutorando em Ciências Sociais na UERJ.

2 O índice de complexidade econômica é baseado em duas dimensões: a ubiquidade dos produtos exportados, isto é, o número de países que conseguem produzir determinado bem; e o seu grau de diversificação tecnológica. É possível que determinado país exporte um produto não-ubíquo, como o nióbio ou o lítio, mas com baixa intensividade tecnológica. Na segunda dimensão, os bens e serviços são agrupados em diferentes setores classificados de acordo com o conteúdo tecnológico. Assim, é importante que a pauta exportadora de um determinado país contenha produtos de concorrência imperfeita, com pouca concorrência, e diversidade tecnológica, o que permite maior conhecimento produtivo. *The Atlas os Economic Complexity*. Disponível em: < <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/02/aldemir-bendine-e-o-novo-presidente-da-petrobras/> >; acesso em 6 de fevereiro de 2015.

ma uma curva descendente em sua complexidade econômica desde o início da década de 1990.

Uma das empresas transnacionais de origem brasileira é a Vale S.A.. A Vale S.A. é hoje a segunda maior empresa mineradora do mundo com um valor de mercado de US\$ 71,4 bilhões³. A mineradora realiza exploração mineral em 22 países e está presente em 38 países. A Vale S.A. foi em 2013 a principal empresa exportadora no Brasil. As exportações da Vale S.A. em 2013 somaram US\$ 26,5 bilhões, com participação de 11% no total das exportações brasileiras. O principal mercado da empresa é a China, destino de 38,6% das vendas⁴.

Esse crescimento da empresa vem acompanhado da ampliação e intensificação de impactos inerentes à atividade mineradora. Esses impactos podem se reproduzir em longo prazo e nas mais distintas regiões. Os impactos são econômicos, ambientais e socioculturais. Dessa forma, tendo como base a pesquisa publicada em livro⁵, neste artigo buscamos analisar e classificar os impactos causados pela mineração da Vale S.A. no município de Parauapebas-PA.

Peso da mineração na economia brasileira

A mineração tem como condicionantes de seu produto a demanda e a disponibilidade de minerais dada pela natureza. Essa disponibilidade natural é um dos fatores que condiciona os preços dos minerais. Os custos de extração, transporte e comercialização são outros fatores condicionantes dos preços dos minerais. Influem ainda taxas e impostos, a estocagem de matérias-primas minerais e o preço da força de trabalho. É importante ressaltar que a mineração encontra-se nos estágios primários das cadeias produtivas globais. Assim, boa parte do preço dependerá da demanda de setores superiores dessa cadeia, fazendo com que a principal constante no mercado mundial seja a oscilação dos preços. Essa oscilação de preços causa instabilidade social e econômica nas regiões produtoras porque, em momentos de crise e de queda nos preços, a extração mineral pode paralisar a produção gerando desemprego. Dessa forma, podemos definir a mineração como uma atividade socialmente instável.

A mineração enquanto atividade econômica que utiliza o valor produzido pela própria natureza e pelo trabalho gera diversas consequências: para os trabalhadores da atividade mineradora; para as populações residentes próxi-

3 Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/05/25-maiores-empresas-brasileiras-segundo-forbes.html>; acesso em 13 de outubro de 2014.

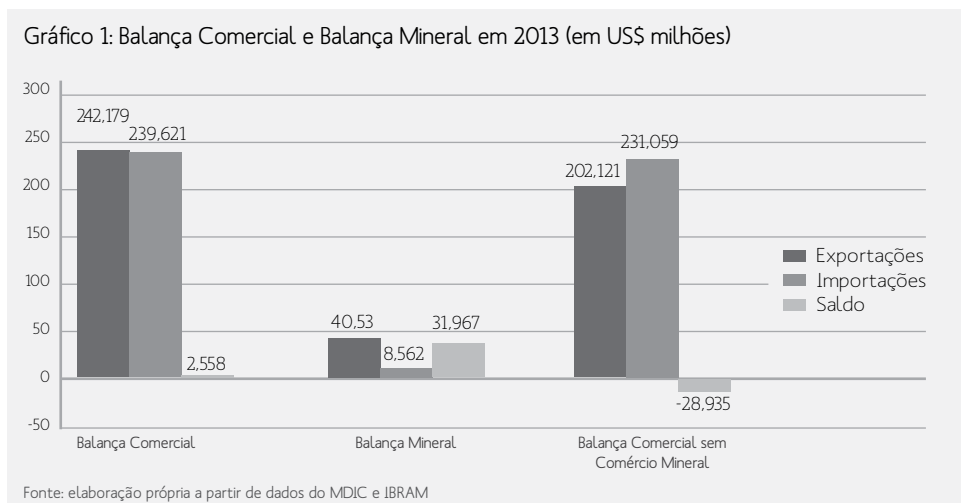
4 Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/annual-reports/20F/Paginas/default.aspx>; acesso em 25 de março de 2014.

5 COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Rio de Janeiro: Ibase, 2014.

mas aos locais de extração mineral; para as populações residentes próximas ao trajeto do modal de transporte, que pode ser feito através de ferrovias, estradas e minerodutos; para pescadores e populações residentes próximas aos portos de escoamento da produção.

Em 2000, a mineração representava 0,59% do PIB do Brasil e em 2012 correspondia a 0,78% do PIB. O crescimento da atividade mineradora também aparece no aumento das exportações minerais. Se em 2000 as exportações minerais totalizaram US\$ 3,7 bilhões, em 2013 foram de US\$ 35,9 bilhões (IBRAM, 2012). No 1º semestre de 2014, o principal destino das exportações de minérios brasileiros foi a China (31,5%), mesmo que sua participação tenha diminuído em relação ao 1º semestre de 2013 por causa da utilização dos estoques de minério de ferro das siderúrgicas chinesas. Ainda, o principal mineral exportado no período foi o minério de ferro, representando 77,7% das exportações minerais.

O gráfico 1 representa o peso da corrente comercial da mineração para atingir o superávit na balança comercial brasileira. Sem o comércio dos minerais, a balança comercial brasileira de 2013 registraria um déficit de US\$ 28 bilhões.



Buscando contrabalançar o desequilíbrio de suas contas externas, o incentivo à atividade mineradora é feito de diversas maneiras. Uma das principais é por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo dados disponibilizados pelo BNDES em seu sítio eletrônico, o próprio BNDES aprovou em 2008 um limite de crédito para a Vale S.A. de R\$ 7,3 bilhões. Parte do empréstimo foi direcionado para o projeto S11D. Outro financiamento foi aprovado em 2012, no valor de R\$

3,882 bilhões. Os recursos são direcionados para a implantação do projeto CLN S11D. O BNDES financia 52,3% do projeto. Já em abril de 2014, o BNDES aprovou novo financiamento de R\$ 6,2 bilhões para a Vale S.A. Os recursos são destinados ao aumento da capacidade de produção em Carajás.

Ainda a mineração aumenta a arrecadação por meio de impostos e royalties, o que é uma fonte de divisas fundamental para atingir o superávit primário. Ansiosos pelo aumento da arrecadação, e muitas vezes recebendo financiamento de campanha por parte de mineradoras⁶, os governos estaduais são os principais defensores das empresas mineradoras nos processos de licenciamento da infraestrutura de extração e transporte dos minerais.

Mineração em Parauapebas e seus impactos

Em 2013, o Pará representou 30,3% das exportações brasileiras de minério de ferro e 73,3% das exportações brasileiras de cobre. Parauapebas arrecadou, em 2013, por meio da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.), R\$ 700 milhões, o que corresponde a 80% do arrecadado pela CFEM no Pará e 24% no Brasil. Parauapebas está localizada na mesorregião do sudeste do Pará e é um dos municípios englobados pelo Complexo Grande Carajás. Os minerais extraídos em Carajás são o manganês, o minério de ferro e o cobre. Parte da extração mineral de Carajás é realizada no território do município, que é a principal cidade da região.

Parauapebas foi emancipada em virtude da exploração mineral em Carajás. Uma das primeiras consequências da atividade mineral foi o vertiginoso crescimento populacional. De 1991 a 2010, a população da cidade cresceu 421% passando de 36.498 para 153.908 habitantes. Dessa forma, a cidade demonstrou uma série de impactos causados pela mineração da Vale S.A. em Carajás. Com a ampliação da estrutura de produção na Serra Leste e com a exploração na Serra Sul, através do Projeto S11D, possivelmente, a intensidade dos impactos irá aumentar.

Em 2010, 34,69% da população de Parauapebas estava na condição de vulnerabilidade à pobreza. Ainda, 62,98% da população ocupada no município ganha até dois salários mínimos.

Em 2010, 9,21% da população ocupada trabalha diretamente na indústria extrativa. A taxa de desocupação, percentual da população economicamente ativa (PEA) que estava desocupada, era de 10,38%. Os 20% mais pobres de

6 Empresas mineradoras doaram R\$ 91,5 milhões para as eleições de 2014. Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator do novo código da mineração, recebeu para sua campanha R\$ 1,030 milhão de empresas mineradoras. Disponível em: <http://www.valor.com.br/video/3790907784001/mineradoras-doam-mais-a-disputa-pela-camara>; acesso em 7 de outubro de 2014.

Parauapebas representavam, em 2010, 3,49% da renda total, enquanto os 20% mais ricos detinham 58,01%.

Utilizando a tipologia dos impactos da mineração exposta em recente estudo (Coelho, 2014), é possível mapear os impactos causados pela mineração em Parauapebas⁷. É importante destacar que os impactos tendem a ser direcionados aos grupos e classes mais fragilizados na região, assim como a sua intensidade tende a ser maior quando atinge essas populações. Em geral, os impactados são as populações de baixa renda residentes das periferias de grandes e médias cidades, trabalhadores da própria atividade mineradora, modos de produção tradicionais, quilombolas e grupos indígenas. Um fator que pode contrapor os impactos e diminuir sua intensidade é a mobilização popular.

Na tabela 1, segue a relação de impactos⁸ causados pela mineração do Complexo Grande Carajás em Parauapebas e ao longo do trajeto de escoamento e transporte dos minerais.

Concentração de renda

O Índice Gini passou de 0,59 em 1991 para 0,65 em 2000 e, com a amplificação dos programas sociais e com a política de valorização real do salário mínimo, para 0,53 em 2010. Provavelmente, a década de 1990 é a mais confiável para entendermos a relação entre desigualdade de renda e atividade mineradora, já que na década de 2000 as políticas sociais e a valorização real do salário mínimo inverteram o ritmo de concentração de renda.

Porém o maior problema de utilizar o índice GINI para analisar a concentração de renda decorrente de atividades econômicas exportadoras de insumos é o espaço geográfico delimitado pelo índice. A riqueza expropriada nesse processo é apropriada em locais distantes de onde é feita a extração mineral. Assim, o GINI perde confiabilidade para nosso estudo. Vale a pena destacar que a mineração a céu aberto não é intensiva em mão de obra. Como as operações de lavra são bastante automatizadas e mecanizadas (CURI, 2014: 15), a maior parte dos investimentos são em capital, em maquinário e equipamentos, o que não é acompanhado na mesma proporção por investimentos em trabalho, o que resulta na criação de um número pequeno de empregos frente a outras atividades econômicas. Exemplo disto é o projeto S11D, que

7 Nossa análise é baseada em trabalho in loco, pesquisa bibliográfica e utilização de indicadores. O trabalho de campo realizado em Parauapebas e região e o estudo bibliográfico serviram de base para esta pesquisa. A pesquisa de campo e a bibliografia utilizada servem de base analítica para a compreensão dos impactos.

8 A categoria impacto é definida como consequência e a atividade mineradora como causa. O impacto é a categoria mais acertada para a nossa pesquisa porque pode demonstrar em que medida a manutenção da mineração é válida, e ainda mostrar quais as potencialidades e os limites envolvidos neste processo.

Tabela 1- Impactos negativos decorrentes da mineração

IMPACTOS ECONÔMICOS LOCAIS	IMPACTOS SOCIOCULTURAIS LOCAIS	IMPACTOS AMBIENTAIS LOCAIS
1. Concentração de renda	1. Dumping social e ambiental	1. Poluição aérea causada por pó decorrente do transporte do mineral:
2. Gastos com a criação e manutenção de infraestrutura de estradas que não são compensadas pela baixa porcentagem do CFEM	2. Superexploração do trabalho na cadeia produtiva do minério de ferro e do aço	2. Construção e manutenção de represas de rejeitos
3. As propriedades vizinhas à área da jazida perdem valor comercial	3. Aumento do tráfego local	3. Contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água.
4. Custo de oportunidade envolvido na renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas	4. Alto risco de "acidentes" de trabalho	4. Poluição sonora causada por explosões e movimentação de carga
	5. Reassentamento de populações residentes próximas às minas	5. Destruição de sítios arqueológicos
	6. Destruição de formas de produção tradicionais	6. Remoção de biomas no local da cava
	7. Deslocamento de grandes contingentes populacionais para cidades próximas às jazidas	7. Utilização de água para transporte em minerodutos e para separação do minério
	8. Enclave mineiro:	8. A instalação de ferrovias impacta diretamente comunidades que estão em seu trajeto

Fonte: Coelho, 2014.

conta com investimentos declarados de US\$ 20 bilhões em investimento e criará apenas 2.600 empregos permanentes.

Gastos com a criação e manutenção de infraestrutura de estradas que não são compensadas pela baixa porcentagem do CFEM

A administração municipal de Parauapebas depende dos investimentos e das decisões da Vale S.A. em relação ao sistema rodoviário local. Um claro exemplo disso é o projeto de duplicação da rodovia Faruk Salmen. A princípio, a duplicação da rodovia seria financiada pela própria prefeitura, mas, devido aos altos custos, o projeto passou a ser responsabilidade da Vale S.A.. Isto indica que a prefeitura não consegue fazer a manutenção necessária das rodovias para acompanhar o ritmo intenso da produção no Complexo de Carajás.

As propriedades vizinhas à área da jazida perdem valor comercial

A Serra Leste, onde estão localizadas as minas em atual exploração de Carajás, está distante de Parauapebas. Porém, a expansão direcionada para a Serra Sul, por meio do Projeto S11D, já desvaloriza as propriedades do município vizinho de Parauapebas, em Canaã dos Carajás.

Custo de oportunidade envolvido na renúncia ao incentivo de outras atividades econômicas

Como os incentivos e gastos públicos da prefeitura local e do governo estadual são destinados para manter a infraestrutura de uma cidade onde a população cresceu mais de 400% em dez anos, por conta da mineração em Carajás, perde-se a oportunidade de direcionar investimentos que incentivem outras atividades econômicas. Ainda, a expansão dos territórios utilizados pela mineração em larga escala diminui a disponibilidade de terra a ser utilizada pela reforma agrária, pela agroecologia e pela agricultura familiar. A renúncia a benefícios decorrentes de atividades alternativas é um impacto da mineração na região.

Dumping social e ambiental

O *dumping* é caracterizado pela queda intencional dos preços causada por uma empresa buscando prejudicar a concorrência em um dado mercado. O baixo custo de extração, separação e beneficiamento do minério de Carajás, com alto teor de pureza (66,13%, segundo dados da Vale S.A. (2012), e as pequenas exigências legais sociais e ambientais para a instalação e duplicação da produção abrem a possibilidade da Vale S.A. praticar o *dumping* no mercado do minério de ferro.

Superexploração do trabalho na cadeia produtiva do minério de ferro e do aço

A superexploração do trabalho acontece nas minas de Carajás e na cadeia produtiva do ferro-gusa - estágio intermediário entre o minério de ferro e o aço. O trabalho dentro do Complexo das minas de Carajás foi alvo do Mistério Público do Trabalho. A Vale S.A. é acusada de não pagar o tempo de itinerância aos trabalhadores lotados em Carajás. Os trabalhadores levam em média duas horas e meia para chegar até as principais cavas de Carajás, já que as minas estão localizadas dentro da Floresta Nacional de Carajás, local afasta-

do da cidade de Parauapebas. São cinco horas por dia não pagas pela empresa por deslocamento dos trabalhadores.

A distância entre o domicílio e o local de trabalho resulta em uma diferença decisiva para o bem-estar dos trabalhadores. Há ainda o agravante do intenso tráfego urbano durante as trocas de turno na mina de Carajás. É obrigatório que o tempo gasto entre a casa e o trabalho, conhecido como hora *in itinere* (no itinerário), seja remunerado. No entanto, a Vale S.A. não pagava seus funcionários por esse tempo, o que levou o então juiz da Vara Federal do Trabalho de Parauapebas a condenar a empresa, multando-a em R\$ 200 milhões por dumping social e R\$ 100 milhões por danos morais coletivos.

Ao longo do trajeto da EFC, existem vários polos siderúrgicos. O polo guseiro existente entre Marabá e Açailândia têm entre suas siderúrgicas a Cosipar, a Fergumar, a Simasa, a Cosima, a Viena, a Ibérica, a Usimar, a Simara e a Margusa, todas produzindo o ferro-gusa. O ferro-gusa é utilizado na fabricação de um aço de menor qualidade. Essas guseiras em Marabá e Açailândia têm disseminado na população dos bairros vizinhos, através da emissão de partículas no ar, doenças respiratórias, dermatológicas e oftalmológicas. As comunidades Califórnia e Piquiá de Baixo, em Açailândia, buscam reassentamento devido às emissões de poluentes no ar pelo polo guseiro.

As usinas guseiras utilizam como combustível o carvão vegetal. De acordo com o Ministério Público, a produção desse tipo de carvão utiliza, em muitos casos, mão de obra semiescrava e mão de obra infantil. A cadeia produtiva iniciada em Carajás utiliza a superexploração e o trabalho infantil como regimes de produção. A Usina Siderúrgica de Marabá S.A. (Usimar) está incluída na lista “suja” do trabalho escravo, realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Durante 2006, a Usimar submeteu 20 pessoas a condições análogas à escravidão, em Abel Figueiredo (PA).

Aumento do tráfego local

Há na cidade de Parauapebas um intenso tráfego durante os horários de troca de turno em Carajás. A principal vertente de movimento da cidade é a rodovia PA-275, que serve de entrada para a Floresta Nacional de Carajás. Nos horários de troca de turno em Carajás, a rodovia fica frequentemente congestionada.

Alto risco de “acidentes” de trabalho

Os acidentes na atividade mineradora são recorrentes, resultando frequentemente em mortes. Os trabalhadores são submetidos a uma intensa rotina

com metas de produtividade, o que aumenta a possibilidade de acidentes. Em 2010, foram 11 vítimas de acidentes dentro de instalações da Vale S.A. (AAV, 2012). Um caso de acidente dentro de Carajás foi o que vitimou um trabalhador terceirizado em 2013. O funcionário da Dservice Manutenções e Montagens, empresa prestadora de serviços, faleceu após cair de um prédio em construção no Complexo de Carajás.

Reassentamento de populações residentes próximas às minas

A duplicação da EFC e a instalação da infraestrutura para exploração da Serra Sul, do Projeto S11D, motivam o reassentamento de várias comunidades em Canaã dos Carajás. Entre estas comunidades está a Colônia do Sol Nascente e a Vila Mozartópolis. A Vale S.A. necessita deslocar essa população para instalar a infraestrutura de beneficiamento, separação e transporte do Projeto S11D.

Destruição de formas de produção tradicionais

Em 2008, a Vale S.A. foi condenada, em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal e pela FUNAI, a destinar mensalmente mais de R\$ 650 mil por mês aos povos indígenas Xikrin do Cateté e Xikrin do Djudjekô Xikrin, que vivem nas proximidades de Carajás por impactos no modo de vida desses grupos. A empresa também foi obrigada a restaurar a estrada que liga ambas aldeias. Os impactos da extração mineral em Carajás são sentidos pelos grupos indígenas desde sua instalação. O principal impacto afeta a pesca e outras formas de produção tradicionais.

Através da ocupação extensiva dos territórios, a Vale S.A. afeta pequenos agricultores, além de outros territórios indígenas e quilombolas. Grande parte dessa população tem como meio de vida formas de produção que são decisivamente alteradas pela expansão da produção em Carajás.

Deslocamento de grandes contingentes populacionais para cidades próximas às jazidas

A cidade de Parauapebas está localizada ao lado do Complexo de Carajás. O ritmo de seu crescimento foi dado pela evolução na produção de minerais em Carajás. A maior parte dos bairros foi sendo criada por meio de ocupações na medida em que populações migrantes ocupavam propriedades. A população de Parauapebas passou de 36.498, em 1991, para 153.908 habitantes, em

2010, crescimento de mais de 400%. Esse crescimento populacional causa problemas de especulação imobiliária, aumenta o tráfego urbano e a violência urbana. De acordo com o Mapa da Violência (2013), a taxa de homicídios de Parauapebas é de 60,5 por cada 100 mil habitantes. Parauapebas tem a 10ª maior taxa de homicídio do Pará e a 86ª do Brasil, o que é bastante considerável, tendo em vista que a pesquisa analisa 1.663 municípios.

Enclave mineiro

O local onde moram os funcionários dos cargos de gerência da empresa fica dentro da Floresta Nacional de Carajás, com infraestrutura superior, acesso de todos os domicílios à rede de esgoto, escolas, segurança e hospital privados. Já os funcionários de empresas terceirizadas e os trabalhadores da Vale S.A. de cargos inferiores vivem na cidade de Parauapebas, geralmente em bairros periféricos, sem acesso à rede de esgoto e com precários serviços públicos de saúde e educação. O aeroporto da cidade também fica dentro da Floresta Nacional de Carajás.

Os canais de renda provenientes da extração mineral do Complexo de Carajás passam distantes da maior parte da população local, reafirmando a tese clássica da economia de enclave, em que o fluxo de um dado circuito econômico está diretamente ligado ao mercado externo. A criação e o funcionamento do enclave acontecem, muitas vezes, a expensas da economia local precedente à mineração. O principal município exportador do país em 2013 mantém uma corrente de comércio vigorosa que gera poucos benefícios para a sociedade local.

Poluição aérea decorrente do transporte do mineral

A EFC passa pelos assentamentos Palmares I e Palmares II, emitindo partículas no ar em trechos do trajeto que passam próximos às residências. No entanto, este impacto é moderado pelo fato do transporte dos minerais em Carajás não ser feito por modal rodoviário.

Construção e manutenção de represas de rejeitos

O estéril em Carajás, material rejeitado durante a lavra dos minerais, é disposto em pilhas específicas, formando grandes morros artificiais de rejeito. As chuvas carregam parte dessas terras para rios, causando danos irreversíveis ao meio ambiente. Este impacto é apaziguado por duas grandes barragens

próximas à Serra Norte de Carajás, que retêm grande parte desse material antes de chegar aos rios. À medida que as cavas são aprofundadas, mais estéril é depositado e maior é o impacto.

Contaminação, destruição e assoreamento de rios e reservatórios de água

Como em Carajás parte do estéril depositado é arrastada, os rios da região podem assorear. Há também rebaixamento de lençóis freáticos nas minas de Carajás, o que prejudica e destrói os reservatórios de água da região. Ainda, grandes quantidades de água são retiradas dos rios da região para serem utilizadas na separação e beneficiamento dos minérios.

Poluição sonora causada por explosões e movimentação de carga

A poluição sonora causada por explosões na mina de Carajás não atinge a cidade de Parauapebas porque as cavas ficam afastadas da cidade. Porém, a poluição sonora causada por movimentação de carga atinge a cidade já que a EFC passa por dentro de diversos bairros de Parauapebas. Isso afeta decisivamente o cotidiano e o bem estar da população local.

Destruição de sítios arqueológicos

Há ocorrência de cangas ferríferas nas Serras Sul e Norte de Carajás. Esse bioma, associado à presença de jazidas de minério de ferro, frequentemente forma cavidades no solo. Foram identificadas mais de 2.000 cavernas em Carajás. Em várias dessas cavidades da Serra de Carajás foram encontradas evidências de presença humana de até oito mil anos atrás (ICMBIO, 2012:27). Em 1992 foi destruída a cavidade conhecida como Gruta do Gavião, em decorrência da expansão da mineração na Serra Norte.

Remoção de biomas no local da cava

As cangas ferríferas estão ligadas à ocorrência de grandes depósitos de minério de ferro. Assim, são duas as regiões de canga em Carajás, divididas pela Vale S.A. em Serra Norte e Serra Sul (ICMBIO, 2012:23). Algumas delas já removidas pela extração de minerais, já que a Serra Norte explorada desde 1985. A Serra Sul, que permanece intocada, têm 3.500 hectares. Porém, com o Projeto S11D, a previsão é de que diminuam mais ainda as áreas de canga.

Utilização de água para o transporte e para a separação do minério

A água tem utilização intensiva em algumas das etapas da produção em Carajás, como no transporte dos minerais através de correias, que têm extensão de 85 km, na britagem e no peneiramento da hematita. Também é utilizada água nos locais onde há risco de suspensão de pó, como na área de cava e no tombamento do minério em vagões do trem da EFC. A água também é utilizada para diminuir a suspensão de pó nas minas.

A instalação de ferrovias impacta diretamente comunidades que estão em seu trajeto

A instalação de ferrovias afeta não apenas a região onde se encontra a mina, mas também as áreas ao longo de seu trajeto até o porto de escoamento. A EFC têm 330 vagões e 892 km de extensão. Os trens da EFC passam de 9 a 12 vezes por dia por 26 municípios, 28 unidades de conservação ambiental e 86 comunidades quilombolas, além de territórios indígenas. Assim, a EFC atravessa povoados inteiros, dividindo populações e causando mortes por atropelamento. Segundo o Relatório de Insustentabilidade da Vale S.A., em 2010, foram 174 mortes ou lesões graves em decorrência de atropelamentos na EFC e nas ferrovias EFVM, MRS e FCA (AAV, 2012: 4). Em 2010, foram 34 acidentes na EFC envolvendo o trem de carga, resultando em sete mortes.

Conclusão

A trajetória econômica dos BRICS contém diferenças fundamentais entre os países traduzidas na estrutura produtiva. Em relação ao perfil das exportações, o único país que não se assemelha ao Brasil, quanto ao conteúdo tecnológico, é a China. A Rússia e a Índia tem uma pauta primário-exportadora em que o óleo bruto é o principal produto. Brasil e África do Sul têm como principal atividade exportadora a mineração. Porém, a África do Sul é ainda mais especializada nessa atividade econômica, tendo minerais como os três principais bens de exportação (ouro, platina e diamantes). Os principais produtos de exportação do Brasil são o minério de ferro, o complexo da soja e o óleo bruto.

É certo que as diferenças nas trajetórias de cada país também resultam em impactos distintos nas populações. A economia brasileira, ao longo dos últimos trinta anos, vem reprimarizando suas exportações. As grandes empresas brasileiras, especificamente, estão localizadas em setores intensivos em recursos naturais e primários da cadeia produtiva. O crescimento das grandes em-

presas brasileiras, em particular da Vale S.A., tem como principal contraponto a intensificação e a ampliação dos impactos ligados às atividades extrativas, como a mineração. Esse tipo de especialização têm resultados singulares. Se as empresas expandem sua produção e comércio globalmente, muitos de seus impactos incidem localmente, impactando decisivamente populações marginalizadas nos processos de deliberação política.

Parauapebas e região padecem por uma série de danos causados pela mineração da Vale S.A. no Complexo Grande Carajás. Danos estes que deslegitimam a própria atividade mineradora em Carajás. Seria necessário diminuir o ritmo da extração mineral, ao invés de aumentá-la, como acontecerá com o Projeto S11D. A megamineração de Carajás ainda traz o risco da especialização na exportação de *commodities*, em detrimento do desenvolvimento de alternativas econômicas que gerem mais empregos e causem menos danos. Dessa forma, também é marginalizado o incentivo à ciência e à tecnologia. Da maneira atual que é extraído a matéria-prima mineral, os impactos irão repercutir por mais algumas gerações, até que as minas de Carajás sejam exauridas.

Referências Bibliográficas

ARTICULAÇÃO DE ATINGIDOS PELA VALE (AAV). *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*. Maranhão: Justiça nos Trilhos, 2012. Disponível em: <http://www.justicanostrilhos.org/sites/default/files/Relatorio%20Insustentabilidade%20Vale%202012%20FINAL%20.pdf>

"Aldemir Bendine será o novo presidente da Petrobras", *Portal Fórum*, 6 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/02/aldemir-bendine-e-o-novo-presidente-da-petrobras/>; acesso em 6 de fevereiro de 2015.

ANTT - Associação Nacional de Transporte Terrestre. *Relatório Anual de Acompanhamento das Concessões Ferroviárias Ano 2010*. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/12066.html>; acesso em 15 de abril de 2014.

"As 25 maiores empresas brasileiras, segundo a Forbes", *Época Negócios Online*, 08/05/2014. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/05/25-maiores-empresas-brasileiras-segundo-forbes.html> ; acesso em 13 de outubro de 2014.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/perfil/parauapebas_pa ; acesso em 7 de outubro de 2014.

"BNDES aprova financiamento de R\$ 7,3 bilhões para Vale realizar investimentos no Brasil até 2012", *Site BNDES*, 01/04/2008. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2008/20080401_not054_08.html ; acesso em 8 de abril de 2014.

"BNDES aprova R\$ 3,9 bilhões para Vale investir em logística no Maranhão e Pará", *Site BNDES*, 23/08/2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2012/industria/20120823_Vale.html ; acesso em 8 de abril de 2014.

COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado*. Rio de Janeiro: Ibase, 2014.

CURI, Adilson. *Minas a Céu Aberto: planejamento de lavra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. *Informe*

Mineral 1º/2014. Brasília, setembro/2014. ISSN 0101-2053. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=9328; acesso em 7 de outubro de 2014.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. *Informações e análises da economia mineral brasileira*. 7ª edição. Dezembro/2012. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00002806.pdf>; acesso em 10 de outubro de 2014.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. *Informações sobre a Economia Mineral do Estado do Pará*. Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004356.pdf>; acesso em 7 de outubro de 2014.

ICMBIO. O Avanço da Mineração na Floresta Nacional de Carajás, Pará, versus a conservação do Ecossistema de Canga. In: JUSTIÇA NOS TRILHOS. *Não Vale*. Acailândia (MA), Justiça nos Trilhos, 2012. Disponível em: http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/revista_ao_vale_1_edicao.pdf.

"Mineradoras doam mais à disputa pela Câmara", *Valor Econômico*, Política, 18/09/2014. Vídeo (03m19s). Disponível em: <http://www.valor.com.br/video/3790907784001/mineradoras-doam-mais-a-disputa-pela-camara>; acesso em 7 de outubro de 2014.

"Vale receberá financiamento de R\$ 6,2 bilhões para projeto de expansão", *Visão Nacional*, 15/04/2014. Disponível em: <http://www.emtemporeal.com.br/index.asp?area=2&dia=15&mes=04&ano=2014&idnoticia=137676>; acesso em 5 de abril de 2014.

VALE S.A. *Relatório 20F*. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/annual-reports/20F/Paginas/default.aspx>; acesso em 25 de março de 2014.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Homicídios e juventude no Brasil, Mapa da violência 2013*. Brasília: 2013. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf; acesso em 15 de abril de 2014.

A cooperação internacional na África e os BRICS em questão

Patrícia dos Santos Pinheiro¹ e Sérgio Botton Barcellos²



Moçambique: Construção de ferrovia para
escoamento de produção mineral

Glaucia Marinho

A relação da África com ações de cooperação internacional, operadas por países que têm interesse em seus recursos naturais e mercados, apesar de ser historicamente alvo de muitos conflitos e análises, renova-se em diferentes contextos atualmente, com a entrada de outros atores, como os países emergentes que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Com isso, se por um lado o continente africano vê o fortalecimento de suas parcerias para além das tradicionais e consolidadas relações de exploração e colonização com a Europa (complementada pelos Estados Unidos no pós-guerra), por outro, as implicações da expansão da ação do BRICS ainda estão em questão e são alvo de questionamentos pelas organizações e movimentos sociais na África.

A partir desse texto, propomos a reflexão sobre a cooperação internacional e a atuação do BRICS na África, analisando a complementaridade entre as ações chamadas de “assistência humanitária”, e a exploração em nome do desenvolvimento social e econômico, fórmula consolidada pela Europa no continente africano, da qual os países do BRICS enunciam em discurso ter uma ação diferenciada. Procuramos, entretanto, mostrar que essa rede de ações da cooperação efetuada pelos países desse bloco também é portadora de estratégias centradas em interesses geopolíticos e relações econômicas, que conta com a atuação de governantes, organismos internacionais e grupos empresariais, mas não necessariamente reproduzem o modelo de “cooperação” dos países do Norte.

-
- 1 Esse texto é parte de uma reflexão elaborada pelos autores a partir da vivência que tiveram no Senegal e a partir de observações e pesquisas também sobre o tema da cooperação internacional e do BRICS na África.
 - 2 Patrícia dos Santos Pinheiro é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Trabalha com o tema de políticas de identidade e comunidades quilombolas.
 - 3 Sérgio Botton Barcellos é pesquisador no tema de políticas sociais e juventude. Doutor pelo CPDA/UFRRJ.

Dentre os elementos que fazem parte da ideia de cooperação internacional na atualidade, pode-se incluir diferentes frentes de atuação, como a conhecida ajuda humanitária feita, seja pelo financiamento de organizações ou projetos, seja pela disponibilização de assistência técnica, capacitação local, importação de tecnologias, doação de alimentos, medicamentos e outros materiais. Parte essencial do jogo geopolítico, essa forma de assistência é materializada por uma série de redes que incluem governos, iniciativa privada e organizações da sociedade civil, com a presença significativa de agências da Organização das Nações Unidas (ONU), ONGs e fundações internacionais.

A cooperação pode se voltar ainda para a intervenção militar “para a paz e a segurança” ou nem sempre diretamente vinculado à ajuda humanitária, ela pode estimular a implementação de investimentos privados que desenvolveriam a economia local. Exemplo disso, é que o presidente do Conselho Europeu, Herman Rompuy em documento sobre as parcerias entre África e União Europeia afirmou que “a ajuda à cooperação, por muito necessária que seja, não basta, por si, para garantir o desenvolvimento, tendo o sector privado um papel fundamental a desempenhar neste contexto.” (Rompuy, 2011: 7).

Em relação às fontes de dados, dada a grande gama de interesses em questão e a profusão de dados quando se trata do tema, é evidente a dificuldade em encontrar dados oficiais sobre a exploração econômica atual na África, já os dados divulgados sobre a “ajuda humanitária” são mais acessíveis e estão disponíveis em muitos casos para acesso via web. Além disso, percebe-se uma incongruência entre as informações divulgadas como “benéficas” aos povos da África, presentes nos tratados de cooperação anunciados oficialmente por diversos países, e as ações que são efetivamente realizadas no continente. Dada essas dificuldades de pesquisa e informação será preciso recorrer a diferentes fontes de dados nesse texto para a elaboração de algumas questões sobre a cooperação internacional e as ações do BRICS na África.

Sob essa perspectiva, o texto foi organizado em uma parte inicial em que é apresentada de maneira breve a conformação inicial da cooperação internacional, passo seguinte à colonização no continente africano. Posteriormente, são trazidos ao texto dados e a discussão sobre as principais ações e relações que estão sendo estabelecidas entre os países do BRICS e do continente africano. Por fim, trazemos à tona a discussão sobre a relação entre cooperação, “ajuda humanitária” e exploração econômica, seguida de algumas discussões e reflexões sobre essa relação entre os países considerados “desenvolvidos”, os na atualidade “emergentes” e o continente africano.

Entre as relações históricas de colonização e a cooperação internacional na África

Na África, ao longo dos últimos séculos, é constante a presença de intervenções de diversos países, geralmente intercalada entre ações militares, investimentos de agrupamentos empresariais e a assistência humanitária. Mas é preciso contextualizar essas relações e a presença ocidental na África, pelo menos nos últimos dois séculos (sem ignorar as colonizações anteriores, como dos árabes). No caso do continente africano, que foi colonizado nesse período histórico mais recente por países europeus, principalmente França e Reino Unido, e também Bélgica, Alemanha, Espanha, Portugal e Itália, a década de 1950 e 60 foi marcada pelas “independências” nacionais. Apesar disso, uma outra forma de atuação dos países ocidentais rapidamente teve lugar, pelos organismos internacionais e ONGs, a chamada “cooperação internacional”.

Exemplo desse tipo de relação é o caso francês, relatado detalhadamente em relatório da ONG francesa Survie (Thimonier, 2006). Esse país constituiu, segundo o referido documento, o Ministério da Cooperação, no ano de 1961, que substituiu as ações do antigo Ministério das Colônias. Iniciava-se, dessa maneira, o sistema *Françafrique*, ironicamente homófono à frase *France à fric*, que indicaria o interesse da França em ganhar dinheiro com a África. Paralelo aos acordos oficiais de cooperação, frequentemente são relatadas ações mais obscuras coordenadas pelas antigas metrópoles, como a incitação à guerra, a intervenção em eleições locais e mesmo o afastamento de lideranças, ainda segundo Thimonier.

Nesse período, a França, que chegou a ter mais de 20 colônias somente na África, tornou-se a principal “parceira” de suas antigas colônias, com acordos de cooperação econômica, militar, judiciária, técnica, cultural e financeira, executados a partir de um corpo de técnicos e conselheiros franceses, enviados aos novos países para criar instituições, estabelecer programas de desenvolvimento econômicos e formar governantes locais, segundo o mesmo texto. A administração dos novos governos era formada basicamente junto às elites étnicas locais, sendo que o apoio local foi um fator essencial para fortalecer esse tipo de relação, que pode ser denominada também como uma neocolonização. Uma importante análise do neocolonialismo na África é feita por Ndlovu-Gatsheni (2013), que procura indicar os paradoxos do atual modelo de poder global e suas continuidades com a ligação colonial mesmo após as independências africanas, que não teriam gerado sistemas mais libertários ou socialmente justos, sim um “mundo neocolonizado pós-colonial” na África.

Se no período colonial as potências europeias já haviam imposto sua língua, moeda, sistema administrativo e jurídico, a relação de cooperação tende a manter a influência privilegiada desses países na África. Foram implementadas

e reforçadas estruturas de Estado que já nasceram arcaicas e burocratizadas e que estimulam modelos de desenvolvimento que os países ocidentais julgam ser os mais adequados aos países considerados “subdesenvolvidos”, que é serem fornecedores de matéria prima e estarem em uma posição de dependência econômica.

Os parceiros dos países ditos “em desenvolvimento” atuam em temas clássicos dos direitos humanos, como o combate à fome, a doenças (como o recente surto de Ebola), ações sanitárias, agricultura *ecológica*, alfabetização, acesso a tecnologias, comércio justo, participação, cidadania, democracia, segurança e paz (elementos enfatizados no combate ao chamado “terrorismo”), mas também na ideia de empreendedorismo pela iniciativa privada, como “motor essencial de um crescimento econômico sustentável, em proveito de todos, e importante fator para um desenvolvimento mais justo e equilibrado”, como consta na Declaração de Trípoli (Terceira Cimeira África-UE, 2011: 11).

Alguns resquícios dos pactos coloniais na África, quando a economia era gerida diretamente pela metrópole, os negócios eram restritos a ela e a industrialização não era permitida, ainda mostram suas implicações atualmente, como na tentativa de criação de acordos comerciais de livre mercado entre União Europeia e África que favoreceriam a primeira⁴ e a sua falta de autonomia monetária.

Em relação a esse último elemento, um exemplo interessante do neocolonialismo francês, considerado um caso emblemático, está na moeda ainda utilizada por 14 de suas antigas colônias⁵, o Franco CFA, gerenciado pelo BEAC e o BCEAO. Esse sistema monetário comum foi iniciado em 1939 e oficializado no Acordo de Bretton Woods, elaborado no pós guerra, em 1945. Mesmo após as independências, os países que têm o Franco CFA seguem com uma relação monetária estreita com a França e também com instituições e bancos ocidentais. Desde a década de 1970 esses países africanos possuem um acordo de cooperação feito sob a base da convertibilidade com a moeda francesa, atualmente o euro, como forma de estabilidade monetária, evitando a desvalorização do Franco CFA pela fixação da paridade entre as moedas (Banque de France, 2010).

Esse acordo, entretanto, exige que esses países mantenham 50% de suas reservas de dinheiro em uma “conta de operações” no Tesouro Francês (até

4 Para uma análise mais detalhada da questão, ver Dieye, 2014.

5 Presente no Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, participantes da União Econômica Monetária da África Ocidental (UEMOA), que têm como Banco Central o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), e em Camarões, África Central, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade, que compõem a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), representados pelo Banco dos Estados da África Central (BEAC). Camarões também participa desse acordo, mas com outra moeda, o Franco.

2005 era 65%), que serviria como garantia para manter a convertibilidade, e que é gerenciada pelo Tesouro Francês. Com as taxas adicionais, esse valor em 2012 atingiu 54,61% das reservas globais, no caso do BCEAO (BCEAO, 2012), motivo de inúmeros questionamentos sobre a autonomia desses países.⁶

Outro elemento a ser destacado é a dependência dos países do Sul pela dívida externa junto aos principais atores econômicos até então estabelecidos, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essas dívidas são alvo de renegociações a partir de Planos de Ajustes Estruturais, com base na privatização de instituições e outras medidas neoliberais, e geralmente tornam-se, com o passar dos anos, impagáveis. O relatório da ONG Survie, com dados anteriores à 2006, apontou que a dívida pública

é o primeiro mecanismo de transferência de riquezas das populações dos países do Sul para os acionários dos países do Norte. Desde os anos 1980, é o equivalente à 60 planos Marshall que foi transferido do Sul para o Norte e a dívida foi paga várias vezes há muito tempo. (Thimonier, 2006: 23, tradução livre).

Contudo, se em um passado recente praticamente só os países europeus e norte-americanos disputavam a exploração de terras, jazidas minerais e outros recursos naturais do continente africano, bem como seus mercados, atualmente se percebe o bloco econômico do BRICS entrando nessas negociações. Esses acordos econômicos mais recentes são acompanhados de uma série de medidas de cooperação, sejam elas técnicas, assistenciais, econômicas ou outras com ações inter-relacionadas.

Mesmo que ainda não ocupe os mesmos patamares de transação econômica dos países do Norte, esse bloco tem consolidado sua atuação em países em desenvolvimento, criando uma alternativa à influência direta dos blocos hegemônicos tradicionais e de suas barreiras protecionistas, pela formação de acordos de comércio e da entrada em mercados estratégicos. Como menciona Dieye (2014), apesar da crise financeira de 2008-2009, a economia africana possui uma perspectiva de crescimento e a consolidação de países do Sul como potências comerciais alternativas ampliou as possibilidades políticas e econômicas da África, inclusive nas suas negociações com a União Europeia.

6 Para mais informações sobre os acordos monetários entre BCEAO, BEAC e França, ver http://fr.saharamedias.net/UEMOA-BCEAO-Comment-notre-argent-enrichit-la-France_a1191.html

O BRICS na África, uma alternativa ao neocolonialismo ocidental?

De acordo com notícia publicada pela BBC em 2013, a China é o país do BRICS que mais tem intensificado negócios com o continente africano nos últimos anos, principalmente em função do interesse em recursos naturais. O comércio com a África aumentou 20 vezes de 2002 a 2012, passando para US\$ 200 bilhões e, segundo estimativas do governo chinês, o país teria um estoque de investimento na África entre US\$ 20 a US\$ 40 bilhões (Fundira, 2012). Segundo Fundira (2012), a taxa de crescimento do comércio do BRICS com a África ultrapassou a média de crescimento do comércio global. No caso da Índia e da China, o intercâmbio com a África corresponde a 2,6% e 2,3% de seus produtos internos brutos (PIB), respectivamente. Quanto ao Brasil, o percentual é de 1,7% e, à Rússia 0,5%.

Ressalta-se que a África do Sul é o integrante do grupo que apresenta o comércio mais intenso com o continente, com fluxo comercial superior a 3% de seu PIB em 2010. Fundira (2012) destacou, entretanto, que durante a crise financeira, o comércio total entre a África do Sul e a África decresceu 24%, passando de US\$ 21,2 bilhões no ano de 2008, para aproximadamente US\$ 16 bilhões em 2009, mas no ano seguinte registrou US\$ 18,8 bilhões. Esse intercâmbio comercial ocorreu de forma concentrada e em poucos países, como Nigéria (35%), Angola (32%) e Moçambique (8%), que correspondem a 75% das importações da África do Sul; enquanto Zimbábue, Moçambique e Zâmbia representam cerca de 47% das exportações. A Índia também teve um aumento dos investimentos na região nos últimos anos, em áreas como agricultura, telecomunicações e o setor automobilístico, principalmente no sul e no sudeste sul-africanos. A Rússia tem investimentos na Tunísia, Nigéria, Uganda e África do Sul.

Para alguns especialistas, as desvantagens da África do Sul relativas a oportunidades de comércio e investimento são evidentes quando comparado com os demais países do BRICS. Tida como porta de entrada do bloco na África, na verdade, sua participação no bloco não aumentou as perspectivas de comércio com o restante do continente (Fundira, 2012). Cabe ainda rememorar que na criação do bloco, quando era apenas composto por Brasil, China, Índia e Rússia (BRIC), na avaliação desses países, deixar o continente africano de fora e o tratar apenas como provedor de matéria prima não foi visto como algo consensual e temia-se a formação de uma imagem para a opinião pública de mais um bloco econômico que explora o continente e o trata de forma irrelevante economicamente. Com isso, para compor o bloco foram sugeridos a Nigéria e a África do Sul, sendo que essa última passou a compor o bloco em 2010, quando por fim se formou o BRICS.

Dentro do escopo de fortalecimento das relações bilaterais com alguns países africanos, alguns países do Bloco “perdoaram” ou renegociaram a dívida externa com países africanos, caso do Brasil junto a 12 países do continente, totalizando US\$ 840 milhões, em 2013, ação também realizada pela China, mas em proporção maior, de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

Contudo, a relação dos países que compõem o BRICS com a África desperta reflexões e questionamentos, mesmo apresentando algumas ações consideradas positivas no atual contexto do desenvolvimento capitalista e com a emergência social e econômica de países fora do eixo União Europeia - EUA. O envolvimento de economias em forte expansão e processo de relação econômica com o continente africano tem sido questionado e, por vezes, aponta-se que não difere do neocolonialismo ocidental. Um dos pontos críticos é que a maioria dos investimentos desses países no continente africano se concentram na exploração dos setores primários, ou seja, dos recursos naturais, muitas vezes negociado a preços abaixo do mercado. Ou seja, a relação do BRICS com o continente não parece ser apenas um “ato de cooperação”.

Outra evidência desses questionamentos pode ser percebida no depoimento de um dos líderes dos trabalhadores da mineração na África do Sul, que relatou que a presença do BRICS na África, de forma geral, está ocorrendo de forma pouco transparente e gerando impactos negativos para as comunidades locais:

[...] Não há processos de consulta pública. Que desenvolvimento eles estão trazendo? O que a comunidade ganha? Baseado em quais modelos? Ninguém nos perguntou, nem nos respondeu. É a mesma lógica, com uma nova roupagem de cooperação do hemisfério Sul. [...] Por conta da mineração, as pessoas estão sendo retiradas de seus territórios. Famílias estão sendo destruídas. Trabalhadores veem suas famílias cerca de quatro vezes por ano. As corporações não estão preparadas para desenvolver estas comunidades. E nem deviam ser responsáveis por isso. (Nóbrega, 2014).

No caso do Brasil, a África é um importante território para a ampliação de seus mercados diante do Mercosul e pela integração entre os próprios países que compõem os BRICS. Presente no continente desde o período escravista, pelos laços coloniais com os países lusófonos, foi a partir da década de 1970 que o Brasil iniciou um novo período de intensificação das relações com a África, a partir das relações diplomáticas e comerciais, como a importação de petróleo (Buso, 2011). Entretanto, foi a partir dos anos 2000 que os laços se estreitaram e o volume de negócios entre Brasil e África aumentou de US\$ 5 bilhões em 2000, para US\$ 26,5 bilhões em 2012, em especial na África lusófona, mas também na África do Sul, com empresas brasileiras investindo

nos setores petrolífero, da mineração e da construção. Podem ser mencionadas empresas como a Marcopolo, a Weg, Camargo Correa, Petrobrás, Vale e Odebrecht.

Angola é considerada a maior receptora dos investimentos das empresas brasileiras no continente (cerca de R\$ 7 bilhões no ano de 2011, de acordo com a Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola), por meio de empreendimentos como a Petrobrás e as construtoras Odebrecht e Andrade Gutierrez. Além disso, Angola é também a principal receptora de investimentos da China na África (Fundira, 2012).

Procurando relacionar o valor injetado em cooperação internacional e o volume de negócios operado, que acabam sendo duas faces da mesma moeda, podem ser mencionados uma série de elementos que compõem o cenário atual. Em termos de relações de cooperação, a chamada cooperação técnica brasileira tem a África como um importante parceiro, para onde é destinado cerca de metade dos recursos brasileiros dessa área, com destaque para os países lusófonos africanos, como Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde (Mateos, 2011).

Em um estudo do IPEA sobre as ações de Cooperação do Brasil consta que a assistência humanitária a países em situação de emergência ou calamidade foi a modalidade de cooperação que mais cresceu (73 vezes), principalmente na forma de ajuda direta (97%), seguida pela modalidade de cooperação técnica e capacitação, que quase quadruplicou o volume de recursos em áreas como agricultura, saúde, administração e segurança pública (Cintra, 2011). Também cresceram as verbas que o Brasil destinou a organizações internacionais, com destaque para as contribuições para organismos como a ONU, Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS) em projetos com o objetivo de reduzir a pobreza em países de baixa renda, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

A área de cooperação no Brasil é coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), que gerencia acordos bilaterais e trilaterais de cooperação com mais de 70 países (Cintra, 2010). Acompanhadas de ações de diplomacia – já são 19 novas embaixadas na África na última década –, dentre as instituições mais relevantes estão a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Além disso, organizações como o Sistema S (Sebrae, Senai, Senac, Senar), IBGE, SERPRO e IPEA realizam projetos em conjunto, disponibilizando conhecimentos técnicos e recursos humanos, capacitações e transferência de tecnologia, além da elaboração conjunta de políticas públicas.

O objetivo seria romper com a tradicional transferência passiva de conhecimentos e tecnologias por meio do diálogo com os demais países a partir da implementação mais flexível e participativa de programas que tiveram resul-

tados positivos no Brasil (Cintra, 2010). O diferencial, segundo a ABC, seria fazer uma cooperação mais dialógica, dando projeção internacional ao Brasil como um país que contribui para relações mais igualitárias e consensuais entre as nações, que fugiriam dos “pacotes fechados”, sem margem de negociação (Mateos, 2011).

A área da saúde é um dos pontos de destaque da cooperação brasileira, com mais de 160 projetos de cooperação Sul-Sul, em programas relacionados à prevenção da Aids, imunizações e bancos de leite humano de baixo custo, dentre outros, sendo um terço deles na África, sob a liderança do Ministério das Relações Exteriores e da Fiocruz. A maior parte dos projetos é voltada para a capacitação em pesquisa, ensino e serviços e a criação ou fortalecimento de instituições voltadas a essa área, como escolas de saúde pública ou organizações estatais (Cintra, 2010).

A EMBRAPA também possui diversos projetos, como a Plataforma de Inovação Agropecuária, em parceria com os EUA. Por meio dessa Plataforma, desde 2010, procura-se estimular uma rede trocas de conhecimentos e de aproximação de pesquisadores com interesses comuns, para a formatação de projetos de pesquisa conjuntos (Buso, 2011). Segundo Mateos (2011), até o início de 2011 a rede já havia aprovado oito projetos de US\$ 100 mil cada, financiados pelo Banco Mundial. Outra ação da Embrapa no continente africano é o Pró-Savana, em parceria com o Japão. Ambos são considerados estruturais e priorizados pelo Brasil⁷.

Entretanto, a crescente ação brasileira no continente não é unanimidade entre as populações locais, quando essas ações estão distantes de uma ideia de parceria e de benefício mútuo. Nesse quesito, cabe discorrer sobre o que está em jogo nessa forma de relação construída a partir de uma imagem positivada de apoio, mas que acaba trazendo um ambiente mais favorável para a implementação de futuros projetos de exploração econômica em determinados locais. Diante disso, há uma perspectiva de atuação conjunta entre empresas e o Estado brasileiro, as ações estatais abrem caminhos para a presença de grupos empresariais, estimulando uma aproximação que pode se desdobrar em negócios posteriormente. Como exemplo, é possível mencionar o Projeto Pró-Savana, lançado em 2011, com ações de desenvolvimento agrícola em áreas de savana tropical, com base na experiência de exploração agrícola do Cerrado brasileiro, experiência essa fortemente questionada pelos impactos ambientais já causados nesse território.

7 Outro projeto operado pela Embrapa engloba duas fazendas experimentais de rizicultura (no Senegal) e cultivo de algodão (no Mali), que testam a adaptabilidade local de variedades brasileiras de algodão e de arroz, bem como visam capacitar pesquisadores e transferir tecnologia para produção local das sementes.

Esse programa, que teria como objetivo “Melhorar as condições de vida da população no Corredor de Nacala em Moçambique por meio de um desenvolvimento agrícola regional sustentável e inclusivo”, segundo o site oficial⁸, tem recebido muitas críticas por parte de organizações e movimentos sociais por importar um modelo de modernização agrícola com impactos socioambientais considerados negativos no Brasil. Além disso, alega-se que esse projeto condiciona a produtividade agrícola à concentração de terra, ao uso de insumos químicos e maquinário pesado, o que encarece a produção e altera as cadeias produtivas tradicionais dos agricultores que na maioria das vezes passam para a condição de assalariados rurais, perdendo assim autonomia.

Foi expressivo o número de pessoas desalojadas devido esse projeto, que teria disponibilizado mais de 14,5 milhões de hectares do Corredor de Nacala a grandes agricultores (também brasileiros) a preços irrisórios, bem como seus impactos socioambientais e culturais, denunciados em uma Carta Aberta, escrita em 2013 por movimentos sociais moçambicanos, brasileiros e japoneses.⁹ Na Carta, dentre outros elementos, é questionada a priorização do chamado agronegócio, basicamente com as culturas de algodão, soja, milho e cana de açúcar, em detrimento da agricultura de pequena escala, produtora de inúmeras qualidades de alimentos.

Outro ponto questionável da presença brasileira em terras africanas diz respeito à ação das mineradoras. Por exemplo, a Vale é mencionada em um relatório da Human Rights Watch (Human Rights Watch, 2013) que aponta diversos problemas na realocação dos milhares de desalojados em função da instalação de jazidas exploradas por essa empresa, como a falta de água, trabalho e comida nos locais de reassentamento.

Com isso, percebe-se que os países que são alvo das “parcerias” econômicas, políticas e sociais têm recursos naturais abundantes, como o gás da Argélia, o urânio do Níger, as madeiras nobres do Gabão e de Camarões, os diamantes de Serra Leoa, além de ouro, ferro, reservatórios de água, e o petróleo na Nigéria, no Congo, no Chade, em Angola e em outros países (Thimonier, 2006). Nesse cenário, apesar da riqueza de recursos naturais, suas populações estão expostas frequentemente à falta de elementos básicos para viver, à forte exploração de sua força de trabalho e a guerras massacrantes, como em Ruanda, na República Democrática do Congo, na Costa do Marfim, na Nigéria, em Serra Leoa, entre outros, com um número incontável de mortos e refugiados.

8 Disponível em: <www.prosavana.gov.mz>, acesso em 10/10/2014.

9 Carta Aberta das Organizações e Movimentos Sociais Moçambicanas dirigida aos Presidentes de Moçambique, Brasil e Primeiro-Ministro do Japão/Maio de 2013, disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?boletim=1&lang=PT&cod=75705>>, acesso em 13/01/2014.

Entre a ajuda e as relações mercantis: da cooperação internacional ao BRICS

O principal objetivo propagandeado pelas ações da cooperação internacional na África e países “subdesenvolvidos” parecem estar na ideia de ajuda humanitária entre países. Afinal, como questionar a benevolência externa? Nesse processo, um elemento importante são as hierarquizações do desenvolvimento, que podem oscilar entre países “desenvolvidos”, “emergentes”, “subdesenvolvidos” e seus eufemismos (como “em desenvolvimento”), e possuem funções muito específicas: tentar criar um senso comum sobre em quem o mundo deveria se espelhar. E para identificar os países dentro da hierarquia mundial no atual estágio do desenvolvimento capitalista, há parâmetros específicos, com índices econômicos, políticos e sociais estabelecidos para a manutenção ou recriação de um país ou bloco hegemônico.

Essa classificação rege também a configuração da assistência humanitária, direcionada historicamente aos ditos países subdesenvolvidos ou, mais atualmente, “em desenvolvimento”, pois se um país necessita de ajuda para tentar chegar ao suposto objetivo de entrar para o clube dos “países desenvolvidos”, é deles que ele precisaria receber apoio. Parece ser pertinente questionar em que grau o BRICS, apesar de adotar outra estratégia de negociação, em seu princípio final não objetivaria ser mais uma iniciativa de exploração social e econômica do continente africano?

Outra questão em jogo, pontuada com vigor pelo líder revolucionário de Burkina Faso, Thomas Sankara,¹⁰ é a relação entre ajuda e autonomia, e quais as implicações de uma situação de recebimento de ajuda. A partir desses elementos, é possível desdobrar a reflexão sobre as implicações em estimular uma estrutura gerada pelo senso constante da urgência e de situações emergenciais. Com isso, a fome, as doenças, as guerras, apesar de serem estruturais e não pontuais, não são atacadas em suas bases (nem de forma participativa), somente em seus efeitos imediatos. Mas se questões práticas são resolvidas emergencialmente com a assistência humanitária externa, por outro lado se formam fortes laços de dependência, de doação interessada, que prendem os “receptores” a seus benfeitores.

Do ponto de vista político, governos de países e grupos empresariais criam estratégias de afirmação de que esses países não teriam as instituições e a

10 Um caso emblemático de resistência à subordinação externa que é lembrado até hoje foi o de Thomas Sankara, líder revolucionário e presidente de Burkina Faso entre os anos de 1984 a 1987, quando foi assassinado por companheiros muito próximos, morte ainda não elucidada. Em poucos anos, em seu governo ocorreu uma considerável mudança em seu país, através de Planos Populares de Desenvolvimento, com uma ênfase para as respostas caseiras aos problemas africanos, com recursos próprios e autônomos, mesmo que muitas vezes escassos (Dembele, 2014).

estabilidade política suficientes para gerir de maneira soberana seus recursos. Entretanto, em diversos casos, é justamente a presença desses recursos que leva a uma pressão para que justamente a falta (de estabilidade, de instituições, de qualidade de vida da população, de tecnologias, de metodologias ou outros) justifique a presença estrangeira. Com isso, cria-se a retórica de que seria preciso alguém que proteja e diga o que fazer representando os “pobres”, pois esses não poderiam falar por si próprios e não poderiam avançar em suas vidas sem a ajuda externa.

Ressalta-se que buscar parâmetros de “desenvolvimento” e “crescimento econômico” no capitalismo pode ser algo antagônico com a realidade ambiental, social e cultural e algo que demandará um alto impacto social nesses países. A partir dessas características, muitas organizações, estatais, ONGs e organizações financiadas ou de alguma forma vinculadas à cooperação internacional acabam tendo um papel essencial na defesa dos interesses econômicos externos, seja na realidade africana ou outra região do mundo, apesar de um discurso de defesa dos direitos humanos e do “bem comum” para o mundo.

Considerações finais

Nesse breve texto foi questionado a essencialidade da cooperação internacional que muitas organizações internacionais e blocos econômicos vêm ao longo da história desenvolvendo na África. A cooperação internacional vem se mostrando em grande medida como um componente de uma relação de subordinação social, política e econômica, bem como uma ferramenta importante na legitimação da presença dos países europeus, norte americanos e, mais recentemente, do BRICS, nos países chamados de “subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento” ou do Sul do mundo no continente africano.

Um ponto primordial, com isso, seria refletir sobre porque caberia a outrem decidir sobre o futuro de determinado país ou continente. Questiona-se uma imagem ilusória de que a chegada de ações com uma roupagem social resolveria os problemas de países assolados não somente por guerras e catástrofes naturais, mas também pela imposição ou barganha de ações exploradoras daqueles mesmos que dizem ajudar ou estarem interessados na “superação da pobreza” ou “cooperar”. Esse utilitarismo nas ajudas humanitárias ou parcerias econômicas não pode ser ignorado, sustentado não apenas por mediadores externos aos “ajudados” ou “cooperados”, mas também por grupos locais que têm interesse em não perder privilégios sociais, políticos e econômicos.

A responsabilidade de fazer seu próprio caminho, de se desenvolver (e não ser desenvolvido), a partir dos seus próprios equívocos e experiências exito-

sas, e não somente se enquadrar na busca por parâmetros impostos, parece ser um desafio não só na África, mas um desafio global, ainda mais em um contexto de Formação de Acordo da Parceria do Trans-Pacífico capitaneado pelos EUA, BRICS e tantas outras iniciativas de “integração” e cooperação” internacional.

Referências Bibliográficas

BANQUE DE FRANCE. *Note d'Information* n. 127. Juillet 2010 [2002]. 12 p. Disponível em: <https://www.banque-france.fr/fileadmin/user_upload/banque_de_france/Information_diverses/infoetlib/note127.pdf>, acesso em 10/09/2014.

BCEAO (Banco Central dos Estados da África Ocidental). *Relatório anual 2012*: versão resumida. Dakar, Senegal, 2012. 128 p.

BUSO, C. C.. *Plataforma África-Brasil de Inovação Agropecuária*: uma análise dos elementos da comunicação para cooperação organizacional e internacional. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CINTRA, M. A. M. (org.). *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005–2009*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: Ipea: ABC, 2010.

DEMBELÉ, D. M. Thomas Sankara: une conception endogène du développement. In: Dembele, D. M.; Sylla, N. S.; Faye, H. (org.). *Deconstruire le discours neoliberal*. Senegal: Fondation Rosa Luxemburg/ Arcade, 2014. p. 86-99.

DIEYE, C. T. L'Accord de Partenariat Economique (APE): construction d'un nouveau partenariat ou désintégration régionale? In: Dembele, D. M.; Sylla, N. S.; Faye, H. (org.). *Deconstruire le discours neoliberal*. Senegal: Fondation Rosa Luxemburg/ Arcade, 2014.

FUNDIRA, 2012. *Um olhar sobre o engajamento da África com os BRICS*. 2012. Disponível em: www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/um-olhar-sobre-o-engajamento-da-C3%AFrica-com-os-brics. Acesso em: 18/08/2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. “*What is a House without Food?*” Mozambique’s Coal Mining Boom and Resettlements. USA, 2013. 122 p. Disponível em: <<http://www.hrw.org/node/115535>>, acesso em 10 de agosto de 2014.

NOBREGA, C. *BRICS são nova forma de explorar a África*. Entrevista com Joseph Mathunjwa para o Canal Ibase. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/brics-sao-nova-forma-de-exploracao-da-africa/>>. Acesso em: 28/09/2014.

MATEOS, Simone Biehler. *Cooperação internacional: Ajuda ao próximo e ao distante*. *Desafios*

do desenvolvimento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, maio de 2011. São Paulo. Ano 8. Edição 65. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23> , acesso em: 09/06/2014.

NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J.. *Coloniality of Power in Postcolonial Africa: Myths of Decolonization*. Dakar: Council for the Development of Social Science Research in Africa (Codesria), 2013.

ROMPUY, Herman Van. Prefácio. In: Secretariado-Geral do Conselho. *Parceria estratégica África-União Europeia: Enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2011.

TERCEIRA CIMEIRA ÁFRICA-UE. Declaração de Trípoli. In: Secretariado-Geral do Conselho. *Parceria estratégica África-União Europeia: Enfrentar em conjunto os desafios do presente e do futuro*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2011.

THIMONIER, Olivier (org.). *La France coloniale d'hier et aujourd'hui*. Paris: Survie, 2006.

Empresas Transnacionais Brasileiras – exportando violações de Direitos Humanos na América Latina e na África

Justiça Global ¹



Gran Marcha de los Pueblos: mobilização contra os
impactos socioambientais, no Peru.

Renato Cosentino

Nos últimos anos, o Brasil passou a ocupar uma posição de destaque e a exercer grande influência na geopolítica regional e global. O status do Brasil como “*global player*” resulta de políticas agressivas de desenvolvimento econômico que apostam no fortalecimento de grandes corporações nacionais e poderosos consórcios privados, principalmente no que diz respeito à construção civil, ao agronegócio, às petroquímicas, às indústrias mineradoras e metalúrgicas. Nossa proposta aqui é aportar elementos para um debate sobre a presença das empresas transnacionais brasileiras, em especial a Vale S.A. na América Latina e África, especificamente no Peru, na Colômbia e em Moçambique.

O Brasil adotou um modelo de desenvolvimento que reforça seu papel como exportador de *commodities*, necessitando, portanto, do uso em larga escala de recursos naturais como água, terra e energia. Sem mecanismos apropriados de controle e fiscalização, essas estratégias de desenvolvimento operam por meio da expropriação dos territórios, suplantando os modos de vida tradicionais, produzindo graves violações de direitos humanos e impactos ambientais, dentro e fora do território nacional.

A transnacional brasileira Vale S.A., por exemplo, está presente em mais de 30 países nos cinco continentes. Em apenas uma década, a empresa se transformou na segunda maior mineradora do mundo e na maior empresa privada do país, alcançando hoje um valor de mercado estimado em cerca de US\$ 139,2 bilhões – número quarenta vezes maior que o preço de sua venda. Somente no ano de 2009, a Vale S.A. teve uma receita bruta de US\$ 23,9 bilhões e lucro líquido de US\$ 5,3 bilhões².

-
- 1 O presente artigo foi escrito a partir de informações coletadas em visitas de campo realizadas no Peru, na Colômbia e em Moçambique pela equipe de pesquisa da Justiça Global composta por Fernanda Fernandes, Juliana Neves Barros, Máira Mansur e Maria Julia Gomes de Andrade. Agradecemos a confiança dos/as atingidos/as que nos deram seus valiosos depoimentos. Agradecemos também a colaboração de Melisanda Trentin, Gláucia Marinho e Alexandra Montgomery na elaboração desse artigo.
 - 2 Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com>; acessado em 28/10/2014.

Impactos e Violações

O perfil mais agressivo da Vale S.A., após sua privatização em 1997, intensificou conflitos sociais e ambientais. Cada vez mais, a atuação da mineradora tem se caracterizado por uma política de afronta aos direitos de comunidades pesqueiras, quilombolas e indígenas, tanto no Brasil, quanto em outros países, atingidas por seus empreendimentos. É uma cadeia de violações que compreende diversos sujeitos e muitas ordens de conflitos, desde os impactos ao direito à saúde, com a poluição do ar e da água, como despejos de comunidades inteiras para instalação de seus megaempreendimentos, passando pelo trabalho em condição análoga ao de escravo, comum nas carvoarias que servem à metalurgia, até a exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres e o aumento do índice de violência nas pequenas cidades tomadas pelo aumento populacional provocado pela instalação de canteiros de obra. Além disso, a falta de consulta prévia, livre e informada às comunidades, é falha ou inexistente. E quem se contrapõe a esses projetos, a quem entendemos como defensores de direitos humanos, sofre todo tipo de ataque à sua atuação: desqualificação, criminalização, espionagem, ameaças e morte. Dessa forma, a empresa desafia leis, tratados internacionais e a luta organizada dos trabalhadores.

Em janeiro de 2012, a Vale S.A. ganhou o prêmio “Public Eye Awards” de pior empresa do mundo, organizado por um grupo de entidades ambientais, de direitos humanos e trabalhistas.

No segundo semestre de 2012, a Justiça Global, em parceria com o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Rede Justiça nos Trilhos, passou a desenvolver uma linha de ação que tem como foco o enfrentamento a violações de direitos humanos provocadas pela atuação das indústrias extrativas, tanto no Brasil quanto no Peru, na Colômbia e em Moçambique. O que temos observado no diálogo com organizações, movimentos sociais e grupos de pessoas atingidas é, de modo geral, uma espécie de reprodução em outros países dos conflitos e das violações de direitos humanos que a empresa opera no Brasil.

Peru - Casos de Piura e Cajamarca

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia do Peru, o país é o segundo maior receptor de investimentos de exploração de minérios na América Latina e o sexto maior do mundo. Dados mostram que na década de 1990 as concessões à mineração aumentaram de quatro milhões para 16 milhões de hectares. O crescimento foi tão exorbitante que, no final da década de 1990, pelo menos 55% das seis mil comunidades camponesas encontrava-se em zonas de influência da mineração.

Sob o entendimento de que o Peru é um país aberto a investimentos, o Brasil vem nos últimos dez anos, ocupando um lugar de relevância em suas relações comerciais. Em 2010, o investimento direto do Brasil no Peru foi de US\$ 1,014 bilhão, quase o triplo de 2008, quando ficou em US\$ 492 milhões. A Câmara de Comércio Peru-Brasil (Capebras) estima que se deve chegar a US\$ 32 bilhões até 2016³. O poder comercial das empresas brasileiras no Peru se expandiu durante os governos de Alan García e de seu antecessor, Alejandro Toledo, que é atualmente o maior aliado político de Humala. Uma evidência recente dessa afirmação foi a visita de Dilma Rousseff à Lima, em novembro de 2013, com uma comitiva de ministros e empresários brasileiros para o Encontro Empresário Peru-Brasil. Sua visita foi noticiada em diversos meios de comunicação do país, demonstrando o peso político que o Brasil ocupa hoje no país vizinho. Em um de seus pronunciamentos, a presidenta destacou que o Peru é o terceiro maior destino dos investimentos brasileiros na América do Sul, tendo investido US\$ 6 milhões de dólares no país, através da presença de mais de 70 empresas brasileiras em solo peruano, contando com as principais multinacionais brasileiras.

A legislação antiterrorista do Estado peruano atinge diretamente os movimentos sociais que atuam contra o setor da mineração. Inúmeras campanhas e denúncias foram e são constituídas pelas organizações de direitos humanos do país, visibilizando os diferentes mecanismos utilizados para criminalizar os protestos sociais, perseguindo movimentos sociais e seus líderes por via judicial. A criminalização é uma das formas do Estado impetrar a política de desenvolvimento baseada em grandes impactos socioambientais. O Estado, assim, busca garantir os investimentos e os projetos das grandes corporações, fragilizando todos aqueles se que colocam contra este modelo⁴.

Cajamarca

A Vale S.A. chegou à região em 2003, através da sua subsidiária Miski Mayo S.A.C. O projeto a ser executado na região denomina-se “La Morada” e prevê a extração de cobre, ouro e manganês nos distritos de Pedro Gálvez, Cachachi e Jesús, províncias de San Marcos, Cajabamba e Cajamarca.

A mineradora possui concessões em 11 das 13 províncias da região. A sua atuação em Cajamarca foi, desde o início, marcada por denúncias de violações

3 “Brasil aumenta presença no Peru”, *Gazeta do Povo*, 17/07/2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?id=1148006>; acessado em 28/10/2014.

4 Conforme dados da Defensoría del Pueblo, 66.2% dos conflitos sociais no Peru estão ligados a conflitos socioambientais.

de direitos humanos, como perseguição e criminalização de defensores de direitos humanos e comunidades que se posicionaram contra o empreendimento, como o sequestro e tortura do líder camponês José Lezma Sánchez, presidente da Frente de Defesa do Meio Ambiente da Bacia do Rio Cajamarquino (Fredemac), por homens armados que pertenciam ao quadro de segurança da empresa. O uso de milícias armadas foi confirmado pela Comissão de Gestão Ambiental Sustentável do Governo Regional de Cajamarca que relatou a existência de pessoas armadas com escopetas e rostos cobertos que faziam a guarda da mina.

Diante da oposição da comunidade ao projeto, a mineradora empreendeu um trabalho que foi denominado de “formiga”, buscando cooptar lideranças, promovendo conferências, campeonatos de futebol e outras atividades sociais como forma de mudar a sua imagem. No entanto, a oposição à sua permanência na região conservou-se forte⁵. A perseguição aos contrários aos projetos da Vale S.A. se dá também através de campanhas de desqualificação das lideranças locais, classificando-os como antimineiros e terroristas. Foi descoberto à época um documento interno da empresa que revelava a investigação e a estratégia de ação frente às comunidades identificadas como em oposição⁶. No referido documento, os opositores eram classificados conforme seu nível de atuação e eram estabelecidas ações para neutralizar a luta local.

Em 2007, quando moradores do Valle Condebamba, localizado entre os distritos de Jesus, Eduardo Villa Nueva e Cachachi, na região de Cajamarca, marcham em protesto até Cerro Mogol para exigir que a empresa Miski Mayo (Vale S.A.) se retirasse da localidade, por não contar com a licença social da população e ter gerado conflitos sociais, forma-se uma mesa de diálogo com autoridades públicas regionais e nacionais, representantes da população e da empresa para solucionar conflitos. A mesa não seguiu suas atividades, pois a população apontou que a companhia não responderá às acusações e denúncias apresentadas sobre a conformação de “quadros de defesa” armados e atos de violência contra dirigentes e a população. Exigiam que antes de abrir um diálogo com a empresa, era necessário averiguar se a mesma estava operando de maneira legal. Além disso, indicavam que a base de subsistência da população local (a agricultura) era incompatível com a atividade mineira e, deste modo, o diálogo não se estabeleceria. A resistência ao projeto deu-se a partir da defesa da água como elemento base de reprodução social na região.

5 “Alerta. 01.07.2007: Miski Mayo impone proyecto con delincuentes armados”, *Observatorio de Conflictos*, 01/07/2007. Disponível em: http://grufides.dtdl.pe/index.php?title=Alerta:01.07.2007:Miski_Mayo_impone_proyecto_con_delicuentes_armados; acessado em 28/10/2014.

6 Trata-se de uma apresentação em *power point* preparada por Larry Fernández e dirigida a Paulo Varela, intitulada “Relações comunitárias em Cajamarca. Projeto La Morada”, data de 31/3/2006. Tivemos acesso ao referido documento através de uma organização peruana de Direitos Humanos.

Os impactos da mineração não são desconhecidos da população local, que já convivía com projetos da empresa Yanacocha⁷ e viu desaparecer muitas fontes de água da região por conta da contaminação pela atividade mineira. Em 2009, a população organizou uma marcha pacífica como forma de protesto contra o início das atividades da mineradora Yanacocha, que se fez a partir do resguardo de um grupo policial contratado pela empresa, que fez a proteção da área onde transitavam os seus veículos e de outra parte onde se localizava o acampamento. Os dois espaços foram instalados apesar da recusa dos proprietários das terras de darem passagem à empresa e a suas máquinas. A marcha pacífica era um protesto contra essas ações e contra a atividade mineira na região.

No mesmo ano, a população ocupou o Valle de Condebamba, nas imediações do cerro Mogol, dessa vez em protesto contra o projeto La Morada, da Miski Mayo. Após três dias deixaram o local, dando 15 dias para a mineradora se retirar da região. Devido à pressão das comunidades, o projeto La Morada foi interrompido, o que mostrou ser uma grande vitória da população. Essa ação, considerada uma vitória na luta contra a Vale S.A., produziu de forma substancial a criminalização dos movimentos sociais e dos defensores de direitos humanos, havendo camponeses que participaram das mobilizações respondendo a processos judiciais. Um dos mais conhecidos processos de criminalização foi a condenação, em 2009, de 11 líderes indiciados e sentenciados a 4 anos de pena privativa de liberdade e o pagamento de dois mil soles como reparação a danos referentes a acusação de bloqueio de via pública em 2007, quando milhares de camponeses ocuparam as imediações da Cerro Mongol, onde está instalada a mineradora Miski Mayo⁸.

Atualmente o projeto permanece paralisado. Não se pode deixar de mencionar que Cajamarca é um caso emblemático de resistência. A luta social contra o projeto Conga⁹ (projeto de mineração em larga escala e alvo de diversos protestos sociais, que resultaram na morte e prisão de manifestantes) tomou contornos nacionais e internacionais. A intensificação dos conflitos sociais frente aos projetos de mineração abriu um importante espaço para a

7 Yanacocha é a maior mina de ouro da América do Sul, localizada no departamento de Cajamarca, a 800 quilômetros da cidade de Lima, no Peru. Yanacocha foi constituída em 1992 e está conformada pelos seguintes acionistas: Newmont Mining Corporation (51,35% com sede em Denver, EUA), Cia de Minas Buenaventura (43,65% Companhia peruana) e International Finance Corporation (IFC 5%). Ver em www.yanacocha.pe.

8 Para saber mais ver: <http://grufidesinfo.blogspot.com.br/2009/08/la-primera-sentencia-11-comuneros-por.html>

9 O Projeto Conga, no Peru, envolve mineração de superfície de um grande depósito de cobre e ouro que está localizado 24 quilômetros a nordeste da Mina de Ouro de Yanacocha que, assim como esta última, também é uma *joint venture* entre a Newmont e Buenaventura.

discussão de políticas públicas em torno da mineração, seja no que tange às políticas de estímulo, mas também às políticas públicas alternativas, como as de ordenamento territorial, lei de consulta prévia entre outros.

Deste modo, o caso de resistência ao projeto La Morada tornou-se emblemático pela resistência da população local. Ele merece ser referido como forma de resgatar essa história e permitir que esta luta se fortaleça caso a empresa realmente esteja reativando o projeto na região.

Piura

Na região de Piura, a Vale S.A. opera o projeto Bayóvar, que inclui uma mina a céu aberto para a extração de fosfato¹⁰, 32 quilômetros de estrada para o transporte da produção, 5 quilômetros para secagem, um porto¹¹ e uma planta de dessalinização. Tudo ocupa com uma área de 8.300 hectares na região do deserto de Sechura, na província de Sechura, no departamento de Piura, mil quilômetros ao norte de Lima.

A mineradora ganhou o direito de exploração em um leilão em 2005, comprometendo-se a desenvolver o projeto em cinco anos. No seu início, o projeto pertencia somente à empresa brasileira, mas em 2010 a Vale S.A. vendeu algumas ações minoritárias do projeto para Mosaic (empresa estadunidense) e Mitsui (conglomerado japonês), ficando a constituição acionária do projeto da seguinte maneira: Vale S.A. com 40%, Mosaic com 35% e Mitsui com 25%. A mina vem sendo operada pela subsidiária da Vale S.A., a Miski Mayo, e possui estimativa de vida de 27 anos, sendo o maior depósito de fosfato da América do Sul. Quase a totalidade de sua produção é exportada para a América do Sul e Norte, Oceania e Ásia. Devido à importância crescente do fosfato no mercado e para a empresa, já há indícios da expansão do projeto (Bayóvar 1, 3, 10, 19-26 e 38) na região.

Um dos métodos da atividade mineral na região envolve uma série de processos de lavagem e separação gravimétrica utilizando a água do mar (o processo consome 3,072m³/hr ao dia), seguido de lavagem e secagem antes do produto ser carregado em navios e exportado. Esse processo afeta o ecossistema oceânico local e causa impactos diretamente às comunidades camponesas que ali vivem e tiram a sua subsistência da pesca. A contaminação do ar também foi alvo de denúncia realizado pela Frente de Pescadores Artesanais Acuicultores de Puerto Rico (AFREPAAC) e pela Associação de Pescadores

10 O Observatório de Conflitos Mineiros do Peru informa que há vestígios de urânio no fosfato de Bayóvar. Mas tal afirmação não é confirmada pela empresa.

11 A construção do porto ficou a cargo da Odebrecht Peru.

Artesanais Extratores de Marisco Parachique (APEMAR), que acusaram a empresa pela contaminação do ar, através da dispersão do pó de fosfato (que se dá devido à explosão da rocha fosfática em uma região com fortes ventos), impactando, assim, a maricultura, a saúde da população¹², a água e as plantações, causando sérios impactos no meio ambiente local e nos modos de vida da população, que tem na pesca e na agricultura a sua base de vida.

A população local também exige a renegociação do contrato do projeto por falta de transparência em sua negociação e denuncia a empresa por não cumprir contratos em relação a postos de trabalho, havendo um grande desapontamento da comunidade com as promessas não cumpridas de empregabilidade.

Colômbia

O governo da Colômbia tem priorizado, nos últimos dez anos, uma política econômica de promoção de acordos de livre-comércio e abertura ao capital estrangeiro. A Colômbia depende significativamente das atividades de extração, principalmente do setor de petróleo e gás. Em 2011, de acordo com os dados do Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas, o setor extrativo correspondeu a aproximadamente 11,3% do PIB nacional. Desses, 73,5% representam a extração de petróleo, gás natural e minerais de urânio e tório, 17,1% corresponde à extração de carvão mineral, e o restante, 9,4% do setor extrativo, abarca as demais atividades de mineração. Em relação à mineração, o país se destaca na produção de carvão, contando com a maior reserva do recurso na América do Sul e sendo o seu 4º maior exportador mundial. A exploração carbonífera é majoritariamente privada, onde se destacam as seguintes empresas: o consórcio Carbones del Cerrejon (composto por Anglo-American, BHP Billiton e Xstrata) e a Drummond Company em parceria com a japonesa Itochu Corporation.

Em 2012, a Vale S.A. se retirou da Colômbia, mas possui um passivo de violações de direitos humanos ao vender o direito de exploração da Mina de El Hatillo ao Grupo Americano Goldman Sachs¹³. Vale ressaltar que, de fato, o setor da mineração na Colômbia possui dois grandes carros chefes: o carvão e o ouro. Ambos tendo a sua extração voltada, basicamente, para a exportação:

12 Estudos e monitoramentos detalharam que, embora a Organização Mundial de Saúde estabeleça como limite anual 2,5 micrograma por metro cúbico, há níveis de 368 microgramas em cada carregamento de fosfatos executado pela Vale, indicando o valor de 147 vezes mais que o permitido. Dados disponíveis em: <http://www.sechuravirtual.com/2013/07/responsabilizan-a-minera-por-contaminacion-en-sechura/>; acessado em 28/10/2014.

13 A Vale S.A. deteve o poder de exploração da Mina Colombiana de El Hatillo de 2008 a 2012.

92% da produção é exportada¹⁴, no o caso do ouro chega a índices ainda maiores, 99%. Portanto, importa verificar a atuação da Vale S.A. na Colômbia, sob o ponto de vista do passivo de violações deixado pela empresa no território de El Hatillo.

No campo das violações aos direitos humanos operadas pelos empreendimentos de mineração, é importante o direito à água. Um fator fundamental diz respeito aos resíduos gerados pela produção extrativa do setor: para uma média de uma tonelada de carvão são geradas 10 toneladas de rejeitos. Os índices para os resíduos da produção de ouro são ainda maiores. A organização Censat Agua Viva – Amigos de La Tierra Colombia já apontou em estudos como a mineração extensiva em determinado território gera, como consequência direta, a inviabilidade da produção agrícola nesta região, pela contaminação das águas inicialmente utilizadas para a irrigação do cultivo, o que fere de forma explícita o princípio da soberania alimentar. Ressaltando que a maior parte das minas no país é a céu aberto, ou seja, ampliam-se os impactos e os tipos de contaminação do ambiente ao redor.

El Hatillo

O departamento de Cesar na Colômbia é, por excelência, a principal região produtora de carvão mineral do país. Como mencionado acima, o carvão se tornou nas últimas décadas o segundo principal produto de exportação da Colômbia. A expansão do setor extrativo colombiano se materializou nesta área do país com a chegada de grandes empresas e aberturas de novas minas. Na região central do Departamento de Cesar, a mineração em larga escala impactou diretamente três comunidades (El Hatillo, Boqueron e Plan Bonito) que, até aproximadamente 20 anos, viviam da agricultura familiar, pesca e criação de gado.

Boqueron é uma comunidade localizada entre os municípios de La Jagua de Ibirico e La Loma, área geográfica de El Paso; nesta região se encontram as comunidades de El Hatillo e Plan Bonito. Em um perímetro de 30 km, entre La Jagua de Ibirico e La Loma são desenvolvidos sete projetos de exploração de carvão, de cinco empresas diferentes, com várias minas atualmente em produção. As empresas de mineração chegaram nesta região específica em meados dos anos 1990 e iniciaram as atividades no final desta década e início dos anos de 2000.

E em um breve espaço de tempo, estas comunidades tiveram toda a sua vida produtiva e reprodutiva profundamente alteradas. Trata-se de uma mu-

14 Dados da Controladoria Geral da República em 2013.

dança radical das atividades de subsistência da comunidade, em especial gerando uma grave crise de produção de alimentos para a subsistência da população. A mineração em larga escala contaminou de forma muito rápida os cursos d'água da região, inviabilizando a pesca, o fornecimento de água para a criação de gado e outros animais, e o próprio abastecimento humano. Toda água da região foi declarada imprópria para o consumo humano. Temos como um exemplo, entre vários, o Rio Calenturitas que foi desviado pela empresa Glencore em 17 quilômetros causando perda da disponibilidade de recurso hidro biológico e diminuição de várias espécies de peixes.

A contaminação da água gerou uma inviabilidade quase total das atividades econômicas tradicionais destas comunidades, chegando à dramática situação vivida por El Hatillo em fevereiro de 2013: uma crise de fome decorrente da escassez da produção de alimentos. O fato causou uma comoção mundial e colocou no holofote a situação das comunidades devido à atuação das empresas mineradoras. Desde então, a comunidade vive da assistência de cestas básica do governo. Outra grave consequência da mineração está no alto índice de poluição do ar e contaminação da população. Em El Hatillo, por exemplo, 52% dos habitantes apontam algum tipo de enfermidade. Os moradores destas comunidades apresentaram muitas doenças relacionadas à água e diversas manifestações de enfermidades respiratórias. Existe ainda alta incidência de doenças oculares e epiteliais. A questão de saúde pública é uma das consequências mais impactantes do processo da mineração na região.

Diante deste quadro, o governo colombiano decide que a solução seria reassentar as três comunidades em questão em outra área. As discussões sobre o reassentamento se iniciam em 2008, mas é em 2010 que uma resolução do Ministério de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial define que as comunidades deveriam ser reassentadas nos dois anos seguintes, e que a responsabilidade desta ação é de algumas empresas. São responsabilizadas neste processo as seguintes empresas: Glencore-Xstrata, CNR, Drummond e Vale S.A.. As empresas deveriam cobrir todos os custos referentes ao reassentamento. Trata-se da primeira vez que comunidades colombianas estariam sendo reassentadas em consequência da mineração. Houve diversos casos em que comunidades foram deslocadas previamente, para abrir espaço para a implementação de grandes projetos, mas nunca antes com decorrência de impactos da mineração nos territórios. Outro dado importante é que também foi a primeira vez que empresas são responsabilizadas na Colômbia por um processo desta natureza. As empresas citadas entraram com processos para tentar suspender a ordem judicial.

O plano de transição dos reassentamentos iniciou-se em 2010, mas ao longo de todo este tempo fortes críticas foram feitas à condução do processo. As comunidades vêm denunciando constantemente que existe enorme falta de clareza: os valores que serão destinados para cobrir os custos do reassenta-

mento nunca são abertamente falados, os locais para os novos assentamentos não são dialogados com as comunidades e as datas são sempre remar cadas sem consulta prévia. O que se percebe é um controle total das empresas sobre o processo e uma incapacidade do Estado colombiano de proteger as comunidades.

Nos últimos dois anos, as comunidades denunciaram paulatinamente esta situação, mostrando que a estratégia das empresas tem sido a de ganhar tempo e postergar as ações concretas para a realização dos reassentamentos. Em fevereiro de 2012, aconteceram grandes revoltas na comunidade de Boqueron, com fechamento de estradas de escoamento da produção de carvão. A repressão do Estado foi extremamente violenta, muitos moradores saíram feridos e uma pessoa foi morta. Percebemos claramente como o Estado Colombiano tem sido eficaz em garantir os interesses e produção das empresas, e moroso quando se refere às garantias dos direitos básicos das comunidades de El Hatillo, Boqueron e Plan Bonito. A ineficácia do plano de transição dos reassentamentos gera um clima de grande insegurança nas comunidades; e a contaminação das águas e a poluição do ar continuam aumentando. As comunidades hoje querem mudar para outra região, consideram a vida insustentável em seus locais tradicionais de moradia, mas as ações para se cumprir a decisão do Estado e promover os reassentamentos caminham lentamente. Com isso, as condições vida destas populações seguem piorando a cada ano.

Moçambique

A Vale S.A. atua também em Moçambique, na África, com o apoio dos governos moçambicano e brasileiro. A inserção da empresa tem produzido inúmeros conflitos sociais, neutralizados pelo uso do aparato coercitivo. Baseada no modelo primário-exportador, atualmente o setor mais dinâmico da economia moçambicana é o da indústria extrativa, com projeções de ritmo de crescimento de 18,6%, em 2013, devido ao aumento da produção de carvão nas minas de Moatize, Benga e outras¹⁵.

Em especial, dois desses territórios nos chamam a atenção: o primeiro é a área de mineração mais antiga da Vale S.A. em Moçambique – Moatize – e a condução arbitrária e ilegal das políticas de reassentamentos que geraram uma dramática situação social para as famílias diretamente afetadas. O segundo, relacionado a um contexto muito recente de expansão da infraestrutura logística da Vale S.A. dirigida à região norte do país – com ampliação signifi-

15 Esta projeção foi feita pelo Ministério do Desenvolvimento e Planificação. Disponível em: <http://nextbridge.pt/13-12-2012%20MZ%20industria.pdf>; acessado em 28/10/2014.

cativa do complexo ferrovia-porto, mas com nível incipiente de informações e fragmentação da abordagem sobre os efeitos territoriais da cadeia de produção – Corredor de Nacala.

Cateme

Atraída pela qualidade do carvão mineral de Tete, a Vale S.A. ganhou a concessão de exploração da mina de Moatize, tida como uma das maiores reservas de carvão siderúrgico de alta qualidade no mundo. O projeto Moatize teve início em 2011 e a área ocupada é de 23.780 hectares. Prevê-se que a produção anual da Vale S.A. atinja 11 milhões de toneladas de carvão, entre metalúrgico e térmico. Para escoar o carvão, a Vale S.A. utiliza a ferrovia de Sena de extensão de 575 km que segue até o Porto da Beira, com capacidade de dois milhões de toneladas por ano. Considerando as limitações desta via, tem-se feito o investimento em outras vias complementares ou alternativas: Corredor do Norte (via Malawi), Porto de Nacala e o transporte em caminhões. O seu principal mercado é o asiático, nomeadamente a China e a Índia.

Os efeitos regionais do empreendimento foram objeto de inúmeras pesquisas, que o elencam como um vetor de mudanças negativas para as comunidades locais; por persistirem avançando, continuam a ser denunciados e são motivadores de várias ações de mobilização política por parte das organizações moçambicanas. Dentre os efeitos, destacam-se: aumento do custo de vida, sobrecarga nas principais infraestruturas urbanas, de serviços públicos e das estradas; reassentamentos e expropriação dos camponeses; aumento de conflitos e criminalização da luta social e dos defensores de direitos humanos; dificuldades de acionar órgãos públicos através de mecanismos institucionais de reclamação e falta de acesso ao sistema de justiça. Desses, a experiência dos reassentamentos merece destaque mais cuidadoso por implicar as mudanças mais drásticas para as famílias envolvidas e constituir-se num caso emblemático de irresponsabilidade social por parte de empresa e Estado.

A implantação do empreendimento em Moatize provocou o reassentamento de 1.313 famílias, mais de 5 mil pessoas, e a transferência ocorreu entre 9 de novembro de 2009 e 28 de abril de 2010. As famílias foram reassentadas em dois locais diferentes: Cateme (distante 40 quilômetros de Tete) e Bairro 25 de Setembro (Vila de Moatize). A divisão da população para os dois destinos baseou-se na classificação em rural (717 famílias) e urbana (596 famílias), segundo censo realizado pela própria Vale S.A.. Tal separação tem sido vista como uma estratégia da empresa de “dividir para reinar”. Dados da Vale S.A. não indicam com clareza qual o custo total do reassentamento, mostrando apenas dados agregados de investimentos sociais feitos na fase de estudos de viabilidade, incluindo o reassentamento, na ordem de US\$ 7 milhões.

O processo de reassentamento da Vale S.A. já se iniciou sob a marca da falta de diálogo com a população, dificuldades no acesso à informação e ausência de mediação do poder local. Os questionamentos e dúvidas colocados por cidadãos, organizações da sociedade civil e representantes das comunidades são classificados por membros do poder como antidesenvolvimentistas e antipatrióticos, numa clara manifestação de pressão psicológica ou mesmo de ameaça e chantagem política. Existe ainda o pagamento a algumas pessoas das comunidades que, pelas suas funções, contribuem na execução das mudanças, o que pode ser entendido como uma forma de obtenção de alianças locais. Aparentemente dirigido pelos organismos do governo local, que possui uma comissão chefiada pela Secretária Permanente do Governo provincial, na realidade quem executa o reassentamento são as empresas. As equipes técnicas colocam o reassentamento como uma inevitabilidade e anunciam promessas diversas, não escritas e muitas não cumpridas até o momento (como a questão do sistema de abastecimento de água em Cateme, ofertas de emprego e transporte gratuito de Cateme para a Vila de Moatize e cidade de Tete).

A população reassentada em Cateme permanece em grandes dificuldades: a) casas construídas sem fundações nem armação em ferro; b) as terras destinadas para a agricultura são de qualidade inferior comparativamente com as usadas nos locais de origem; a diferença da qualidade da terra, da proximidade das residências em relação aos mercados e a serviços públicos, entre outros fatores, que influenciam o valor do solo, não têm sido avaliadas nem compensadas; as zonas de pasto são ruins e distantes da residência; c) a distância em relação aos diversos serviços da administração pública e outros é, agora, de mais 30 quilômetros, comparativamente com a situação prévia ao reassentamento; d) no que tange à mobilidade, predomina o transporte alternativo por meio de vans a preços não suportáveis pelas famílias reassentadas em Cateme.

A política de reassentamento, em desacordo com legislações internacionais que tratam dos deslocamentos forçados e da garantia do direito à moradia adequada, reduz-se à questão da habitação, sem consideração pelos demais aspectos da vida (produção, consumo, serviços aos cidadãos, acesso a recursos naturais e mercados, fertilidade da terra, zonas de pastagem, espaços físicos e de preservação de intimidades etc.). Opera com negligência aos aspectos sociológicos e as suas implicações na reorganização e ocupação do espaço, bem como não oferece segurança jurídica acerca das negociações realizadas, praticamente inexistindo documentação acerca dos direitos e deveres estabelecidos, prazos, penalizações por descumprimento, valores e critérios de indenização, entre outros.

Esse processo de pauperização da população tem feito eclodir inúmeras manifestações e conflitos sociais. Em janeiro de 2012, a população do reassentamento de Cateme ocupou a linha férrea de escoamento de carvão da empresa, impedindo sua circulação e foi violentamente reprimida. Em maio

de 2013, em outra ação de protesto para reivindicação de direitos, as famílias reassentadas bloquearam quase todas as vias de acesso, incluindo a linha férrea. O protesto culminou com a detenção arbitrária e julgamento sumário de três importantes representantes de oleiros e líderes destacados das 1.365 famílias e comunidades atingidas e reassentadas pela Vale em Cateme e Unidade 6 do Bairro 25 de Setembro, no Distrito de Moatize, na Província de Tete.

Organizações locais de direitos humanos denunciam que o recurso à intervenção de forças especiais da Polícia da República de Moçambique (PRM) é frequente da parte da Vale S.A. e do governo local, para persuadir e reprimir os trabalhadores que se manifestarem. Outra prática, além da repressão, refere-se a aliciamentos e cooptação de lideranças e organizações, para abafamento dos conflitos de terra em Cateme.

Corredor de Nacala

Em 2012, a Vale S.A. fez investimentos de US\$ 6,4 bilhões na expansão da mina de Moatize, que incluiu investimentos em logística no Corredor de Nacala com a duplicação da ferrovia de 912 quilômetros, ligando a mina ao Porto de Nacala. O porto de Nacala terá capacidade para exportar até 18 milhões de toneladas de carvão ao ano.

Na trilha de seu modelo integrado de cadeia – onde a empresa mantém controle sobre toda a logística “mina-ferrovia-porto” – a Vale S.A. firmou parceria com a estatal Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), sob a forma do consórcio Sociedade Corredor Logístico Integrado (CLIN). A Vale S.A. possui 80% das ações e a CFM, 20%¹⁶.

O acordo prevê que a Vale S.A. ceda 5% do seu capital na CLIN “a favor de cidadãos e de empresas moçambicanas” logo após a construção do empreendimento. A linha-ferrea, com uma extensão de quase mil quilômetros entre Moatize e Nacala, implica a construção de 230 quilômetros de ferrovia e a reabilitação de mais de 600 quilômetros de linha no norte de Moçambique. O Porto de Nacala e a respectiva linha férrea estão integrados no Corredor de Nacala, há seis anos gerido pelo Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN), empresa moçambicana na qual a Vale S.A. passou a deter 51% do controle acionário.

16 “Governo entrega gestão do Corredor de Nacala a Vale e CFM”, *O País*, 04/07/2012. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/20975-governo-entrega-gestao-do-corredor-do-nacala-a-vale-e-cfm.html>; acessado em 15/11/2013; “Vale empresa detentora maioritária do Corredor Logístico Integrado do Norte”, *Nandi Iwe!*, 13/07/2012. Disponível em: <http://nandiwe.blogspot.com.br/2012/07/vale-empresa-detentora-maioritaria-do.html>; acessado em 15/11/2013.

Para além da justificativa de maior capacidade do Porto de Nacala, é necessário considerar que os investimentos da Vale inserem-se numa proposta maior do governo moçambicano e empresários internacionais para a região, onde foi reconhecida a Zona Franca Industrial de Nacala-Porto¹⁷, com uma carteira diversificada de projetos de grande porte, incluído o Projeto ProSavana, desenvolvido pelo governo moçambicano em parceria com a cooperação brasileira (sobretudo Embrapa) e japonesa e que visa estimular o agronegócio na região, à semelhança da experiência com os grãos no cerrado brasileiro.

Um dos trechos passa pelo sul do Malawi, numa distância de 137 quilômetros entre as duas fronteiras. Por atravessar outro país, a Vale S.A. também teve que negociar com o governo do Malawi¹⁸, obtendo também a licença de concessão ferroviária. Segundo a Vale S.A., a infraestrutura não só servirá para o escoamento de carvão proveniente de Moatize, mas sim para toda a região, além das oportunidades de emprego durante a construção e operação, com a contratação de empresas locais, implementação de programas sociais ao longo do Corredor, para além do transporte geral de carga de e para o Malawi.

As obras de construção começaram a tomar forma. Segundo jornais de Moçambique, todos os contratos de fornecimento de materiais já foram assinados e em todos os trechos do traçado ferroviário decorrem atividades de desbravamento, terraplanagem e mobilização de equipamentos. Segundo as fontes, dentro do território malawiano as obras encontram-se numa fase avançada e compreendem a construção de 136 quilômetros e a reabilitação de outros 99 quilômetros para ligar Moatize, em Tete, e a região de Entre Lagos, no Niassa¹⁹. Durante algum tempo as obras ficaram paralisadas devido à greve dos trabalhadores malawianos que exigiam aumento salarial, equiparação aos trabalhadores estrangeiros de nacionalidade tailandesa e repatriamento de estrangeiros que ocupam cargos que deviam ser confiados aos malawianos²⁰.

17 “Zona Econômica Especial de Nacala”, Sítio eletrônico Gazeda, s/d. Disponível em: http://www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=144&lang=pt&showall=1; acessado em 15/11/2013.

18 “Malawi acorda com Vale construção de parte do Corredor de Nacala em seu território”, *Moçambique para Todos*, 28/12/2011. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/12/malawi-acorda-com-vale-constru%C3%A7%C3%A3o-de-parte-do-corredor-de-nacala-em-seu-territ%C3%B3rio.html; acessado em 15/11/2013.

19 “Linha de Caminho de Ferro em construção em Moçambique deverá estar a funcionar em setembro de 2014”, Sítio eletrônico MacaHub, 16/07/2013. Disponível em: <http://www.macaHub.com.mo/pt/2013/07/16/linha-de-caminho-de-ferro-em-construcao-em-mocambique-devera-estar-a-funcionar-em-setembro-de-2014/>; acessado em 15/11/2013.

20 “Malawianos em greve na construção da Ferrovia Moatize – Nacala”, *Moçambique para Todos*, 29/06/2013. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/06/malawianos-em-greve-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-ferrovia-moatize-nacala.html; acessado em 15/11/2013.

Informações da CDN indicam que o empreendimento vai significar o reassentamento e a indenização de cerca de 140 famílias só na província do Niassa²¹, e que, para evitar a marginalização das populações afetadas, já se tem um plano de ação, nomeadamente o Plano de Desenvolvimento Social.

Evidencia-se uma relação mais direta entre investimentos privados e iniciativas de cooperação para o desenvolvimento: os projetos agroindustriais em Nacala reforçam e são reforçados pelo projeto logístico da Vale na região, que amplia sua atuação no mercado e leva a reboque empreiteiras brasileiras. Entretanto, a análise e compreensão da complexa arquitetura institucional que articula esses projetos, reunidos em busca dos *efeitos de aglomeração* dos empreendimentos econômicos e serviços públicos, é bastante difícil devido à falta de informações claras e precisas.

Segundo o governo moçambicano, a criação da Zona Franca foi precedida por um processo de consultas públicas, que incluíram as comunidades do perímetro da área e representantes de governos provinciais e distritais. Estimativas oficiais apontam que a Zona Franca Industrial demanda investimentos cerca de US\$ 100 milhões para a construção de infraestruturas básicas, como linhas de transporte de energia elétrica, abastecimento de água, vias de acesso bem como edifícios onde serão acomodadas as unidades industriais de processamento de produtos agrícolas e serviços na zona franca²². Pretende-se fazer tal investimento por meio das parcerias público-privadas. Até o momento, foram aprovados 44 projetos de investimento pelo Gabinete das Zonas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA), representando um volume de investimento na ordem de 400 milhões de meticais. Conforme deliberação do Conselho de Ministros, todos os investimentos devem voltar-se essencialmente para a exportação em pelo menos 85% da produção, considerando o pacote de incentivos previstos na lei para este tipo de negócio.

Os primeiros impactos sociais já se materializaram. O aumento da demanda de transmissão de energia pelos novos empreendimentos na cidade de Nacala já provocou o deslocamento de 120 famílias de seus antigos locais de residência para os novos locais de reassentamento. A construção do terminal de carvão da Vale S.A. em Nacala-à-Velha e do futuro aeroporto internacional de Nacala, a cargo da empreiteira brasileira Odebrecht, bem como as obras de ampliação da barragem de captação e abastecimento de água são algumas das obras de vulto que estão a ocorrer atualmente na cidade, que ressen-te-se

21 “Comunidades reassentadas ao longo do Corredor do Norte”, Sítio eletrônico DW, 16/05/2013. Disponível em: <http://www.dw.de/comunidades-reassentadas-ao-longo-do-corredor-do-norte/a-16819207>; acessado em 15/11/2013.

22 “Nacala-Porto. Procura-se investimentos para a Zona Franca Industrial”, *MMO Notícias*, 30/01/2013. Disponível em: <http://www.noticias.mozmaniacos.com/2013/01/nacala-porto-procura-se-investimentos.html>; acessado em 15/11/2013.

da carência em termos de alojamento e outros serviços face à enorme procura²³. Delimitada concretamente nas comunidades de Ninheuane e Locone, ocupando uma área de 500 hectares, projeta-se que mais de sete mil famílias sejam movimentadas no âmbito deste projeto para áreas de reassentamento.

Quanto ao Prosavana, formulado como um programa de agricultura para exportação de soja, milho e algodão, os impactos sociais e ambientais são de enorme potencial. A preocupação quanto à implementação do programa gira enormemente em torno da expropriação de camponeses em mais de 14 milhões de hectares de terras a serem concedidas pelo governo moçambicano a produtores, em grande parte, brasileiros, em forma de comodato por até 50 anos, prorrogável por mais 50 anos. Trata-se da região mais populosa do país, com solos férteis e chuvas regulares e abundantes, onde residem e trabalham milhões de camponeses e camponesas. Para muitos analistas, o agronegócio de exportação aumentará a situação de fome e insegurança alimentar no país. As unidades agroindustriais projetadas para o ProSavana e as perspectivas de escoamento da produção serão viabilizados também pela infraestrutura da Zona de Nacala e da ampliação da ferrovia/porto pela Vale S.A..

Observa-se, assim, que, de direta e indiretamente, a expansão da logística para produção e escoamento do carvão da Vale S.A. viabiliza a implementação de sucessivos projetos que só tendem a acirrar os efeitos negativos e de violações de direitos já experimentados. Não bastasse o passivo socioambiental já criado com as 1.313 famílias reassentadas de Moatize, projeta-se pelas informações levantadas em agências de notícias moçambicanas, o deslocamento de outras milhares de famílias ao longo de mil quilômetros de ferrovia e complexo portuário. A falta de acesso à informação e a não realização de consultas públicas já significam a materialização de desrespeito ao direito de participação e desenvolvimento autodeterminado dos grupos sociais. Junto com ela, o espectro aterrorizante de aprofundamento do cenário de expropriação (usurpação das terras) dos milhares de camponeses e camponesas que compõem o país, representando cerca de 70% da população, agravamento da situação de fome e insegurança alimentar e nutricional das famílias moçambicanas e todos os comprometimentos de direitos correlatos a esta situação. O potencial de desestruturação, mostram experiências anteriores, ainda se multiplica sobre grupos socialmente vulnerabilizados, como mulheres, crianças e idosos.

23 “Conselho de Ministros aprovou a criação de Zonas Francas Industriais de Locone e Minheuene na ZEEN”, Sítio eletrônico Gazedá, s/d. Disponível em: http://www.gazeda.gov.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=209:conselho-de-ministros-aprovou-a-criacao-das-zfis-de-locone-e-minheuene-na-zeen&catid=51:events&Itemid=159&lang=pt; acessado em 15/11/2013.

Semelhanças no padrão de violação de direitos humanos

Diante desse cenário de violações de direitos humanos no contexto da inserção das empresas transnacionais brasileiras, em especial a mineradora Vale S.A. no Peru, na Colômbia e em Moçambique, é possível evidenciar algumas semelhanças tanto nos conflitos quanto nas violações direitos, apesar das tentativas de adaptação aos contextos locais nos territórios e países. Algumas dessas semelhanças dizem respeito à criminalização de defensores de direitos humanos. Em todos os conflitos verificados nos territórios, nota-se que as pessoas que se contrapõem aos projetos violadores respondem a processos criminais. Além do processo de criminalização, acontecem outras formas de ataque à atuação dos defensores de direitos humanos, tais como desqualificação (antimineiros, antidesenvolvimento, ecoterroristas), cooptação, espionagem, ameaças e mortes. É importante dizer que esses processos articulam a atuação de empresas e Estados, pois contam com aparato policial e com tecnologias de agências públicas de informação para operar.

Outra semelhança no padrão de violação aos direitos humanos diz respeito à ausência de consulta prévia, livre e informada, independentemente do nível de internalização da Convenção 169 da OIT nas legislações e políticas nos países. Tanto no caso da Colômbia, onde há uma legislação nacional específica que regula o procedimento da consulta às populações potencialmente atingidas por empreendimentos com impacto ambiental, quanto em Moçambique, onde se deu um questionável processo de consultas para a construção da zona franca, é corrente a denúncia dos grupos afetados sobre a impossibilidade de opinarem sobre os rumos dos empreendimentos e, especialmente, sobre terem negado seu direito a dizer não. No Peru, onde as comunidades indígenas e camponesas têm o direito à consulta antes de se levar a cabo empreendimentos de exportação de recursos naturais que possam afetar o seu desenvolvimento desde 2011, a real possibilidade de participação das comunidades tem sofrido ataques e adaptações onde se observam gestos políticos que apontam para um retrocesso na posição do Estado.

Os despejos e as remoções de comunidades inteiras para a instalação de grandes projetos de mineração é outro elemento recorrente. As mais de mil famílias reassentadas em Moatize, em Moçambique e a espera de mais de dois anos dos moradores de El Hatillo na Colômbia, para que o Estado cumpra sua decisão de reassentá-las em local digno, são exemplos de como a expansão da logística da extração, beneficiamento e escoamento de minérios se apropria dos territórios, alterando os modos de reprodução social e o direito de auto-determinação das comunidades sobre seu próprio futuro.

Revisando o deslocamento urbano na Índia

Amita Bhide¹

Tradução: David Hathaway



Vista da favela Dharavi, na Índia,
novembro de 2011 / April Rinne

Introdução

O deslocamento urbano* é um assunto relativamente pouco estudado na Índia, onde a prioridade tem sido conhecer e criar instrumentos para estudar o deslocamento rural e defender uma agenda de avaliação de seus impactos sociais e ambientais, junto com políticas para o reassentamento e reabilitação dos atingidos. O deslocamento urbano forçado, em contraste, continua preso à problemática de construções em áreas de posse precária, ou seja, à condição supostamente ilegal das comunidades pobres. As ocupações reivindicadas por pobres urbanos se apresentam na forma de “favelas” (*slums*, no inglês original) e toda a política para lidar com essas ocupações se baseia na ótica “favela”. O legado disso tem sido uma insegurança permanente e cidadanias de segunda classe.

O início dos programas de desenvolvimento neoliberal nas cidades indianas criou novas dinâmicas. Em algumas cidades, o desenvolvimento neoliberal intensificou o deslocamento forçado de favelas. Outras ostentam um novo discurso de “cidades inclusivas” com a instituição de programas de reforma das favelas. Os programas de reabilitação de favelas são o novo eufemismo para o deslocamento nessas cidades. Este estudo desenha os contornos emergentes do deslocamento urbano no contexto de uma Índia em processo de

1 Amita Bhide é professora do Centre for Urban Planning and Governance, da School of Habitat Studies, da Tata Institute of Social Sciences, em Mumbai (Índia). Pesquisa questões vinculadas a urbanização, migração, descentralização, movimentos sociais urbanos e gênero na Índia. Tem particular interesse em estudos comparativos sobre urbanização no Sul global. Sua produção recente inclui o artigo "Shifting Terrains of Community Organization in India".

* O termo *displacement* utilizado pela autora neste texto e consagrado na literatura internacional sobre o tema, foi traduzido neste Caderno por *deslocamentos forçados* ou *deslocamento urbano forçado*. No Brasil, a utilização do termo 'deslocamento' tem sido objeto de debates e disputas políticas, como apontamos na Apresentação. Os despejos e remoções decorrentes dos grandes projetos de desenvolvimento têm sido nomeados, pelo governo e pelas empresas, como "involuntários", e são objeto de crítica por parte de movimentos sociais que utilizam a nomenclatura "deslocamentos forçados" para designar tais processos. (N.E.)

urbanização, com base em estudos de caso em três cidades distintas. As tendências atuais indicam que o modo preferencial de urbanização no país ameaça a integridade do tecido de ocupações no país e gera novos padrões de exclusão social, econômica e espacial.

O contexto da urbanização na Índia

A Índia é um país de urbanização moderada (a população urbana é 29,95% do total), com um arcabouço jurídico e institucional herdado de mais de 300 anos de dominação colonial. Esse legado, ainda quase intacto² no período pós-colonial, gerou um padrão de desenvolvimento urbano que privilegia as cidades. As cidades oferecem opções econômicas melhores para os pobres e uma perspectiva para os *Dalits*^{**} poderem se liberar da segregação e dos ofícios exclusivos de sua casta. Mesmo assim, elas não garantem uma sólida sobrevivência para os pobres, obrigados a morarem em ocupações espontâneas com habitações ambientalmente frágeis, onde faltam serviços básicos e infraestrutura. Nas cidades em grande medida autoconstruídas³, porém, as favelas passam a fazer parte de uma gama de informalidades, e precisam ser acomodadas. Elas ainda ocupam terrenos próximos ao centro das cidades, e assim conseguem obter acesso à infraestrutura pública e aos serviços da cidade.

A urbanização neoliberal faz parte de uma segunda geração de reformas na Índia, lançada na virada do milênio. Ganhou corpo com políticas como a Missão Nacional Jawaharlal Nehru de Renovação Urbana (JNNURM), a política mais recente a promover cem cidades inteligentes. O novo mantra no país é “a urbanização é o motor do crescimento para o desenvolvimento”. Cada uma dessas políticas se situa dentro de um discurso mais abrangente de liberalização e privatização, aplicadas no âmbito de governos municipais. A JNNURM, por exemplo, é uma política que insiste em parcerias público-privadas e na recuperação de gastos, como pedra angular para a construção de novas infraestruturas. Outro componente é a revogação de leis de inclinação

2 A Constituição da Índia, elaborada depois da independência, em 1947, define o país como uma república democrática e socialista. As leis fundiárias, de planejamento e municipais, no entanto, continuam as mesmas desde os tempos coloniais.

** A nomenclatura *Dalit* é usada na literatura para descrever sujeitos que integram um grupo de castas inferiores, que ficam na base ou até fora da hierarquia de castas representando uma classe economicamente frágil. Durante o processo de colonização, os *Dalits* foram mantidos afastados das estruturas de poder, do acesso à educação, gerando profundas desigualdades sociais. (N.E.)

3 Pouquíssimas (menos de dez) cidades indianas ostentam uma presença ativa do planejamento. Na maioria, o aparelho de planejamento elabora planos, mas a taxa de execução é menor que 20%. O planejamento funciona mais como um sistema de monitoramento, enquanto o tecido das cidades continua sendo gerado espontaneamente.

socialista, como a “lei de teto” que regula o uso de terras urbanas (1976) e a lei de controle dos aluguéis (1948). Em sua essência, cada uma dessas políticas busca remodelar as cidades indianas como cidades de “Classe Mundial,” que possam competir e atrair investimentos estrangeiros.

No cenário altamente heterogêneo de um país com mais de 8.000 cidades, essas iniciativas recentes beneficiam mais as seis maiores metrópoles – Mumbai, Delhi, Ahmedabad, Kolkata, Chennai e Bangalore – além de algumas das cidades com mais de um milhão de habitantes já reconhecidas como cidades “Nível II”. As reformas, porém, vem sendo aplicadas de modo horizontal e homogêneo em todas as cidades, com capacidades econômicas e realidades diversas. As reformas impõem uma série de exclusões que engessam os governos de pequenas cidades. Parece ser irrelevante que as cidades atingidas já estejam se transformando, deixando de ser economias fabris capazes de absorver e dar mobilidade à mão de obra, para virarem mais excludentes⁴. E nem parece importar que os projetos de infraestrutura estejam deixando um rastro significativo de deslocamentos. A urbanização é vista como a varinha mágica que transformará a Índia de uma economia emergente em outra que será líder mundial, na qual ninguém mais ouvirá falar em pobreza.

O discurso sobre favelas e pobreza urbana na Índia

Não é possível compreender a impunidade com a qual se impõem os deslocamentos urbanos forçados na Índia sem entender o discurso que prevalece no país sobre favelas e pobreza urbana. As instituições de planejamento municipal e urbano foram desenvolvidas sob a tutela do colonialismo. O regime institucional e as leis apoiavam ativamente o interesse dos donos de terra, e desqualificavam os projetos de autoconstrução como “não autorizados” ou como “invasões”. Na Índia pós-colonial, esse arcabouço institucional e jurídico ficou intacto. Por outro lado, a imensa escala de migrações de pobres para muitas cidades encontrou resposta em algumas políticas públicas. Pela escala do problema, foram descartadas, por inviáveis, opções para a construção de habitações legais. Em vez disso, foi feita uma nova lei, com políticas nas quais as favelas seriam uma forma transitória de habitação – não exatamente legal, porém tolerada.

As favelas eram tratadas como espaços que abrigavam invasões e projetos não autorizados. Eram toleradas e até dotadas de certo nível de serviços, pela

4 Amitabh Kundu, por exemplo, assinala que os metrô na Índia servem um público cada vez mais seletivo, citando dados do censo para sua análise. Os novos usuários do metrô no país têm maior escolaridade e provêm de condições socioeconômicas mais afluentes.

necessidade humanitária. Ao longo dos anos, esses espaços passaram a depender cada vez mais de recursos a fundo perdido administrados por vários tipos de representantes eleitos em nível local, nos estados e no Parlamento. Hoje as favelas são realidade em cidades de quase todos os tamanhos na Índia, marcadas por serviços abaixo da média (isso é relativo, pois a maioria dos assentamentos urbanos também têm serviços de baixa qualidade), relações de extrema dependência (sem autonomia alguma para favelados, qualidade de serviços determinada por contingência política ou para angariar votos), cidadania de segunda classe (serviços e permanência como favores em vez de direitos) e, acima de tudo, a constante incerteza quanto a sua permanência (pois a tolerância não apaga a marca da ilegalidade). A segurança é negociada perpetuamente, e alcançada por várias estratégias, principalmente políticas. As favelas continuam invisíveis nos mapas de planejamento urbano, e ausentes no planejamento da infraestrutura das cidades. As políticas as tratam como não contribuintes, um ônus para as economias das cidades.

Pela densidade das cidades compactas na Índia, as favelas se situam em suas áreas centrais. Elas naturalmente viram “obstáculos” aos projetos de infraestrutura. Por isso, o programa de construção e reformas da infraestrutura gera muito deslocamento forçado e exclusão. A Índia não tem uma política de reassentamento urbano, já que as favelas são ilegais. A opção adotada é a “reabilitação de favelas”. Na prática, isso significa tirar as favelas do caminho e deslocá-las para assentamentos distantes da cidade. Isto é feito como favor para os moradores, se bem que eles não têm voz alguma sobre o que lhes é apresentado como “reabilitação”.

É deveras interessante observar como outros aspectos da pobreza urbana – como a vulnerabilidade multidimensional, a educação, a saúde, etc. – são absolutamente ignorados por um discurso sobre redução da pobreza que não enxerga além da habitação. Tanto o programa “Rajiv Awas Yojana” (RAY) do governo anterior, quanto o novo esquema “Sardar Patel – Habitação para Todos,” se baseiam nas mesmas premissas: (1) que a habitação atual dos favelados é inaceitável, e (2) que ela precisa ser substituída por unidades multifamiliares na periferia da cidade. A outra tendência em comum é executar esses projetos via parcerias público-privadas. O resultado disso tudo é intensificar a restrição e desvalorização das terras já escassas disponíveis para as comunidades de pobres urbanos.

A opção pela redução da pobreza adota diversos tons, nos variados contextos da urbanização na Índia. Os impactos dos processos também variam dependendo do tipo de grupos populacionais que ocupam a categoria de “favelados” ou de “pobres urbanos” em cada caso, do capital social que eles conseguem controlar e do grau de sua mobilização. Neste texto, procuramos explicitar alguns desses impactos, em estados e cidades com diferentes escalas e trajetórias.

Caso 1: O deslocamento em nome da reabilitação, em Mumbai⁵

Mumbai é uma cidade formada em proporções iguais pelo capital colonial e pelo capital nacional, tanto mercantil quanto industrial. As formas de exclusão espacial, econômica, social e política abundam na cidade, mas há também o impulso da inclusão por ser uma cidade que sempre dependeu do trabalho manual para manter a eficácia dos investimentos na manufatura. Além disso, sua estatura como capital do entretenimento, para a indústria cinematográfica indiana, alimentou os sonhos de milhares de migrantes do país inteiro. Houve um salto geométrico nessa migração no período pós-independência, e as favelas saltaram de 5% na colônia, a responder por quase 50% da população em 1972 (*Slum Census*, do Governo de Maharashtra). A população favelada de 6.000.000 ocupa apenas 9% da terra urbana, com densidades que passam de 4.000 pessoas/hectare. Mesmo essa terra, no entanto, é vital para o desenvolvimento da cidade onde a geografia costeira, o regime legal (controle de aluguel e lei de teto) e a incapacidade de expandir além da geografia da ilha

5 Esta seção se baseia na pesquisa e no engajamento público da própria autora em movimentos por direitos à habitação na cidade. Também aproveitei as conclusões de uma comissão popular de inquérito sobre irregularidades em esquemas de reabilitação na cidade, redigidas principalmente por mim.

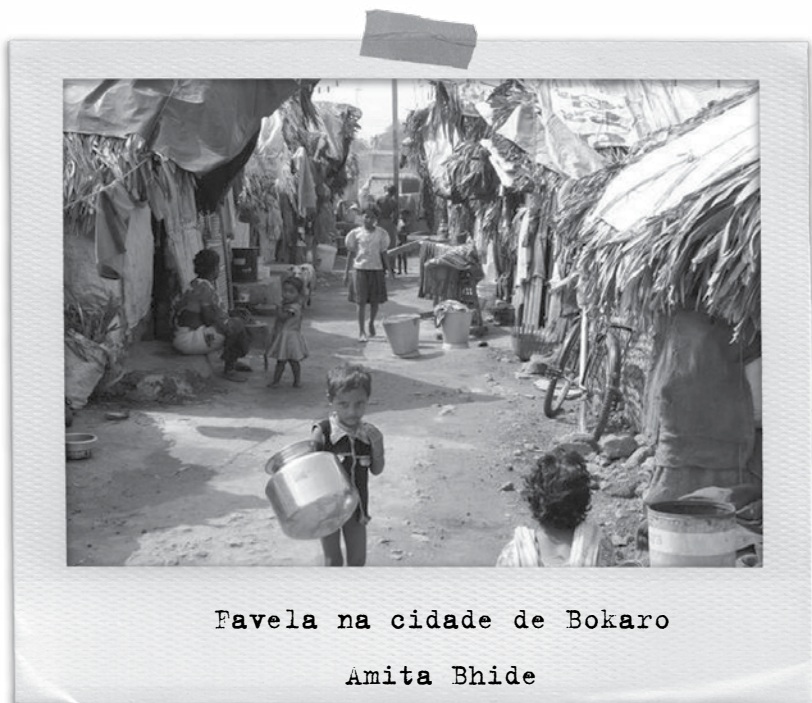
(em função da falta de coordenação entre os governos estadual e municipal) compõem um mercado imobiliário muito apertado.

Em 1991, a solução encontrada para resolver a situação foi a reabilitação das favelas – uma política conhecida pela sigla “SRS” (*Slum Rehabilitation Scheme*) – que ocupa o terreno da favela com prédios verticais, liberando parte da terra (com incentivos adicionais na forma do direito a construir um número maior de andares por terreno) para o mercado, dando assim um subsídio cruzado para a construção. Nos últimos 20 anos, esta política foi consagrada por todo o espectro político. O esquema é executado de modo que o governo entra apenas como facilitador, licenciando as imobiliárias e cadastrando os favelados aptos para a reabilitação. As imobiliárias planejam, executam, financiam e controlam o esquema SRS, que já virou a política favorita das imobiliárias que enxergam no re-desenvolvimento das favelas um dos caminhos mais baratos para licenciar a construção (com direito ao desenvolvimento vertical do terreno) e embolsar lucros exorbitantes. As favelas, um dia negligenciadas, viraram fonte de imóveis preciosos, à espera da atenção de uma imobiliária.

Esse esquema para a reabilitação das favelas já mudou os moradores de 26.000 domicílios em favelas para apartamentos. Hoje quase todas as favelas da cidade estão na mira do esquema, com algumas construtoras em potencial tentando captar favelas através de seus agentes ou em alguma etapa da negociação ou execução do SRS. Já deu origem inclusive a um novo mercado paralelo que fabrica favelas e produz a documentação forjada. Criou até um imenso nexos entre imobiliárias, políticos, burocratas e o crime organizado, convertendo favelas em locais de negociações permanentes envolvendo propriedade, suborno, mobilizações sem um interlocutor fixo e violência. O resultado mais importante do SRS, no que interessa aqui, é que a área das favelas “re-desenvolvidas” para virarem apartamentos se reduziu a menos que um terço do que era. O SRS assim densificou a favela, causando um deslocamento indireto. Além disso, o alto custo da manutenção de apartamentos novos expulsa muitos moradores. Segundo alguns estudos (Bhide, 2002), pelo menos 33% dos habitantes da favela original são deslocados pelo ato do re-desenvolvimento. Isto sem falar dos inquilinos e pessoas que por qualquer motivo não são habilitadas para se beneficiarem do esquema.

O SRS em Mumbai é um exemplo clássico de como o mercado da pobreza com apoio estatal consegue deslocar um terço dos favelados sem sequer reconhecer esse fato. É a exclusão silenciosa executada pelas regras de um esquema que supostamente reabilita pessoas, dando moradia de graça, mas que na prática as exclui por inaptidão, violência e, finalmente, pelo desprezo por seus meios de vida, irrelevantes no contexto de prédios de muitos andares, onde a manutenção torna-se insustentável.

Caso 2: Deslocamento forçado pela ocupação empresarial e pela geração da informalidade, em Bokaro⁶



A cidade Bokaro é localizada em uma região rica em minerais no novo estado de Jharkhand, emancipado de Bihar, no leste do país. Bokaro é uma cidade industrial clássica. No período pós-independência, quando a maior usina siderúrgica da Índia foi construída lá, o consenso geral era desenvolver um setor público que liderasse o setor privado ainda débil, produzindo impactos econômicos que alcançassem as áreas atrasadas do país. Em 1956, 13.695 hectares de terra foram adquiridos de acordo com a Lei de Aquisições de Terra⁷ para construir a Usina Siderúrgica de Bokaro (BSL - *Bokaro Steel Limited*). A zona urbana ao redor da usina ocupa uma área grande, onde, ao longo do anos, cresceram dois tipos de assentamentos. Um era de favelas cuja

6 Esta seção se baseia nas conclusões de uma audiência pública realizada em Bokaro, com a participação desta autora.

7 A Lei de Aquisições de Terra (1894) é uma legislação colonial que habilita o estado a adquirir qualquer terra para fins públicos, mediante o pagamento de uma indenização razoável. Atribui-se a essa lei o deslocamento de mais de 100.000 pessoas, com indenizações irrisórias, desde a independência. Ela foi revisada em 2014.

população era indígena (“tribal”), que nunca havia se mudado de sua terra originária, apesar de a terra ter sido comprada, e o outro com favelas habitadas por migrantes de regiões próximas, que chegaram a Bokaro em busca de emprego. Estima-se que aproximadamente 100.000 pessoas moram nas favelas de Bokaro, mas não há dados oficiais.

A partir do lançamento da Nova Política Econômica na Índia, em 1991, houve mudanças nas políticas do setor público. Entidades públicas passaram a ter que ser economicamente competitivas, e houve políticas de desinvestimento. O impacto das novas políticas na BSL reduziu a força de trabalho de 60.000 em 1984 para 24.000 hoje. Quando falta mão de obra, a contratação agora é terceirizada ou informal. A exclusão da mão de obra informal da habitação oficial aumenta a procura pela habitação informal, ou seja, favelas. Outro fator que fez aumentar a população das favelas foi a demanda de famílias na cidade por serviços baratos. As favelas em Bokaro, em fim, estão intimamente ligadas à situação da BSL. Nenhuma delas é titulada, há pouquíssima documentação disponível sobre elas e os serviços básicos como água e saneamento são quase inexistentes.

A BSL hoje passa por uma fase de desinvestimento e procura otimizar seus bens imobiliários. Nos últimos anos, a BSL arrendou 423,03 hectares de terra para vários órgãos, para fins alheios aos que deram origem à sua aquisição. Dessa área, 248,52 hectares (ou seja, mais da metade) foi arrendada a entidades privadas para uso como centros comerciais, cinemas, postos de gasolina, etc. 38,3 hectares foram destinados a uma sociedade cooperativa de habitação de funcionários da BSL. Ao mesmo tempo, a empresa lançou na cidade uma campanha de demolição de favelas, qualificadas como invasoras de suas terras. Várias favelas na vizinhança da BSL e outras na periferia da cidade receberam notificações de demolição, e algumas já foram removidas. Um dos grandes desafios para os moradores de Bokaro resistirem aos despejos é a falta de documentos que provem que eles moram em Bokaro há muitos anos e que têm direito a algum tipo de assentamento ou reassentamento permanente, por força dessa ocupação. Tentaram negociar com representantes da BSL, que busca afirmar seu domínio privado sobre terras adquiridas a preços subsidiados para atender o interesse público e que já despejou centenas de moradores indígenas, e paradoxalmente insiste em desqualificar as reivindicações dos favelados como “ilegítimas”. A remoção virou uma ameaça permanente com a qual os favelados em Bokaro são obrigados a conviverem, junto com uma perspectiva econômica cada vez mais precária.

O caso de Bokaro exemplifica as tendências atuais em várias cidades indianas, onde a globalização gerou umnexo empresarial-governamental que afasta o Estado indiano de sua promessa de socialismo e bem-estar, para atender o interesse de poucos, alegando propósitos públicos. O caso levanta dúvidas quanto ao próprio conceito de interesse público. O interesse público

será qualquer interesse defendido por uma entidade estatal? Como se faz para tornar legítima uma reivindicação de favelados por terra e trabalho, sustentada ao longo de anos de luta e de trabalho árduo?

Caso 3: Deslocamentos forçados resguardam o bramanismo da cidade, em Bangalore⁸



A sociedade hindu tradicional se organizava em castas, uma hierarquia na qual os Brâmanes ocupavam o topo, dotados do direito de ler e aprender as escrituras. Aos *Dalits*, situados abaixo da base dessa hierarquia, não só era negada a educação como lhes obrigavam a desempenhar os ofícios mais desprezíveis, difíceis e árduos, como recolha de resíduos, coveiros, etc. A Índia não acompanha a experiência global pela qual certas divisões sociais tradicionais cedem lugar, na transição urbana, a estratificações mais modernas de classe. A exclusão por castas se impõe em duas dimensões: (a) a segregação baseada nos

8 Esta seção se baseia na análise da autora a partir de uma conversa com Sr. Arul Selva, um ativista em Bangalore.

princípios da pureza e da poluição⁹ e (b) a estruturação do acesso desigual a recursos e oportunidades. Os dois aspectos têm forte presença em cidades indianas, especialmente naquelas que não possuem uma economia com presença significativa da manufatura.

A cidade de Bangalore fica no sul da Índia, e é a capital do estado de Karnataka. Foi fundada como base civil para o exército britânico e virou um importante centro administrativo, sede de instituições acadêmicas. Como em várias outras cidades que mantêm fortes traços da cultura bramânica, a segregação espacial se expressa na forma de bairros como Jayanagar, Basvanagudi e Malleshwaram, dominados por Brâmanes, onde imperam fortes desincentivos à locação de imóveis para castas inferiores. Aparece também na forma de favelas, onde a imensa maioria dos moradores são *Dalits*, quase todos eles empregados em funções como varrer ruas, reciclar o lixo, limpar galerias pluviais, etc. Por falta de capital social, ou seja educação, terra e recursos, poucos *Dalits* conseguem romper o ciclo vicioso da pobreza e da favelização.

As remoções sobrecarregam mais ainda os *Dalits* que tentam ganhar a vida na cidade. A primeira grande remoção em Bangalore foi o reassentamento de 300 famílias de *Dalits* que moravam no centro comercial da cidade, para dar lugar a um auditório cultural, nos anos 50. As famílias foram removidas para Khadar Sharif (um terreno particular, fora da cidade) sem indenização ou reabilitação. Em 1975, várias favelas próximas à rodoviária central em Bangalore foram reassentadas para a área de Koramangala, também fora do limite urbano, sem aviso prévio. As famílias foram colocadas sem cerimônia alguma em caminhões de lixo e despejados em Koramanagala. As remoções mais recentes na cidade se relacionam a grandes eventos, como conferências internacionais, jogos e às vezes inclusive a momentos de suspensão de direitos civis e políticos, por circunstâncias políticas. A justificativa é criar projetos de valor estético e cultural, ou projetos ambientais. A história das grandes remoções em Bangalore revela assim um padrão no qual o primeiro passo é criar um clima que coloca o pobre como obstáculo ao desenvolvimento, à segurança ambiental, etc. O próximo passo é o reassentamento. A experiência do reassentamento, no entanto, se assemelha a uma expulsão, pois acontece sem qualquer gesto de amparo. Os locais de reassentamento ficam distantes da cidade, sem os serviços mais básicos.

Na medida que Bangalore se espalha por um novo corredor urbano que chega até Mysore, e surge como a capital nacional da informática, surgem várias novas ameaças às favelas que ainda existem em sua região central. Em

9 Os princípios da pureza e da poluição são aplicados simultaneamente. Assim, quem realiza tarefas “puras” como o aprendizado ou os deveres sacerdotais é puro, enquanto quem realiza tarefas “poluentes” como tratar com resíduos ou mortos, polui e precisa ser mantido à distância.

2008, Veerbhadra Nagar foi demolida para a construção de uma estrada. Em 2009, Ganeshgudi, Medaratti, Alemari e várias outras favelas, com uma população predominantemente de *Dalits*, foram demolidas para dar lugar à Ferrovia Metropolitana. Os removidos só ganharam um reassentamento após de uma longa luta. Mesmo assim, os novos assentamentos frequentemente não oferecem segurança de longo prazo para seus moradores. Favelas como a Koramangala, criadas para reassentamento em 1985, agora enfrentam elas mesmas ameaças de deslocamento, já que é por lá que cresce o corredor da indústria de TI.

O padrão de deslocamento urbano forçado em Bangalore perpetua assim a realidade espacial e vivencial de uma cidade bramânica, que descarrega todo tipo de injustiças sobre os *Dalits*. O capital global, na forma da indústria da informática, agrega mais uma face ao padrão histórico de exclusão.

Identificando padrões

São óbvias as ameaças crescentes às favelas nas três cidades analisadas, e também em outras cidades indianas. A entrada, ou a mera perspectiva de entrada do capital global instiga e enseja a derrubada da “bagunça” que as favelas contrapõem à criação de cidades limpas, brilhantes. As favelas sempre foram vistas como “sujas,” “anti-higiênicas” e “antros do crime” mas também como um “mau necessário” por sua capacidade de fornecer mão de obra e serviços baratos. Hoje, as terras que ocupam se valorizaram mais do que os serviços que prestam. Daí o impulso para a remoção de favelas em todas as cidades, usando diversas justificativas e táticas, seja em nome da reabilitação ou do desenvolvimento.

Alguns dos novos programas de reassentamento e reabilitação lançam mão do mercado, em grande estilo. Antes, quando os órgãos públicos assumiam o ônus da remoção e do reassentamento, as comunidades pobres tinham como se organizar, se mobilizar, apelar para a opinião pública e responsabilizar o estado. Hoje, cabe ao mercado eliminar a responsabilidade de órgãos e mecanismos públicos. Em Mumbai, o caso mais claro, o estado entregou quase todo o esquema para as imobiliárias. Em Bokaro também, no entanto, a empresa supostamente estatal hoje se orienta mais pelo mercado e perdeu o senso do bem público, a ponto de justificar a usurpação privada das terras onde ficavam as favelas que ela derruba. A globalização, no contexto indiano, significa que o Estado abre mão de seu papel regulador, liberando sem freios o capital local e global.

O novo discurso sobre as favelas e os pobres urbanos pode puxar mais para a inclusão, mas seu conteúdo é a remoção. Esquemas estatais surgem como ferramentas empunhadas pelo mercado para extirpar as favelas dos centros ur-

banos e abrir caminho para novas infraestruturas ou para fins mais lucrativos. Isso explica porque os novos esquemas focam a habitação, em detrimento de todas as outras dimensões do combate à pobreza. O nome do esquema pode ser reabilitação ou reassentamento, mas o intuito comum em todos os casos é expulsar as pessoas ou pelo menos diminuir as áreas que elas ocupam.

Os três casos visto aqui mostram que as primeiras vítimas dessas tendências são os *Dalits* e os indígenas. Os favelados em Mumbai são os mais mobilizados, têm mais capital político pelo número de participantes e conseguiram pelo menos ganhar uma reabilitação *in situ* (ou seja, no mesmo lugar). Porém enfrentam um risco maior de serem deslocados indiretamente, pelo mercado. Os indígenas em Bokaro estão na pior situação, sem documentos sequer para provar a longa posse da terra que ocupam. Suas lutas são árduas, pelos fortes vínculos comunitários, mas historicamente vão perdendo as bases e os instrumentos de seu potencial de luta. Os favelados em Bangalore estão no meio do caminho, ao garantirem um reassentamento cada vez que uma favela é demolida, mas isso não basta para garantir uma segurança a longo prazo, frente à expansão da cidade bramânica.

Conclusão

Esse trabalho descreve questões complexas enfrentadas pelos pobres urbanos na Índia, onde o deslocamento forçado é um processo em curso, que vai ganhando força mancomunado com o discurso sobre a urbanização como motor do crescimento. Uma das conclusões que surgem dessas histórias é que os pontos fundamentais do direito de acesso dos pobres urbanos à terra nunca foram resolvidos em termos jurídicos ou institucionais. Ficaram sempre em um espaço indefinido, vulnerável à manipulação política. Essas contradições básicas abrem então o caminho para a nova onda de insegurança e ameaças territoriais que pairam sobre as posses desses setores. Apenas as lutas sociais poderão encarar e resolver esses problemas fundamentais, se é que os pobres realmente têm alguma perspectiva de futuro, nas cidades da Índia.

Referências Bibliográficas

BHIDE, Amita. *Utilisation of the Slum Rehabilitation Scheme in Mumbai*. Unpublished study submitted to the Slum Rehabilitation Authority, Mumbai, 2002.

BHIDE, Amita. Shifting Terrains of Community Organization in India: Reflections on Organizing for Housing Rights in Mumbai, *Community Development Journal*, vol. 44, n° 9, pp. 367-381, 2009.

CENSUS 2011. *Census of India*, Census Authority of India.

CHATERJEE, Partha. *Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

KUNDU, Amitabh; LOPAMUDRA, Ray Saraswati. Migration and Exclusionary Urbanization in India, In *Economic and Political Weekly*, vol. XLVII, n° 26-27, June 30, 2012.

MAHADEVIA, Darshini; RUTUL, Joshi. Subversive Urban Development in India: Implications for Planning Education, *Working Paper Series*, Centre for Urban Equity, Centre for Planning and Technology University. Ahmedabad (India), 2009.

NAIR, Janaki. *The Promise of the Metropolis: Bangalore's Twentieth Century*. New Delhi (India): Oxford Publishing House, 2005.

Caminhada com o Dragão desperto

Lívia Duarte ¹



Vida subterrânea em Beijing: metrô transporta quase 50% dos 21,1 mi de habitantes diariamente

Não há nada de novo em afirmar que a República Popular da China é um país de superlativos. Entre tantos podemos enumerar a maior praça; a maior estátua do Buddha; a maior muralha ou a maior economia, conforme anúncio do Fundo Monetário Internacional de dezembro 2014. No entanto, nenhum superlativo se compara a abrigar a maior população do planeta. São 1,36 bilhões de pessoas moldando diuturnamente o país que, esperam, será a grande potência do século XXI. Ver tais superlativos é uma experiência que traz à luz várias novidades por hora (a maioria não tem a ver com os hábitos considerados exóticos aos olhos ocidentais) e uma série de questões sobre um mundo em que o Oriente dê as cartas na economia – e em consequência, na política internacional e, por fim, no cotidiano de cada um de nós.

A população numerosa, conjugada com a política urbanizadora de Beijing, conforma a paisagem de modo implacável. No centro de cidades milenares, como é o caso da capital, sobrou muito pouco dos símbolos do passado distante, postos ao chão desde a Revolução de 1949. A pressa da urbanização é pungente e os dados do Banco Mundial combinam com os guindastes e novas construções que vimos a cada esquina. Na realidade, são tantas obras e tão monumentais que é difícil não se perguntar onde o mundo vai parar diante da mineração necessária para que os prédios subam daquela maneira. As luzes das modernas torres do Bund, em Xangai – planejada para ser a substituta de Hong Kong –, são apenas um símbolo das mudanças que estão por todos os lados. A China tem quatro cidades/regiões com mais de 10 milhões de habitantes, as chamadas megacidades, e outras três já ultrapassaram a marca dos 8 milhões. E as cidades médias crescem ainda mais rápido do que as gigantes. Como turista independente não é fácil fugir de áreas urbanas naquele país, apesar da maioria da população ainda viver em regiões consideradas rurais. Eventualmente, um lugar com 500 mil habitantes lhe será descrito como uma pequena cidade. Tamanhas aglomerações se refletem na organização precisa de fluxos e na vigilância frequente. Nunca faltam enormes placas indicativas e numerosas câmeras.

É baixo o risco da afirmação de que “a maioria” das bugigangas à venda nos camelôs e mercados populares do Brasil sai da China. Vê-las à venda

do outro lado do mundo gera uma estranha identidade. Ao mesmo tempo, sentíamos que os chineses precisam de “nós” – ocidentais ou estrangeiros – sobretudo para exportar. Andando por lá entendemos que, sendo tantos, e lutando por espaço, não se importam com ninguém ao redor – nem mesmo para amealhar mais alguns milhões de dólares atraindo e agradando turistas. E este é o mundo real das ruas chinesas. Mas a experiência da China é original não apenas no que é físico, mas também no mundo virtual. Em solo Chinês percebi o quanto da minha vida está relacionada com outros gigantes, como Google, Facebook, YouTube (ou monstros menores, como as empresas de comunicação). Nada disso importa aos Chineses, que a despeito da censura aos sites mencionados e a incontáveis outros, vivem suas vidas virtuais a partir de outros lugares, buscadores e provedores. Não é fácil contar o número de smartphones em um carro do metrô, e nos mercados de tecnologia, telefones inteligentes, tablets e bancos de energia para aumentar a vida da bateria dos eletrônicos são o que mais há.

A poluição é velha conhecida dos noticiários e os informes sobre a toxicidade do ar alteram o número de mascarados nas ruas. São impressionantes o consumo de luxo – estima-se que os chineses consumirão metade deste tipo de produto em 2015 – e a produção de lixo: incrível a quantidade de pequenas embalagens, dentro de outras, eventualmente dentro de terceiras, para proteger uma única ameixa seca. Especialmente as grandes cidades pareceram muito mais limpas do que o imaginado. No entanto, as periferias que se avistam dos trens, assim como certos becos e vielas escondidos dos olhos da maioria, revelam o acúmulo de materiais que várias vezes vimos ser queimado, e as carências de moradia que ainda devem ser enfrentadas. A propósito, não raro vemos muito pouco a partir dos trens chineses, afinal, entre outras posses eles são donos das maiores redes urbanas de metrô e da maior malha ferroviária para trens rápidos no mundo. Viajar neles mostra que o futuro já chegou à China – e chegou na velocidade estimada pelo monstruoso planejamento orquestrado pelo partido comunista, especialmente a partir das reformas do final dos anos 70. Os trens são o que nos permite passar por tantas cidades em um mês, a despeito das enormes distâncias: por exemplo, os 1,2 mil km entre Xangai e Beijing são percorridos em apenas 5 horas.

A seguir, apresentamos uma seleção de imagens de minha primeira viagem à China, em novembro de 2014, parte de uma jornada de um ano por diversos países. Há fotos de Xangai, Beijing, Xi’An, Guilin e Pingyao. Não se trata, portanto, de um detalhado estudo antropológico ou da meticulosa documentação de um fotógrafo. Contudo, as considero como uma “reunião representativa de impressões para uma observadora informal”. A definição é gelatinosa, reconhecamos. Mas a justifico: deve-se ao fato da China ser um dragão que assusta, especialmente se o olharmos nos olhos. Ele é grande e não entendemos sua identidade.

|Xi'an| Telhados
tradicionais
adicionados aos
prédios modernos



|Pingyao| Rara
arquitetura
ancestral
preservada



|Beijing|





| Guilin |
Crescimento:
estamos em
obras!

| Pingyao |



| Pingyao |
Foto: Enrico Luzi



|Xi'an|
 Contra a pressa das
 grandes cidades,
 homens jogam
 Xiangqi, o xadrez
 chinês. É muito
 popular em todo o
 país (e nunca vimos
 mulheres jogando
 na rua, apesar de
 haver até torneios
 femininos)



|Guilin|
 À beira do Rio
 Guilin, uma cena
 muito chinesa:
 sessões de dança
 reúnem mulheres pela
 manhã e à tarde



|Guilin|
 Nos mercados
 chineses o plástico
 se espalha: às vezes
 é difícil dizer se
 estamos comprando
 comida ou pequenas
 embalagens





|Xangai| Crescem edifícios de mais de 30 andares ao redor da avenida Monganshan, antigo distrito industrial e, na última década, conhecido endereço de arte urbana



|Xangai|
Chinesa caminha
sozinha, cena rara
na metrópole de mais
de 20 milhões de
habitantes



|Xangai|
Comércio e moradia
convivem em
condomínios de
classe média



|Xangai|
Incontáveis edifícios para
moradia no distrito de
Minhang, a 18km do Centro



|Pingyao| Pobreza e desorganização evidentes a 10 metros
por fora dos muros protegidos pela UNESCO



|Chengdu|
Mais um dia de
transito para os
4,6 milhões de
habitantes de
Chengdu, sudoeste
da China



|Beijing|
Tradicionalis
labirintos de casas
e becos, os Hutongs,
foram substituídos
por edifícios e
avenidas no século XX



|Beijing|
No hutong de
Nanluoguxiang, hoje
um bairro também
turístico, acúmulo de
embalagens
vazias e fiação
elétrica

Realização



Apoio



FORDFOUNDATION

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86471-82-7



9 788586 471827